

**RESPONDER AO DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA:
UM PLANO DE ACÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL**

**REGIÃO ÁFRICA
Banco Mundial**

7 de Setembro de 2005

(Actualizado em 26 de Setembro de 2005)

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP	Plano de Acção para África
ADI	Indicadores de Desenvolvimento de África
AERC	Consórcio para Investigação Económica de África
AFR	Região África
AGOA	Crescimento e Oportunidade de África
AMC	Compromisso Antecipado de Mercado
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APRM	Mecanismo de Análise pelos Pares Africanos
AT	Assistência Técnica
BAfD	Banco Africano para o Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento
CAADP	Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana
CAS	Estratégia de Assistência ao País
CDD	Desenvolvimento Impulsionado pela Comunidade
CFAA	Avaliações da Responsabilidade Financeira dos Países
CG	Grupo Consultivo
CGIAR	Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CPIA	Avaliação Institucional e das Políticas do País
CPAR	Relatório sobre a Avaliação do Sistema de Aquisições do País
CWIQ	Questionários de Indicadores Centrais de Bem-Estar
DAC	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
DEC	Economia de Desenvolvimento
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
DH	Desenvolvimento Humano
DIME	Economia de Desenvolvimento – Iniciativa para Avaliação do Impacto do Desenvolvimento
EBA	Tudo Menos Armas
EAC	Comunidade da África Oriental
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EFA	Educação para Todos
EITI	Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas
FAN	Fórum de Alto Nível
FIAS	Serviço de Aconselhamento para o Investimento Estrangeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTI	Iniciativa de Execução Acelerada
GFP	Gestão das Finanças Públicas
G8	Grupo dos Oito
ICA	Avaliação do Clima de Investimento
ICR	Relatório sobre a Conclusão da Implementação
ICS	Levantamentos do Clima de Investimento
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPT	Tratamento Intermitente Presumível
ITN	Redes Tratadas com Insecticidas
MAP	Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas
MDG	Metas de Desenvolvimento do Milénio
M&E	Monitorização e Avaliação
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas

MIGA	Agência Multilateral para a Garantia do Investimento
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NSDS	Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento de Estatísticas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Nações Unidas
OPCS	Políticas de Operações e Serviços do País
PBA	Afectação com Base no Desempenho
PEFA	Gestão Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PEP	Parceria das Empresas Privadas
PER	Análise das Despesas Públicas
PEFAR	Plano de Assistência de Emergência do Presidente para a SIDA
PETS	Levantamentos para Detecção das Despesas Públicas
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Participação Privada em Infra-estruturas
PPME (HIPC)	Países Pobres Muito Endividados
PRI	Seguro Contra Riscos Políticos
PRSCs	Créditos de Apoio à Redução da Pobreza
PRS	Estratégia de Redução da Pobreza
PRSP	Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza
PSD	Desenvolvimento do Sector Privado
RBCAS	Estratégia de Assistência ao País Baseada nos Resultados
REC	Comunidades Económicas Regionais
RNB	Receita Nacional Bruta
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIDA	Síndrome da Imune Deficiência Humana
SFI	Sociedade Financeira Internacional
SFIA	Enquadramento Estratégico da IDA para África
ASS	África Subsariana
SWAP	Abordagem Extensiva a todo o Sector
PME	Pequenas e Médias Empresas
STATCAP	Programa de Criação de Capacidade Estatística
TFSCB	Fundo Fiduciário para a Criação de Capacidade Estatística
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Ocidente Africano
UNDG	Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas
USAID	Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional
VIH	Vírus da Imune Deficiência Humana
WBI	Instituto do Banco Mundial

ÍNDICE

RESUMO ANALÍTICO	i
I. INTRODUÇÃO	1
II ÁFRICA NUM PONTO DE VIRAGEM	3
1. Liderança de Melhor Qualidade.....	Error! Bookmark not defined.
2. Aumentar a diversidade no crescimento, desenvolvimento humano e redução da pobreza	3
3. Aperfeiçoamento das políticas e nas instituições.....	5
4. A sociedade civil tem um papel mais activo no seu próprio futuro.....	6
III RESPOSTA DOS PARCERIOS DE DESENVOLVIMENTO	6
1. A ajuda aumentou	6
2. Alívio da Dívida de África.....	8
3. Aumentar o acesso ao mercado das exportações africanas.....	9
4. Promover o investimento directo estrangeiro em África	9
IV UM ENQUADRAMENTO DOS RESULTADOS PARA SE ALCANÇAR IMPACTO	10
1. Elementos fulcrais de um enquadramento mais sólido dos resultados.....	10
2. Desafios no Domínio da Implementação do Enquadramento.....	21
V A CONSECUÇÃO DE RESULTADOS NA PARCERIA IDA-14	22
1. Estratégias para Redução da Pobreza, lideradas pelo País, impulsionadas pelas metas, como âncoras estratégicas.....	23
2. Criar Estados Competentes e Melhorar a Governação	23
3. Apoiar os Motores do Crescimento	33
4. Participar no Crescimento e dele Partilhar.....	51
5. Accionar a IDA14 para um impacto maior.....	56
6. Implementar a Parceria IDA-14 a nível de país.....	65
VI UM ENQUADRAMENTO PARA O PROGRESSO ACELERADO NO SENTIDO DA CONSECUÇÃO DAS MDG	67
1. Que quantidade de ajuda é que África consegue utilizar eficazmente?.....	68
2. O País Deverá Continuar a ser o Enfoque Central.....	69
3. Aumentar o apoio aos países que causem efeitos intensos nos seus vizinhos.....	70
VII ORGANIZAÇÃO, QUADRO DE PESSOAL E IMPLICAÇÕES ORÇAMENTAIS	73
1. As qualificações dos funcionários vão ter que ser diferentes	73
2. Implicações Orçamentais	75
VIII CONCLUSÕES	75

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – A Lacuna entre MDGs Seleccionadas e o Progresso Actual	1
Figura 2 – Pobreza Reduzida pelo Crescimento e onde, na Ausência de Crescimento, a Pobreza Aumentou	5
Figura 3 – Tendências da CPIA África	5
Figura 4 – Posição Global no Índice “Exercício da Actividade Económica” por Região	35
Figura 5 - A Posição dos Pobres em África Comparativamente a Outras Regiões	51
Figura 6 – Compromissos e Desembolsos	58
Figura 7 – Afecção da IDA14 vs. IDA12	58

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1—Crescimento médio anual do PIB entre 1995 e 2004	4
Quadro 2 – Afecção do Apoio Adicional dos Dadores (média anual em mil milhões USD)	69
Quadro 3 – Progresso das MDGs em países seleccionados da ASS	71
Quadro 4 – Plano de Acção para África – Custos Incrementais e Orçamento Indicativos	66
Quadro 5 – Perspectiva do Orçamento para África - AF06-08	66

ÍNDICE DAS CAIXAS

Caixa 1: Tanzânia – Segunda Geração de PRSP	11
Caixa 2: CAS Baseado em Resultados no Malawi: Criar Controlo, Parceria e Resultados	16
Caixa 3: Eritreia –Projecto de Controlo de VIH/SIDA/DTS, Malária e Tuberculose (HAMSET)	17
Caixa 4: Levantamentos para Detecção das Despesas Públicas (PETS)	23
Caixa 5: Nigéria e a Iniciativa para Transparência das Indústrias Extractivas (EITI)	28
Caixa 6: Como é que as Entidades do Grupo Banco Mundial Colaboram para o Desenvolvimento do Sector Privado em África	31
Caixa 7: Enquadramento Integrado para Assistência Técnica a África Relacionada com o Comércio	36
Caixa 8: Projecto Regional de Gás da África Austral (SARG)	51
Caixa 9: Atender às Necessidades dos Países de Rendimento Médio em África	58
Caixa 10: O Papel do Grupo Banco na Prevenção de Conflitos e na Reconstrução dos Países em Período de Pós Conflito em África	58

Caixa 11: Moçambique como um País em Fase de Grande Viragem

62

ANEXO A: Matriz de Acções do Plano de Acção para África do Grupo Banco Mundial: Sumário dos
Objectivos, Acções e Responsabilidades

78

RESPONDER AO DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA: UM PLANO DE ACÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL

SUMÁRIO ANALÍTICO

I - INTRODUÇÃO

1. Em 2002, osadores reunidos em Monterrey, México, prometeram aumentar significativamente os níveis de ajuda a África. A Cimeira G-8 de 2005 em Gleneagles renovou o compromisso das nações mais ricas do mundo de apoiarem o desenvolvimento de África e indicou a intenção de ir além dos compromissos de Monterrey, oferecendo assistência ao desenvolvimento e alívio da dívida adicionais. O Grupo Banco Mundial tem um papel primordial a desempenhar na facilitação da resposta internacional ao apelo de uma assistência alargada a África mediante o seu *trabalho em parceria com outros parceiros de desenvolvimento destinado a ajudar todos os países africanos a atingirem o maior número possível de Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015*.

2. Este Sumário Analítico estabelece o programa de acção baseado em resultados, contido no *Plano de Acção para África (AAP)*. Este Sumário Analítico determina áreas de acção *prioritárias*— 25 iniciativas específicas a serem levadas a cabo pelo Grupo Banco Mundial na Região África durante o período de implementação da IDA14 (2006-2008) — bem como um enquadramento de monitorização com metas quantitativas, responsabilidades e riscos de implementação.

3. Em resumo, o AAP oferece um enquadramento orientado para os resultados, destinado a apoiar políticas e acções públicas fundamentais, conduzidas pelos países africanos, para se alcançarem metas bem definidas, tais como as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG). Entre os principais meios à disposição dos países de África para a consecução destas metas incluem-se a criação de estados honestos e competentes através de reformas da governação; elevação da taxa de crescimento; e proporcionar a participação dos pobres e das mulheres no crescimento e seus benefícios. O Grupo Banco, só por si, não pode atender as necessidades de África nestas áreas. Parcerias a nível de país, regionais e globais; maior selectividade relativamente aos países e sectores na concepção e alvo das intervenções; maior harmonização e alinhamento das acções dos parceiros de desenvolvimento para apoiar as estratégias lideradas pelos países; e a adopção de sistemas sólidos de monitorização e avaliação são todos necessários. O sucesso na implementação destas acções irá determinar grandemente o grau de eficácia com que os novos recursos existentes para África serão utilizados. A execução do AAP terá implicações significativas na forma como o Grupo Banco exerce a sua actividade em África em termos de orçamento, qualificações dos funcionários e local de trabalho. Por último, o Plano de Acção propriamente dito será avaliado regularmente utilizando os indicadores de resultados

delineados no Anexo A, com o objectivo de prestar informações que permitam modificações para melhor.¹

¹ Neste contexto, o Grupo Banco encara o AAP como um documento “vivo”.

II – ÁFRICA NUM PONTO DE VIRAGEM

4. A África Subsariana continua a ser para o mundo o maior desafio ao desenvolvimento. Durante as duas últimas décadas, o número de pobres em África duplicou, passando de 150 milhões para 300 milhões, o que equivale a mais de 40% da população da região. Cerca de um terço da população da região vive em países afectados por conflitos ou num período de pós conflito. Adiciona-se ainda o facto de o VIH/SIDA continuar a ameaçar a vida e a sobrevivência da população africana. África é a única região que continua atrasada em relação à maior parte das MDGs. De acordo com as tendências actuais, ficará muito longe de alcançar as metas de 2015. Mas parece que a África está num ponto de viragem. O progresso recente é encorajador:

- **Melhor liderança.** Os países africanos assumiram progressivamente o controlo e a responsabilidade pelos seus programas de desenvolvimento. Os líderes africanos – através de União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) – reconheceram o seu papel primordial na resposta aos desafios levantados pelos conflitos, governação e integração regional.
- **Melhor desempenho económico e social.** Depois de declínios abruptos entre meados da década de 70 e finais da década de 80, o crescimento acelerou num número significativo de países. A partir de meados dos anos 90, 16 países registaram um crescimento do PIB superior a 4,5%. Os países africanos com um crescimento mais rápido também conseguiram melhores resultados de desenvolvimento humano. Dois terços das economias da região estão agora a registar algum progresso na consecução de uma ou mais das MDGs.
- **Melhorias nas políticas e nas instituições.** Nos últimos 7 anos, as classificações médias da Avaliação Institucional e das Políticas Nacionais (CPIA) do Banco Mundial têm vindo a aumentar em África e o número de países africanos com notas iguais ou superiores ao patamar de 3,5, universalmente aceite de “bom desempenho”, subiu de 5 para 15.

III. RESPOSTA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO AO NOVO ENFOQUE EM ÁFRICA

5. São também encorajadoras as respostas da comunidade de desenvolvimento ao melhor desempenho registado em África.

- **Aumentar a ajuda.** Não restam dúvidas de que, relativamente ao período IDA-13 da Associação Internacional de Desenvolvimento (2003-2005) os níveis de ajuda à África Subsariana aumentarão substancialmente. Os dadores em Monterrey, México e Kananaskis, Canadá comprometeram-se a aumentar consideravelmente a ajuda a África. A reconstituição da IDA-14 (USD 1 800 milhões adicionais para África) e o Fundo de Desenvolvimento Africano (USD 1 000 milhões adicionais), juntamente com os compromettimentos bilaterais já reportados ao Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, indicam que os compromissos anuais de ajuda à África Subsariana até

2007 serão, provavelmente, entre USD 10 000 milhões e USD 13 000 milhões por ano superiores aos valores de 2004. Na Cimeira de Gleneagles os Chefes de Estado do G-8 anunciaram o compromisso de duplicar a assistência ao desenvolvimento em África até ao fim da década – de USD 25 000 milhões em 2004 para USD 50 000 milhões em 2010. As projecções reportadas pelos principais dadores bilaterais ao DAC/OCDE, juntamente com os anúncios recentes de aumento da ajuda pelo Japão e Comissão Europeia (UE) que ainda não estão reflectidos nas projecções do DAC, tornam altamente credível o compromisso de mobilizar o total de USD 25 000 milhões.

- **Lidar com a dívida.** Na Cimeira de Gleneagles, os países do G-8 acordaram entre si mobilizar 100% do cancelamento da dívida à IDA, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) no momento do ponto de conclusão da Iniciativa Países Pobres Muito Endividados (PPME-HIPC). Actualmente, 14 países de África que atingiram o ponto de conclusão PPME são elegíveis para alívio da dívida segundo a proposta G-8, e o número irá aumentar à medida que mais dos 32 países PPME alcancem o ponto de conclusão. Se bem que os pormenores da proposta da dívida ainda tenham que ser determinados, um resultado importante desta iniciativa será redireccionar a assistência futura da IDA (incluindo o alívio da dívida) para um apoio orçamental incondicional em vez de se concretizar sob a forma de projectos ou programas, reforçando a necessidade imperiosa de uma melhor gestão das despesas públicas a nível de cada país.
- **Melhorar as perspectivas do comércio e do investimento estrangeiro.** As perspectivas de incremento e diversificação dos fluxos de exportação de África dependem consideravelmente de um melhor acesso ao mercado e da redução de práticas proteccionistas, tais como subsídios, nos mercados mundiais. Preferências reforçadas, maior previsibilidade das políticas e regras de origem menos onerosas nos regimes preferenciais existentes, tais como as iniciativas *Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA) nos EUA e *Tudo Menos Armas (Everything But Arms -EBA)* na UE iriam naturalmente ajudar a fomentar o comércio, assim como seria muito útil uma assistência centrada em resolver questões “além fronteiras”, como por exemplo reforma alfandegária e facilitação do comércio. Um desafio relacionado que se põe à comunidade internacional é ajudar a ultrapassar a percepção errónea de que o clima de investimento em África é completamente inóspito e fornecer informações sobre oportunidades de investimento estrangeiro atraentes.

IV. UM ENQUADRAMENTO DOS RESULTADOS PARA SE OBTER IMPACTO

6. Os países e seus parceiros de desenvolvimento estão a centrar-se, cada vez mais, na definição, medição e gestão para se obterem resultados do desenvolvimento. O Plano de Acção estipula acções prioritárias para reforçar a orientação no sentido dos resultados, quer a nível de país quer da comunidade de desenvolvimento, e para incorporar os resultados mais integralmente no trabalho operacional da IDA (ver paras. 28-50).

7. ***Objectivo: Ajudar os Países a Criarem Estratégias de Desenvolvimento Nacional Impulsionadas pelos Resultados.*** Para poderem implementar as estratégias nacionais, em

especial as Estratégias para Redução da Pobreza (PRS), *os países têm de conduzir, gerir e monitorizar* os progressos registados face a resultados do desenvolvimento, tais como as MDGs. O Grupo Banco Mundial e os seus parceiros de desenvolvimento consideram difícil gerir os resultados se os próprios países não forem capazes de o fazer eles próprios. A nível de país, os estágios de apoio precisam de ser cuidadosamente geridos, tendo em conta a necessidade dos países de melhores resultados e maior capacidade do país:

Acção: Aumentar estudos analíticos e consultoria – em conjunto com os parceiros de desenvolvimento – para apoiar estratégias nacionais reforçadas e orientadas para os resultados, em todos os 29 países que estão a executar PRSPs novos ou pela segunda vez.

Acção: Assistir todos os 29 países PRS a desenvolver e implementar Planos de Monitorização e Avaliação — incluindo o fortalecimento dos sistemas estatísticos— para as suas estratégias nacionais até ao fim do AF08.

Utilizar-se-ão os indicadores da Declaração de Paris (e.g. estratégias claras de desenvolvimento operacional, enquadramentos orientados para os resultados) para medir a orientação dos resultados das estratégias nacionais e seus elos com o orçamento. Os planos para criação de capacidade para fins de Monitorização e Avaliação (M&E) serão monitorizados em todos os países e continuar-se-á com as avaliações periódicas a nível nacional da capacidade estatística, que serão conduzidas pelo FMI e GBM.

8. **Objectivo: Medir e Reportar o Progresso nos Programas e Projectos.** Para se avaliar o sucesso, é fundamental detectar os resultados que conduzem a um crescimento económico acelerado e a melhorias na capacidade de os pobres e mulheres participarem no crescimento e respectivos benefícios. A Região África irá medir e reportar os resultados para os produtos intermédios, utilizando, como núcleo, os Indicadores Nível I da IDA14. Uma outra área que está a receber uma atenção especial no plano de acção são os esforços para (a) aumentar a orientação dos resultados de novos projectos e programas da IDA nas fases de supervisão e avaliação, e (b) iniciar um programa de avaliação formal do impacto dos projectos da IDA em África.

Acção: Recolher informações básicas e comparativas em 10 países em áreas chave de prestação de serviços públicos utilizando levantamentos de clientes e prestadores de serviços, pontuais e específicos, incluindo as notas atribuídas pelos clientes.

Os produtos intermédios podem ser medidos por uma análise no país da relevância e do impacto do novo instrumento de levantamento. A qualidade dos dados será avaliada conjuntamente pelo Desenvolvimento Económico (DEC) que irá administrar os Indicadores Nível 1 da IDA14, e pela Região África.

V. OBTENÇÃO DE RESULTADOS NA PARCERIA IDA-14

9. O *Enquadramento Estratégico para a IDA em África (SFIA)* publicado em 2004 e a *Estratégia do Crescimento Partilhado* apresentada ao Conselho em Fevereiro de 2005 descrevem a nossa estratégia para assistir as economias de África a acelerar o crescimento e o

progresso no sentido das MDGs. Os países conduzirão os seus programas de desenvolvimento e a estratégia nacional para redução da pobreza permanecerá a âncora da estratégia para o país da IDA e o foco dos resultados. Neste enquadramento, o Grupo Banco intensificará a sua incidência em acções destinadas a ajudar os países a (i) melhorar a governação e criar estados competentes, (ii) acelerar o crescimento económico e (iii) assegurar que os pobres e as mulheres tenham capacidade para participar no crescimento e dele beneficiar. A abordagem da Parceria IDA14, resumida aqui, foi concebida com vista a tirar partido do conhecimento e dos recursos operacionais da IDA no sentido de tornar mais eficaz o uso de uma maior assistência multilateral e bilateral que está a ser dirigida para África.

1. Criar Estados Competentes e Melhorar a Governação

10. Ao implementar as estratégias nacionais para redução da pobreza, muitos africanos e seus líderes apontam a governação saudável e a capacidade institucional como condições prévias essenciais para o crescimento sustentável. O Mecanismo de Análise pelos Pares Africanos da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e uma resposta visível a este desafio.

11. ***Objectivo: Fortalecer a Capacidade e a Gestão das Despesas Públicas.*** A criação de estados competentes e honestos compreende a promoção da transparência, responsabilidade e voz, mas exige também a melhoria do desempenho das instituições estatais principais. Fortalecer uma criação de capacidade e governação eficazes no país – especialmente no que se refere à gestão das despesas e receitas orçamentais, bem como o fortalecimento das instituições que verificam a existência de corrupção – são o centro do Plano de Acção. Adicionalmente, o Plano, informado pelo trabalho da Task Force para Criação de Capacidade, cujo relatório final está previsto para este Outono, encara a implementação de intervenções de criação de capacidade mais eficazes em função dos custos com maior ênfase do que até à data. Para tal, e sem emitir qualquer juízo prévio sobre as recomendações da Task Force, as nossas acções para assistir os países africanos a fortalecerem a governação precisarão de ser talhadas às circunstâncias do país, e há que reconhecer que a implementação exigirá tempo e esforços sustentados. Alguns países beneficiam de uma liderança que tem em mente a reforma e têm capacidade para formular e implementar políticas. Noutros países, onde estas condições não se verificam, é preciso criar uma capacidade básica no sector público e ajudar a criar a responsabilização. Duas medidas chave que o Banco irá tomar são:

Acção: Exigir que todas as novas Estratégias de Assistência ao País (CAS) tenham um programa sistemático de criação de capacidade baseado nas recomendações da Task Force para Desenvolvimento de Capacidade e elevar o número destes CAS de 15 para 25 dentro de três anos.

Acção: Assistir 20 países a reforçarem os elementos centrais dos seus sistemas de Gestão e Responsabilidade Financeira das Despesas Públicas (e.g. contabilidade, gestão de tesouraria, controlo de compromissos, aquisições públicas bem como a introdução de um enquadramento consistente para a medição do desempenho, incluindo o uso de Levantamentos para Identificação das Despesas Públicas).

Utilizaremos os indicadores contidos no Enquadramento de Avaliação de Gestão das Finanças Públicas desenvolvido pela parceria Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA) para medir o progresso registado na gestão pública e financeira e faremos a monitorização da eficácia do governo através dos indicadores IDA14.

12. ***Objectivo: Criar Capacidade nos Estados em Fase de Pós Conflito que lhes Permita Prestar os Serviços Essenciais.*** Os países que estão a emergir de conflito vêm muitas vezes a sua capacidade limitada no que toca a prestar serviços essenciais, tais como saúde, abastecimento de água, saneamento e educação, que são críticos para a consolidação da sociedade. As estratégias de assistência aos países nos países em período de pós guerra precisam, portanto, de apoiar melhorias tangíveis na prestação de serviços básicos, dentro do contexto de fraca capacidade estatal:

Acção: Em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, elaborar estratégias talhadas especificamente para cada país, dando relevo à prestação de serviços essenciais, a nível comunitário e local, assim como à responsabilização em cinco países em fase de pós conflito, até 2007.

Serão utilizados os indicadores IDA14 sobre prestação de serviços na área da educação, saúde e água para monitorizar os resultados a nível do país.

2. Apoiar os Motores do Crescimento

13. A alteração mais significativa no programa para África do Grupo Banco Mundial durante o período IDA14 será a maior incidência nas questões analíticas e operacionais e na agenda do crescimento partilhado. Trata-se de uma área onde os governos africanos, tanto nos países de baixo como de médio rendimento, têm solicitado repetidamente um apoio mais sólido da comunidade de desenvolvimento, desde o lançamento da iniciativa PRS em 1999.²

14. ***Objectivo: Identificar os Motores do Crescimento.*** Para se ajudar os países a alcançarem um crescimento mais rápido será preciso um diagnóstico mais acertado das oportunidades específicas de cada país e dos constrangimentos implícitos ao crescimento, a nível da economia global e sectorial. Em muitos países africanos, vão ser precisas reformas de políticas para que o sector privado possa desempenhar um papel pioneiro e as exportações sofram um impulso de forma a contribuírem para um crescimento acelerado. Preservar os lucros resultantes do crescimento irá, também, exigir um entendimento mais profundo da natureza e gestão dos choques económicos.³

Acção: Desenvolver recomendações concretas para reformas de políticas e acções públicas para acelerar o crescimento com base num diagnóstico do crescimento sectorial e a nível global da economia para um mínimo de 12 países, incluindo, pelo menos, dois em países de rendimento médio (4 em cada um dos AF06, AF07 e AF08.)

² Ver 2005 Review of the Poverty Reduction Strategy Approach Balancing Accountabilities and Scaling Up Results, Banco Mundial, PRMPR, no prelo.

³ Duas contribuições importantíssimas para o nosso entendimento de oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento são *Economic Growth in the 1990s— Learning from a Decade of Reform*, Banco Mundial, 2005; e *Explaining African Economic Growth*, AERC, 2005. A Região África vai publicar um relatório emblemático sobre *Responder ao Desafio do Desenvolvimento em África* durante o Outono de 2005.

Podem utilizar-se levantamentos repetidos para testar a resposta dos investidores às alterações de políticas. As mudanças na quota do investimento no Produto Interno Bruto (PIB), na produtividade do investimento e na taxa agregada do crescimento podem ser utilizadas para avaliar os resultados genéricos das reformas.

15. **Objectivo: Desenvolver um Sector Privado Africano.** África continua a ser um local de alto custo, de alto risco, para se exercer uma actividade económica. De uma forma geral, o custo de fazer negócios em África é 20 a 40% acima do das outras regiões em desenvolvimento. A melhoria do clima de investimento e o aumento de incentivos para os empresários africanos e de outras nacionalidades investirem e se empenharem em actividades económicas são fundamentais para o crescimento. O comprometimento com esta agenda tem de começar no topo, com os líderes políticos africanos do mais alto nível a advogarem reformas das políticas e das instituições que tenham um impacto directo no custo da actividade económica - custos reguladores elevados, direitos de propriedade da terra não garantidos, infra-estruturas inadequadas e caras, sistemas judiciais pouco eficazes. Ao mesmo tempo, a comunidade de desenvolvimento tem de contemplar as necessidades especiais das empresas africanas. O sector privado africano é dominado por Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). Contudo, a sua contribuição para o crescimento e o emprego está circunscrita pelo acesso limitado ao financiamento, por um clima de negócios restritivo com fortes incentivos aos sectores informais, fraca gestão e reduzida capacidade técnica e acesso difícil à informação. Um pacote de intervenções coerentes que utilize as mais valias combinadas do Grupo Banco Mundial pode ajudar a resolver estas questões mais eficazmente. A IDA e a Sociedade Financeira Internacional (SFI) incrementaram consideravelmente as suas actividades relativamente às MPMEs e vão continuar a conduzir abordagens promissoras junto das instituições africanas. Já foram aprovados cerca de USD 50 milhões de investimentos, relacionados com a SFI, em veículos de financiamentos de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), estando cerca de USD 70 milhões adicionais em fase de consideração. O Grupo Banco — IDA, SFI e Agência Multilateral para a Garantia do Investimento (MIGA) — vai expandir o seu trabalho em África, a título complementar, para melhorar o clima de investimento e aprofundar o sector financeiro:

Acção: Expandir a iniciativa IDA/SFI MPME de forma a abranger 8 países até ao AF07. Atenção centrada em criar capacidade e acesso ao crédito para as empresas de propriedade de mulheres.

Acção: Apoiar um aumento das Comissões de Investidores destinados a apoiar programas concretos para eliminar impedimentos críticos ao investimento privado, de 5 no AF05 para 8 até ao AF08 (1 Comissão adicional por cada ano fiscal). Utilizar os resultados dos Levantamentos sobre Exercício da Actividade Económica e das Avaliações sobre o Clima de Investimento como elementos que informam as deliberações das Comissões.

Acção: Aumentar as intervenções da Parceria Empresas Privadas da SFI, incluindo indústrias agrárias, de 1 país no AF05 para 10 países no AF08.

Procederemos à monitorização dos resultados destas acções (e de outras que as suportem) utilizando os indicadores de referência da IDA14 e o Levantamento anual do Exercício da Actividade Económica, com o objectivo de reduzir o custo global dos negócios e aumentar o crédito ao sector privado e a mobilização de poupança em pelo menos nove países até ao fim do

AF08. Utilizaremos as avaliações do resultado da SFI para o programa MPME para avaliar o progresso registado no desenvolvimento do MPME.

16. ***Objectivo: Dar um Impulso para as Exportações.*** A competitividade das exportações, crescimento e diversificação são essenciais para se conseguir um crescimento de longo prazo e a redução da pobreza em África. O comércio global cresceu a taxas sem precedentes durante as últimas três décadas, mas a quota da África nas exportações mundiais baixou de 3,5% em 1970 para menos de 2,0% em 2003. Para além do limitado acesso estrangeiro ao mercado, as razões principais são a debilidade das instituições de mercado básicas; infra-estruturas inadequadas; serviços alfandegários e outros relacionados com o comércio de fraca qualidade; e acesso reduzido ao financiamento.⁴ Conquanto haja um número crescente de países que reconhecem esta realidade, com o apoio da comunidade internacional eles podem incrementar o trabalho destinado a aliviar os constrangimentos que se “levantam dentro do próprio país”:

Acção: Em colaboração com os parceiros, apoiar estudos de análise e operações para identificar e eliminar os constrangimentos “internos” à competitividades das exportações e integração regional em 10 países, 3 durante o AF06, 3 no AF07 e 4 no AF08.

Acção: Aumentar o apoio a 23 países subsarianos, ao abrigo da Iniciativa para Facilitação do Comércio, para cerca de USD 530 milhões (comparativamente a cerca de USD 80 no período AF01-03) até ao final do AF06.

Utilizando levantamentos, iremos medir os resultados destas acções (e outras complementares) em termos de reduções no custo indirecto das exportações com o objectivo de se atingir uma redução de 15% a partir do ano base AF06 em 10 países até ao AF09.

17. ***Objectivo: Colmatar o Défice de Infra-estruturas.*** Para se alcançar as taxas de crescimento de 7%, necessárias para reduzir a metade a pobreza, as necessidades de investimento em infra-estruturas em África montarão a cerca de USD 20 000 milhões por ano, o que corresponde ao dobro do que a região, tradicionalmente, tem vindo a investir. Serão necessárias medidas complementares para cobrir as operações e manutenção respectivas. Logo no início deste ano, foi acordado que se estabeleceria um Consórcio das Infra-estruturas em África para mobilizar recursos, quer para projectos nacionais como para projectos regionais além fronteiras. No âmbito deste mesmo Plano de Acção, o Grupo Banco vai empreender acções no sector da energia, centrando-se em reformas para aumentar o desempenho, redes de transmissão regionais e expansão de acesso em áreas rurais e da periferia urbana; nos transportes, incidindo na recuperação de redes de estradas e programas de reforma para criar mecanismos independentes de financiamento e de gestão; e no abastecimento de água e saneamento, com principal incidência na expansão dos serviços com vista a alcançar a MDG para a água. Duas acções prioritárias são:

⁴ Ver, por exemplo “Doha Development Agenda and Aid for Trade” apresentada ao Conselho do Banco em 6 de Setembro de 2005.

Acção: Incrementar substancialmente o financiamento para as infra-estruturas da ASS, para cerca de USD 1 800 milhões até ao AF06, USD 2 000 milhões no AF07 e USD 2 400 milhões no AF08.

Acção: Trabalhar como parte do Consórcio das Infra-estruturas em África para mobilizar apoio adicional dosadores destinado às infra-estruturas, levando a um aumento de cerca de USD 2 500 milhões até ao AF08.

Os indicadores da IDA14 relativos a água não contaminada, acesso a telecomunicações, electrificação e acesso a estradas serão utilizados para monitorizar e reportar os resultados da agenda das infra-estruturas.

18. **Objectivo: Apoiar a Integração Regional.** A pequena dimensão média das economias africanas, e o facto de muitas não terem acesso ao mar, exige um relevo especial na utilização de metodologias regionais para construção e manutenção de infra-estruturas em corredores de logística comercial principais, com vista a criar enquadramentos institucionais e legais comuns em áreas tais como administração das alfândegas, política de concorrência e regulamentação de recursos de propriedade comum (tais como pescas) e a desenvolver soluções para problemas na área da saúde que transcendem as fronteiras. A NEPAD adoptou a integração regional como um dos seus objectivos centrais, e os esforços para integrar as economias de África estão, lentamente, a ganhar ímpeto, com o apoio activo, entre outros, do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAfD). Contudo, as comunidades económicas regionais de África (RECs) -- UEMOA e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) na África Ocidental, e a Comunidade da África Oriental (ECA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) na África Oriental e Austral— não revelaram grande capacidade para beneficiar destas iniciativas:

Acção: Em conjunto com os parceiros, incluindo os do sector privado, equiparar o apoio do Grupo Banco Mundial para investimentos regionais em infra-estruturas e saúde de cerca de USD 1 000 milhões por ano até ao AF08.

Serão monitorizados os indicadores de incidência da saúde para doenças prevalentes além fronteiras, com vista a avaliar os impactos na saúde. Para medir as reduções nos custos das transacções nos corredores de exportações, serão utilizados levantamentos das infra-estruturas, avaliações do clima de investimento e outros levantamentos junto dos exportadores.

19. **Objectivo: Criar Qualificações para o Crescimento e a Competitividade.** A qualidade e relevância dos sistemas de educação básica levantam sérias preocupações quanto à sua capacidade para absorver tecnologia e inovação. Em demasiados países de África, a formação de qualificações é deficientemente financiada, oferece pouquíssimas oportunidades, muitas vezes a um custo demasiado elevado e, tradicionalmente, não confere aos formandos uma preparação adequada para o mercado de trabalho. Porque os sistemas de inovação nacional estão, na melhor das hipóteses, ainda em fase embrionária, existem poucos elos entre as empresas e os centros locais de conhecimento e qualificações (e.g. universidades, centros de conhecimento de excelência, institutos de formação técnica e de formação profissional) o que limita ainda mais a potencialidade de uma transformação, impelida pelo conhecimento, das economias locais:

Acção: Desenvolver e implementar planos operacionais para apoio da IDA ao ensino secundário em 12 países, e ao ensino técnico, terciário e instituições de investigação, incluindo ensino agrícola em 8 países até ao AF08.

Serão utilizadas sistematicamente avaliações do clima de investimento para monitorizar as percepções dos investidores quanto à qualidade e relevância dos programas de ensino pós primário.

20. ***Objectivo: Tornar a Agricultura mais Produtiva e Sustentável.*** A agricultura tem potencial para ser uma fonte primordial de crescimento acelerado em vários países africanos. O Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP) da NEPAD fundamenta-se em dois pilares: solucionar as barreiras internas a uma análise e produtividade agrícola mais elevadas e advogar, a nível internacional, a eliminação dos obstáculos à produção e exportações agrícolas. O Plano de Acção inclui medidas para: (a) aumentar o investimento físico na agricultura, especialmente na irrigação; gestão dos recursos hídricos, estradas rurais e outras infra-estruturas, e pesquisa e divulgação; (b) aumentar a prestação de serviços públicos nas áreas rurais e (c) alcançar uma produtividade elevada através do uso de mais adubos e práticas agrícolas melhoradas. Duas acções prioritárias que a IDA empreenderá na agricultura são:

Acção: Mobilizar programas globais (tais como o Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional - CGIAR)) para expandir o investimento na ciência e tecnologia agrícolas e fortalecer os sistemas de inovação nacional em agricultura

Acção: Aumentar os investimentos públicos e privados para expandir em 50% o perímetro irrigado relativamente ao ano base AF05 até ao fim do AF08, sendo o Banco o principal parceiro de financiamento

Utilizar instrumentos de levantamento do Banco e dos parceiros de desenvolvimento para monitorizar as tendências das infra-estruturas rurais, produtividade e produção agrícola e conceber mecanismos de informação retrospectiva apropriados para orientar os modelos dos programas.

3. Participar e Partilhar o Crescimento

21. O crescimento, só por si, não será suficiente para se alcançar as MDGs. A experiência de África tem sido de que, se bem que em média o crescimento seja bom para os pobres, a capacidade dos pobres e de outros grupos excluídos, como é o caso das mulheres, *participarem e colherem os benefícios* do crescimento varia consoante o tempo e os países. Assim, para o sucesso de um crescimento partilhado, são essenciais acções destinadas a criar os recursos de que os pobres e as mulheres precisam e a pô-los em contacto com os mercados.

22. ***Objectivo: Por os Pobres em Contacto com os Mercados.*** Em países em que as actividades diferentes da agricultura — tais como a transformação de exportações ou serviços — são os grandes motores propulsores do crescimento, as intervenções destinadas a aumentar a produtividade agrícola e a estabelecer a ligação das populações pobres rurais com o resto da economia através do investimento em estradas e comunicações continuarão a ser elementos importantes da estratégia de crescimento partilhado. As iniciativas para promover micro e pequenas empresas, descritas acima, irão também produzir dividendos na medida em que irão

habilitar melhor os empresários emergentes de África a participar no crescimento e dele beneficiar em outras áreas da economia.

Acção: Aumentar em 20% ao ano os investimentos em estradas rurais, começando com as estradas secundárias.

Utilizando os dados pertinentes aos lares e os levantamentos específicos descritos acima, a IDA irá ajudar os países a monitorizarem as tendências dos rendimentos rurais e urbanos com o objectivo de reduzir as lacunas de rendimentos. Com os levantamentos das empresas monitorizar-se-á o crescimento dos negócios de propriedade das mulheres.

23. ***Objectivo: Incrementar o Desenvolvimento Humano.*** A estratégia da parceria IDA14 visa melhorar o estado de nutrição, fortalecer os sistemas nacionais de saúde, conter a propagação do Vírus da Imune Deficiência Humana e o Síndrome da Imune Deficiência Adquirida (VIH/SIDA) e da malária, inverter a deterioração alarmante na mortalidade materna, infantil e de crianças e expandir a cobertura do ensino primário e do ensino pós primário. Tomará também medidas activas para mitigar as discrepâncias decorrentes do tratamento diferente dado aos dois sexos. As nossas operações para o período AF06-08, em termos de desenvolvimento humano, irão realçar especialmente: (a) metodologias aplicáveis a todo o sector para apoiar o progresso na área da educação, saúde e igualdade de direitos entre os sexos; (b) mobilização comunitária para melhorar a implementação e aumentar a responsabilização na prestação de serviços; (c) utilização de mecanismos de transferência, incluindo tanto os programas de obras públicas alvejados como as transferências condicionais para os órfãos e/ou pessoas que deles cuidam; (d) eliminação de deficiências críticas na cadeia de prestação de serviço (e.g., padrões para recrutamento e retenção de funcionários, construções, entrega de medicamentos e logística); e (e) uso de incentivos para motivar tanto os prestadores de serviços públicos como privados. Os quatro elementos chave serão:

Acção: Expandir o programa de Vacina de Reforço Contra a Malária em 150% em 17 países até ao fim de 2008.

Acção: Incrementar o apoio fora da área dos empréstimos aos programas de VIH/SIDA e solucionar os défices de financiamento em 10 países, incluindo, pelo menos, dois países de rendimento médio, até 2007.

Acção: Aumentar o apoio da IDA ao ensino primário, pelo menos em 15 países, através da Iniciativa de Aplicação Acelerada Educação para Todos (EFA-FTI).

Acção: Acelerar o progresso para a taxa exigida de modo a alcançar-se a meta das MDGs através de sistemas nacionais reforçados em 10 países, até ao AF08.

Utilizaremos os indicadores IDA14 e MDG na educação, saúde e igualdade de direitos entre os sexos para detectar o progresso verificado na implementação da agenda de desenvolvimento humano.

4. Fortalecer as Parcerias

24. A Região África irá trabalhar para acelerar a implementação da agenda, baseada em resultados, para harmonização, alinhamento e resultados a nível de país, acordada no LF de Paris.

25. **Objectivo: Fortalecer as Parcerias a Nível de País.** É necessário actuar em três áreas chave: (a) elaboração de abordagens de desenvolvimento comunitário comuns para apoiar estratégias lideradas pelo país, incluindo o uso de sistemas governamentais, (b) desenvolvimento de um conjunto de ferramentas e metodologias de avaliação com as quais se possam comparar práticas e acelerar a coordenação e harmonização, e (c) acelerar medidas de acompanhamento posterior relativamente aos indicadores de progresso:

Acção: Revitalizar o mecanismo do Grupo Consultivo de forma a tornar-se “encontros de recursos e resultados”, aumentando o âmbito destas reuniões e fortalecendo parcerias referentes às agendas das MDGs e da harmonização. Apertar o elo entre recursos e resultados e prosseguir mais amplamente a agenda de harmonização e alinhamento, ao nível de país. Neste contexto, o Banco irá apoiar avaliações independentes das relações país-dador, em 5 países africanos.

Acção: Utilizar um menu alargado de opções que possibilite disponibilizar à comunidade de desenvolvimento, como um bem público, o conhecimento analítico e operacional do Grupo Banco Mundial. Permitir que os dadores canalizem a sua ajuda reforçada em parceria com a IDA mas preservando a sua identidade.

Para avaliar o sucesso, utilizaremos os indicadores da Declaração de Paris com vista a alcançar todas as metas em 10 países até ao fim do AF08.

5. Implementar a Parceria IDA14 a Nível de País

26. Os países de África podem ser genericamente agrupados em quatro categorias assentes em três critérios: (a) desempenho económico (medido pelo crescimento do PIB e classificações CPIA); (b) progresso registado na prossecução das MDGs; e (c) perspectivas de uma eficaz harmonização dos parceiros de desenvolvimento. Estes critérios determinam a velocidade e sequência com que seremos capazes de evidenciar um progresso demonstrável na utilização dos recursos adicionais disponibilizados a partir do início de 2006, no âmbito do modelo de parceria IDA14, descrito acima:

- **Países com capacidade para usar rapidamente mais ajuda numa vasta série de intervenções**— por exemplo, Burquina-Faso, Gana e Tanzânia. Nestes países, é muito forte a orientação no sentido dos resultados, os dadores estão bem alinhados e os recursos adicionais podem ser utilizados eficazmente de imediato. Há a certeza de o país definir prioridades e essencialmente gerir a ajuda. Os desafios incluem a gestão macroeconómica de mais ajuda, identificação rápida de programas escaláveis e rápida implementação de um enquadramento aperfeiçoado dos resultados (incluindo o aperfeiçoamento dos sistemas de dados). Actualmente, estas economias recebem uma “sub ajuda” no sistema internacional e podem representar uma oportunidade para um incremento muito significativo, à medida que se concretizem os compromentimentos de Gleneagles.

- **Países onde é possível um incremento selectivo**— por exemplo, Etiópia, Mali e Nigéria. Nestes países, é moderada a orientação com vista aos resultados, os parceiros de desenvolvimento estão parcialmente alinhados (em torno de algum apoio orçamental e programas sectoriais) e os recursos adicionais podem ser utilizados selectivamente para incrementar programas sectoriais. Os parceiros de desenvolvimento irão precisar de ser mais activos na harmonização da sua actuação e no alinhamento das prioridades do país, respeitando contudo o controlo do país. Os desafios incluem o reforço da estratégia do país (prioridades e resultados), aprofundamento de enquadramentos de dadores comuns, reforço selectivo de programas escaláveis e desenvolvimento de um enquadramento e dados dos resultados. São economias em que a actual afectação internacional com base no desempenho funciona bem e onde a IDA pode ter um papel de liderança com o menu de opções.
- **Estados frágeis onde a ajuda adicional irá provavelmente se centrar em programas alvejados**— por exemplo, Burundi, Chade e República Democrática do Congo. Nestes países, a orientação no sentido dos resultados é mínima, as estratégias nacionais não obedecem a prioridades, os organismos de ajuda lideram os esforços da ajuda e a capacidade de implementação é reduzida. Os desafios compreendem o reforço da capacidade estatal, promoção do controlo nacional, implementação efectiva dos programas existentes e aperfeiçoamento dos sistemas de dados e de monitorização. O incremento ficaria confinado a programas alvejados específicos, tais como malária, educação, VIH/SIDA e ainda algumas infra-estruturas. As transformações políticas podem, contudo, oferecer campo para um uso eficaz dos recursos adicionais fora do actual sistema de afectação em função do desempenho.
- **Estados afectados por conflitos recentes** — por exemplo, Libéria. Nestes países, a atenção está centrada em terminar e impedir a ocorrência de um novo conflito, e em recriar os rudimentos de um estado. Os dadores assumem a liderança e existe uma estreita coordenação em torno de um pequeno número de programas relacionados com o conflito. Nos desafios, contam-se a capacidade de reconstrução e de estabelecimento de um estado viável, e a identificação de programas específicos que prestem serviços de uma forma rápida e eficaz. Qualquer incremento implicaria responder a oportunidades específicas onde o fornecimento de níveis mais elevados de apoio para a prestação de serviços básicos no sistema de período de pós conflito imediato pudesse cimentar a transição para a paz.

VI. DE MONTERREY À CIMEIRA DO MILÉNIO: INCREMENTAR O PROGRESSO COM VISTA À PROSECUÇÃO DAS MDGS

27. Com o aumento dos volumes de ajuda, em conformidade com os compromissos de Monterrey e de Gleneagles, de uma estimativa actual de 6000 a 8000 milhões de USD adicionais de ajuda multilateral e bilateral ao ano em 2006, no enalço de mais USD 25 000 milhões prometidos para 2010, a estratégia da parceria e o plano de acção da IDA14 podem ser incrementados através de uma abordagem em “acordeão”, segundo a qual se compromete mais ajuda às economias e actividades capazes de a utilizar eficazmente. Quando os nossos esforços para apoiar estados frágeis e países afectados por conflitos produzirem resultados, espera-se que

um número crescente desses países passe a pertencer a categorias com melhor desempenho, do sistema de afectação da IDA assente no desempenho. Aumentos extraordinariamente significativos de ajuda iriam também permitir parcerias com dadores bilaterais com vista a centrar os recursos em três categorias que recebem “sub ajuda” — países com um desempenho superior, países em via de alterações de fundo e comunidades económicas regionais — onde a potencialidade de impacto é elevada em termos de região.

28. ***Quanta mais Ajuda é que África pode Utilizar Eficazmente?*** As estimativas do financiamento externo anual adicional que África pode utilizar eficazmente para alcançar as MDGs — incluindo as da Task Force Milénio da ONU (USD 70 000 milhões adicionais) e a Comissão Britânica para África (entre USD 25 000 milhões a 50 000 milhões adicionais) — variam imenso por causa de vários factores: sensibilidade das estimativas de custos à hipótese da eficiência das despesas, a dificuldade de se determinar as complementaridades do progresso numa determinada área das MDGs, o impacto dos esforços fiscais do próprio país sobre necessidades de ajuda e a gestão macroeconómica de fluxos de ajuda acrescidos. Além do mais, a maior parte dos estudos sobre a “determinação do custo” das MDGs só incide nos custos directos da prestação de serviços em sectores associados com as próprias metas (sobretudo educação e saúde) e ignoram a necessidade de investimentos em sectores complementares orientados para o crescimento, como é o caso das infra-estruturas. Tendo presente que estas estimativas estão sujeitas a grandes margens de erro, uma estimativa conservadora da AOD adicional que África poderia utilizar eficazmente, tanto no desenvolvimento humano como de infra-estruturas, situa-se na faixa de USD 14 000-18 000 milhões ao ano durante 2006-2008 a USD 24 000-28 000 milhões até 2015.⁵ Nestas circunstâncias, parece que a comunidade internacional está no caminho certo para fazer corresponder os aumentos propostos de financiamento do desenvolvimento, decorrentes dos processos de Monterrey e Gleneagles, com a capacidade das economias africanas usarem eficazmente os recursos adicionais no sentido de promoverem o crescimento e alcançarem as MDGs.

29. ***Incidência Sectorial da Assistência.*** O Quadro 1 indica algumas estimativas preliminares do modo como podia ser utilizado o apoio dos dadores a nível sectorial, comparativamente à IDA13. O primeiro cenário revela a composição média projectada dos compromissos no âmbito da IDA14, exclusivamente. O segundo cenário mostra uma gama de afectações possíveis da assistência adicional anual de USD 10 000 milhões disponibilizada no âmbito da “parceria IDA14”. A afectação projectada reflecte tanto o nosso conhecimento dos planos existentes dos parceiros de desenvolvimento para co-financiamento com a IDA14 como o pressuposto adicional de que os países irão expressar uma procura maior de assistência nas áreas descritas como prioritárias no âmbito do enquadramento de Parceria IDA14. Neste cenário, existe um aumento notável do volume de apoio para infra-estruturas e uma deslocação ligeira no sentido de investimentos destinados a promover o crescimento. O cenário final, “Pós Gleneagles,” representa uma estimativa do modo como os USD 25 000 milhões de assistência adicional

⁵ Estudos recentes do Banco Mundial tentaram fornecer estimativas da capacidade dos países africanos utilizarem mais AOD em educação, saúde e infra-estruturas. As estimativas para o financiamento do desenvolvimento humano indicam necessidades de financiamento adicional de USD 8 000 milhões em 2006 a USD 14 000 milhões em 2015. Os programas globais para VIH/SIDA, malária e tuberculose podem acrescentar mais USD 3000-4000 milhões ao ano. (*Global Monitoring Report*, 2005; Baird and Shetty, 2003). As últimas informações prestadas pela Rede de Infra-estruturas (Estache, 2005) indicam que as necessidades de investimento em infra-estruturas em África são da ordem de USD 17000-22000 milhões ao ano. Uma estimativa conservadora da AOD que seria necessária está na faixa de USD 6000-8000 milhões por ano.

podiam ser utilizados em 2010. A projecção – altamente especulativa, na medida em que as despesas a nível de país serão determinadas pelas prioridades nacionais e processadas através de sistemas de gestão de despesas públicas normais – traduz a procura projectada de financiamento em cada um dos sectores, limitada contudo pelas nossas estimativas da capacidade dos países africanos utilizarem eficazmente os recursos adicionais. A grande alteração estrutural nas despesas projectadas, relativamente à Parceria IDA14, é um incremento substancial do financiamento à saúde e educação.

Quadro 1 – Afecção do Apoio Adicional dos Dadores (média anual em USD mil milhões)

	<i>IDA13 Apenas</i>	<i>IDA14^{Apenas} (Média 2006-2008)</i>	<i>Parceria IDA14^b (Média 2006-2008)</i>	<i>Pós Gleneagles^c (Média 2009-2011)</i>
Governança, DSP, Fomento Exportações, Integração Regional	1,1	1,2	2,0-2,6	2,0-5,0
Infra-estruturas (incluindo infra-estruturas rurais)	1,5	2,0	4,0-4,2	6,0-9,0
Agricultura	0,3	0,3	0,5-0,9	1,0-3,0
Educação	0,4	0,3	0,5-0,9	3,0-5,0
Saúde	0,7	0,8	1,9-2,3	7,0-9,0
Total/Média	4,0	4,6	10,0	25,0

^a Excluem-se USD 40 milhões reservados para pagamento de atrasados.

^b Parte da hipótese que existe um financiamento adicional da comunidade dadora da USD 10 000 milhões (incluindo USD 600 milhões da IDA14).

^c Baseado em estimativas da capacidade para absorver recursos adicionais em cada sector

30. **Manter o Enfoque no País.** As acções propostas para reforçar o modelo assente no país, no âmbito do cenário da parceria IDA14 — aguçando a nossa atenção nas questões de governação e de crescimento partilhado — oferecem uma base sólida que habilita os países a gerirem os recursos adicionais. As iniciativas G8 levantam, no entanto, um desafio quanto à utilização de novos recursos através dos sistemas dos países. Os programas “verticais” para se alcançarem resultados específicos em infra-estruturas, educação e saúde são veículos atraentes para mobilizar o apoio dos contribuintes à assistência ao desenvolvimento. Será necessária a liderança do Grupo Banco, através de mais estudos analíticos e pareceres sobre políticas, para ajudar os países a utilizar estes fundos de uma forma flexível e integrá-los nos sistemas de cada país. O Banco (em conjunto com o FMI) também pode reforçar a capacidade dos países para utilizarem mais recursos através de um melhor entendimento da gestão macroeconómica e afecção estrutural de fluxos de ajuda. Como o apoio orçamental irá, provavelmente, desempenhar um papel muito mais importante nos desembolsos da ajuda, vai também ser necessário o fortalecimento adicional dos mecanismos de gestão do sector público, incluindo a análise de projectos, orçamentação, elaboração de relatórios e M&E.

31. **Dirigir o Apoio para Países que Produzam Efeitos Profundos nas Áreas Vizinhas.** No âmbito da IDA14, os países da África Subsariana recebem recursos de acordo com o sistema de afecções da IDA feito na base do desempenho (PBA). A existência de uma ajuda substancialmente acrescida possibilitaria centrar os recursos adicionais diferentes do PBA em países e iniciativas regionais que possam produzir efeitos secundários importantes. Esta estratégia podia ter um impacto significativo no desempenho global em África e na taxa de prossecução das MDGs.

- ***Países com um Desempenho Superior.*** Os países com um desempenho elevado demonstram aos seus vizinhos que é possível ser bem sucedido. Se três países de dimensão significativa tivessem um crescimento superior a 8%, a África iria parecer um lugar diferente. No Quadro 2 indicam-se as probabilidades de se alcançarem as MDGs, com base nas tendências actuais, em 10 países africanos com um desempenho elevado. A concentração de uma ajuda relativamente alta num número limitado de países podia maximizar o progresso no sentido desses mesmos países poderem cumprir a maior parte ou até todas as MDGs. Face às limitações de recursos e ao actual sistema de afectação da ajuda, para tal seria necessário um esforço concertado da comunidade de desenvolvimento.
- ***Países em Via de Alterações de Fundo.*** Muitos dos custos das economias com fraco desempenho são suportados pelos países vizinhos e uma inversão desta situação iria trazer benefícios profundos a toda a região. Está comprovado que as economias podem utilizar assistência técnica substancial e apoio financeiro eficazmente na reintegração do mercado e prestação de serviços básicos. Merecem atenção especial porque podem existir casos em que as necessidades de financiamento não consigam ser suficientemente atendidas pelos mecanismos, tais como a concentração de recursos, na fase inicial, a nível de país e através de reafecções intra regionais, inseridos nos enquadramentos de afectação de recursos da IDA14 e de outros parceiros de desenvolvimento. O Grupo Banco e a comunidade dadora mais vasta têm suficiente experiência específica a cada país, que lhes permita ajuizar quais as alterações profundas que seriam sustentáveis, baseadas em ligeiras melhorias na CPIA, observação estreita da liderança e realidades políticas.
- ***Iniciativas Regionais.*** Na prática, as iniciativas regionais utilizaram relativamente pouco apoio no âmbito do actual sistema de afectação da IDA. Porque estes investimentos têm potencialidade para remunerações muito elevadas, especialmente para os países interiores, os projectos regionais bem concebidos merecem um aumento do financiamento, à medida que se disponibilizam os recursos. Para além do seu papel na área de criação de capacidade e reforço institucional, o conjunto de projectos de integração regional do Grupo Banco Mundial tem vindo a crescer rapidamente e, presentemente, os projectos aptos a serem financiados ao longo dos três próximos anos têm um valor superior a USD 2 000 milhões.

Quadro 2 – Progresso nas MDGs para uma selecção de países da ASS

	Contagem do nº de Pobres*	Conclusão do Ensino Primário	Igualdade entre Os 2 Sexos no Ensino Primário	Mortalidade Infantil	Nascimentos Atendidos por Pessoal Treinado	Acesso a Fontes de Água de Melhor Qualidade
Benin						
Burkina-Faso	**					
Camarões						
Cabo Verde		☆☆☆	☆☆☆			
Gana						☆☆☆
Moçambique						
Ruanda			☆☆☆			
Senegal	**					
Tanzânia			☆☆☆			☆☆☆
Uganda						
☆☆☆☆						
MDG já alcançados	No caminho certo para a consecução das MDGs até 2015	Atingirá entre 50 e 95% da MDG	Atingirá entre 30 e 50% da MDG	Atingirá entre 10 e 30% da MDG	Sem melhorar nem piorar	Sem dados

Fonte dos dados: DECDG Banco Mundial. *As estimativas baseiam-se na linha de pobreza nacional. **Os dados mais recentes parecem revelar reduções da pobreza nestes dois países, embora dados anteriores tenham dado uma indicação contrária.

32. **Um Novo Mecanismo de Financiamento: Um “Fundo de Capital de Risco de Ajuda aos Países” (VCCAF).** Para apoiar a metodologia de selectividade proposta, o Grupo Banco Mundial vai explorar possibilidades de um novo mecanismo de financiamento alicerçado no Grupo Banco. Este “Fundo de Capital de Risco de Ajuda aos Países” (VCCAF) podia solucionar uma série de situações especiais de países onde existam oportunidades de alto risco/altamente remuneradoras com vista a fomentar o desenvolvimento e o crescimento através de “externalidades dos países vizinhos” muito poderosas que, de outra forma, talvez não fossem contempladas pelo financiamento da IDA e seus parceiros de desenvolvimento. É importante realçar que um mecanismo deste tipo seria um *complemento* e não um *substituto* da IDA, mantém o controlo por parte do país, e baseia-se em sistemas de gestão de despesas integrados, apoiados pela IDA. Os tipos de oportunidades que um VCCAF iria explorar adequadamente incluem (i) os países com um desempenho elevado, (ii) situações de transformação profunda e (iii) investimentos regionais. Como com qualquer fundo deste tipo, o Grupo Banco tomaria a responsabilidade pelo rendimento global dos recursos e pela gestão dos riscos.

VII – IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO, ORÇAMENTO E QUADROS DE PESSOAL

33. A implementação do Plano de Acção para África apoiar-se-á nos recursos da totalidade do Grupo Banco Mundial, incluindo SFI, MIGA e Redes. A nível sectorial, será necessário um apoio maior por parte de todas as Redes do Banco para se melhorar o enfoque do nosso trabalho, avaliar os benefícios obtidos na prestação de serviços e aperfeiçoar o nosso apoio no campo operacional e de estudos analíticos. Relativamente à monitorização de resultados e avaliação do impacto, será necessária uma colaboração estreita com o OPCS, DEC e parceiros de

desenvolvimento. O reforço dos motores de crescimento depende fundamentalmente de alianças eficazes com a SFI e a MIGA, tanto a nível de sede como de países.

34. ***Qualificações dos Funcionários e Local de Trabalho.*** As qualificações profissionais dos funcionários do Grupo Banco que trabalham com a África precisam de mudar para poderem apoiar eficazmente as áreas de resultados, criação de capacidade, gestão das despesas públicas e estratégia sectorial. Vão ser precisos especialistas técnicos com vastas qualificações multissectoriais programáticas e integrantes, especialmente em INF e DH, os sectores em que mais crescerão os programas. Adicionalmente, também está planeada alguma descentralização de posições. A combinação de transferências adicionais e preenchimento de posições no local das operações a título de substituições regulares será também um desafio, pois já se tem provado como é difícil atrair candidatos fortes para posições no local. Precisaremos de equacionar questões relacionadas com incentivos e cônjuges que trabalhem. A região também vai precisar do apoio activo das Redes e Comissões Sectoriais relevantes, quer para identificar funcionários de outros departamentos do Banco que tenham as qualificações apropriadas para as novas necessidades em África, quer para os próprios funcionários trabalharem o tempo necessário em áreas temáticas e países específicos. Como os sectores INF e DH têm ambos uma boa tradição na contratação de quadros técnicos superiores recrutados localmente, como parte dos esforços de descentralização, estes sectores irão precisar de delegar mais dos seus programas de trabalho a estes quadros. Com o tempo, esta abordagem à descentralização aumentaria a percentagem de funcionários recrutados localmente (FRL) para Funcionários Recrutados Internacionalmente (FRI), com a conseqüente redução dos custos globais de pessoal.

35. ***Implicações no Orçamento.*** A região considerou as seguintes áreas do programa de trabalho para estimar as implicações nos custos com a implementação do Plano de Acção para África.

- O enquadramento de resultados aperfeiçoado.
- Crédito adicional e estudos de conhecimento associados com recursos mais elevados da IDA e mobilização de fluxos de recursos dosadores no âmbito da parceria IDA.
- Descentralização dos funcionários extra.

36. A implementação eficaz do AAP vai exigir um aumento modesto no orçamento da Região África. As estimativas de custo para o Plano de Acção foram calculadas através de um amplo processo de consultas em toda a região, reflectindo conseqüentemente a nossa melhor estimativa dos custos prováveis. Foram organizadas sessões que permitissem a discussão e sugestões informadas sobre as nossas propostas e as estimativas foram revistas de modo a assegurar a identificação de todas as potenciais oportunidades de transferência. Os aumentos dos custos reflectir-se-ão sobretudo nas infra-estruturas, governação, desenvolvimento humano, países em fase de pós conflito, coordenação deadores e criação de um enquadramento dos resultados. Serão necessários recursos substanciais, na fase de concepção, para alinhar os mecanismos de financiamento vertical com as estratégias fundamentadas no país através dos PRSPs. As necessidades orçamentais para infra-estruturas (INF) e desenvolvimento humano (DH) subirão mais que proporcionalmente, com aumentos do volume de crédito devidos à complexidade acrescida das operações sectoriais e acordos de parcerias. Embora ainda haja margem para algumas eficiências, ao longo do tempo, com o novo enfoque das qualificações profissionais já em vigor, noutros casos haverá necessidade de recrutamento, aumentando assim

os custos de pessoal nestes dois sectores. À medida que a implementação do programa avança, faremos a avaliação e relataremos o progresso através das análises trimestrais do orçamento.

VIII - CONCLUSÕES

37. Em Abril de 2005, o Conselho de Directores Executivos pediu à Região África para apresentar ao Comité de Desenvolvimento um plano de acção que demonstrasse o modo como o Grupo Banco irá implementar a sua estratégia para África. Este Plano de Acção para África (AAP) trata dessa solicitação e do compromisso de Gleneagles de coordenar a resposta internacional à expansão da assistência a África, ao estabelecer acções concretas e passíveis de serem monitorizadas, destinadas a assegurar que os países africanos, o Grupo Banco Mundial e a comunidade de desenvolvimento se centrem cada vez mais na prossecução de *resultados medíveis* a nível de país, sector e projecto; que os recursos actualmente existentes para 2006-2008 podem ser utilizados eficazmente para *apresentar resultados* nas áreas de crescimento, desenvolvimento humano e redução da pobreza; e que os aumentos na assistência para além dos níveis presentes serão utilizados *de uma forma que aumente o impacto*. O progresso alcançado no âmbito deste Plano de Acção para África será avaliado com regularidade e reportado anualmente ao Conselho, utilizando os indicadores de resultados descritos no Anexo A para prestar sugestões informadas que permitam introduzir modificações destinadas a melhorá-lo. Neste contexto, o Grupo Banco encara o AAP como um documento “vivo”.

38. A oportunidade oferecida este ano para apoiar um melhor desempenho em toda a África com uma maior e mais eficaz assistência ao desenvolvimento não pode ser desperdiçada. O Plano de Acção para África fornece um conjunto de medidas concretas que habilitarão o Grupo Banco Mundial e a comunidade de desenvolvimento em geral a aumentar a sua capacidade de ajuda a todos os países de África para acelerar o crescimento, preparar os pobres e as mulheres a participarem e beneficiarem de novas oportunidades e atingir o maior número possível das Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015, transformando assim o “Ano de África” numa “Década de África”.

39. Na mesma linha do programa mais amplo de acções estabelecido neste *Plano de Acção para África*, a Região África centrar-se-á em três elementos estratégicos centrais ao longo do período IDA14 (2006-2008):

- Em primeiro lugar, iremos intensificar consideravelmente a nossa *atenção nos resultados* em três áreas, estabelecendo enquadramentos de resultados específicos dos países, adoptando uma cobertura completa dos resultados com base nas estratégias de assistência dos países, e aumentando a atenção da gestão para os incentivos e resultados da gestão do portfolio da IDA obtidos com o aumento dos incentivos. Utilizando os indicadores de resultados descritos acima e no plano de acção mais vasto, iremos monitorizar e reportar a avaliações externas da incidência nos resultados.
- Em segundo lugar, iremos aumentar a *nossa atenção analítica e operacional nos motores do crescimento partilhado*. Em particular, entraremos activamente em parcerias com terceiros para ajudar os países a criarem um enérgico sector privado em África, fomentarem as exportações – incluindo exportações agrícolas e de produtos agrícolas transformados – e reduzirem as carências de infra-estruturas. Em cada país, através do processo PRSP, identificaremos e aumentaremos o apoio a uma intervenção de impacto

elevado – por exemplo, no desenvolvimento rural, saúde ou educação – que na opinião dos governos e dos cidadãos tenha demonstrado um progresso tangível na partilha dos benefícios do crescimento. Monitorizaremos o nosso progresso através de uma combinação dos instrumentos de levantamento específicos do país, o enquadramento dos resultados IDA14 e levantamentos concebidos pelo Banco para o fim específico de aquilatar o clima de investimento e a prestação de serviços.

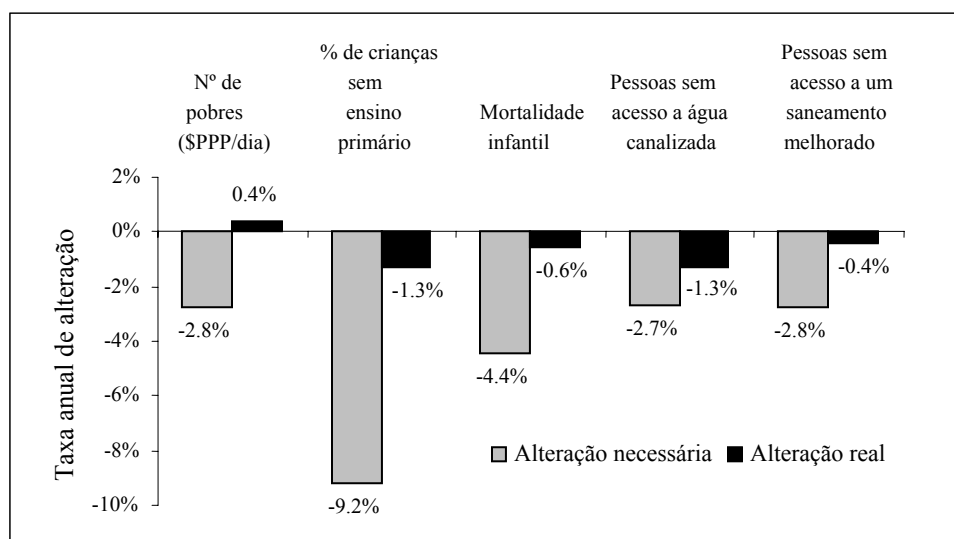
- Em terceiro lugar, revitalizaremos a nossa *agenda de parceria* para acelerar e reforçar, a nível de país, o impulso internacional conseguido com o processo de Monterrey e de Paris. Em particular, trabalharemos para desenvolver e implementar o nosso “menu de opções” com vista a disponibilizar o conhecimento analítico, operacional e dos países, que o Grupo Banco possui, aos outros parceiros de desenvolvimento, como um bem público, a fim de se empregar eficazmente o montante crescente de recursos à disposição de África. Também promoveremos activamente a constituição de reuniões de grupos consultivos sobre “resultados e recursos” que visam acentuar o enfoque nos resultados dos esforços de alinhamento e harmonização, a nível de país e assegurar uma maior previsibilidade e pontualidade na prestação da assistência. Mediremos o nosso sucesso nestas áreas, utilizando os Indicadores de Harmonização de Paris e também patrocinaremos e participaremos activamente em avaliações independentes, a nível nacional, das práticas governamentais e dos parceiros de desenvolvimento.

RESPONDER AO DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA UM PLANO DE ACÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL

I. INTRODUÇÃO

1. A África Subariana continua a ser para o mundo o desafio mais extraordinário ao desenvolvimento. Nas últimas duas décadas, o número de pobres em África duplicou, passando de 150 milhões para 300 milhões, o que corresponde a mais de 40% da população da região. Cerca de um terço dos africanos vive em países afectados por um conflito ou em fase de pós guerra. Acresce que o VIH/SIDA continua a ameaçar a vida e a sobrevivência deste povo. De todas as regiões em desenvolvimento, África tem a maior incidência de pobreza e a pobreza extrema é praticamente o dobro da taxa média global. Se bem que a região só seja responsável por 10% da população mundial, alberga mais de 30% dos pobres do mundo. A África também é a única região que continua atrasada relativamente à maioria das Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs). Mantendo-se as tendências actuais, ficará muito longe de cumprir as metas de 2015. (Figura 1).

Figura 1 – A Lacuna entre MDGs Seleccionadas e o Progresso Actual



Fonte de dados: Relatório de Monitorização Global, 2005, Monitorização da Pobreza Mundial, 2005.

2. Mas o progresso recente é encorajador. A África parece estar num ponto de viragem, o que está a ocorrer em várias frentes. O aspecto mais importante talvez seja o facto de os líderes africanos estarem a encabeçar o esforço de desenvolvimento. Tal está a acontecer, entre outras áreas, através da União Africana (UA) e a Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). Como consequência parcial, as políticas e instituições dos países solidificaram-se e o crescimento acelerou. Acresce que a pobreza caiu em vários países, e os indicadores de desenvolvimento humano, especialmente na educação, estão a avançar a passos largos.

3. Relativamente ao apoio ao desenvolvimento, aumentou o 'controlo por parte dos países'. Os parceiros de desenvolvimento estão a depender cada vez mais das estratégias nacionais para redução da pobreza dos países africanos — a maior parte delas inseridas nos Documentos da Estratégia para Redução da Pobreza (PRSP) — como o instrumento em torno do qual a assistência é alinhada. A recente Declaração de Paris vincula tanto os parceiros de desenvolvimento multilaterais como os bilaterais a um progresso acelerado na harmonização e alinhamento com os objectivos de resultados nacionais. Se bem que o progresso seja irregular, existe um número crescente de casos de harmonização real nos empréstimos ao desenvolvimento; crédito para políticas de programas multisectoriais; e estudos analíticos conjuntos. Dentro do Grupo Banco Mundial (GBM), a Região África é a que tem a maior percentagem de crédito harmonizado de todas as regiões do Banco.

4. A resposta da comunidade de desenvolvimento a esta actuação aperfeiçoada também é bastante auspiciosa. As perspectivas a médio prazo de aumentos substanciais da ajuda a África são mais encorajadoras em consequência da Cimeira G-8 de Julho de 2005, em Gleneagles. Os parceiros de desenvolvimento indicaram que esperam que os níveis de ajuda subam em função dos compromissos por eles assumidos em Monterrey e a soma destes aumentos projectados mais os recursos acrescidos da IDA e do BAfD resultarão provavelmente num aumento significativo em assistência. Gleneagles representa um momento decisivo no comprometimento das nações mais ricas do mundo com vista a cumprirem as promessas feitas em Monterrey e indicia a potencialidade de se ir ainda mais além no sentido de se prestar assistência ao desenvolvimento e alívio da dívida adicionais.

5. *O Grupo Banco Mundial definiu uma meta para si próprio: trabalhar em parceria para ajudar cada um dos países africanos a alcançar o maior número possível das Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015.* Para tal, este **Plano de Acção para África** (AAP) e a *Matriz de Acções* (Anexo A) anexa definem como é que, através de uma série de acções concretas, o Grupo Banco, trabalhando em parceria com outros parceiros de desenvolvimento, irá apoiar a implementação nos países africanos de uma estratégia de crescimento partilhada.⁶ Destaca, também, o papel catalizador do Grupo Banco, no que toca à colaboração com outros parceiros, para enquadrar uma resposta internacional coerente ao desafio de se acelerar o progresso com vista à consecução das MDGs em África mediante o estabelecimento de um enquadramento amplo, abrangendo dadores múltiplos, baseado nos resultados, para apoiar níveis aumentados de auxílio financeiro a África.

6. Conforme se especifica abaixo, o Plano de Acção oferece um enquadramento orientado para os resultados com o intuito de apoiar políticas de importância vital e medidas públicas lideradas pelos países africanos para se alcançarem metas bem definidas, como por exemplo as MDGs. Os principais meios à disposição dos países africanos para atingirem estas metas incluem a formação de estados honestos e competentes através de reformas da governação; elevação da taxa de crescimento; e preparação dos pobres e mulheres para participarem no crescimento e seus benefícios. O Grupo Banco, só por si, não pode atender às necessidades de África nestas áreas. Parcerias a nível nacional, regional e global, uma maior selectividade dos países e do sector na concepção e no alvo das intervenções; melhor harmonização e alinhamento das acções dos

⁶ Em todo este documento, as acções prioritárias estão indicadas em itálico e negrito. As acções coadjuvantes aparecem em itálico.

parceiros de desenvolvimento em apoio das estratégias dominadas pelo país; e a criação de sistemas sólidos de monitorização e avaliação são todos elementos necessários para esse fim. O sucesso da implementação destas acções irá depender, em grande medida, do grau de eficácia com que são utilizados os novos recursos postos à disposição de África. A implementação do AAP terá implicações significativas na forma como o Grupo Banco exerce a sua actividade em África, em termos de orçamento, qualificações do pessoal e localização do trabalho. Por último, a eficácia do próprio Plano de Acção será avaliada regularmente para se obterem informações que permitam a adopção de alterações para o melhorar.

II. AFRICA NUM PONTO DE VIRAGEM

7. Se bem que praticamente todos os países africanos tenham sofrido profundos declínios económicos entre meados dos anos 70 e finais da década de 80, o crescimento aumentou num certo número de países durante os anos 90. O crescimento foi, no entanto, limitado em países afectados por conflitos. Da mesma forma, a subida abrupta dos preços mundiais do petróleo, que começou em meados de 2005, pode prejudicar o crescimento dos países importadores de petróleo. Contudo, a melhoria do desempenho económico reflecte as alterações importantes que estão a acontecer em todo o continente. Também aponta para o facto de as diferenças entre países com um bom desempenho e países com um fraco desempenho serem cada vez maiores. Entender as razões que levam a esta heterogeneidade acentuada leva-nos a conhecer de perto as “histórias de sucesso” e a forma de as aplicar para produzirem efeitos em outros locais do sub-continente, o que constitui um elemento chave da metodologia utilizada pelo AAP.

1. Liderança de Melhor Qualidade

8. Os líderes africanos estão a tomar várias medidas a nível regional para resolver os conflitos, melhorar a governação e promover a competitividade. O processo NEPAD de revisão pelos pares, através do Mecanismo de Análise pelos Pares Africanos (APRM), por exemplo, cria incentivos para os países africanos se apoderarem do “controlo” e assumirem a liderança e a responsabilidade pelos seus programas de desenvolvimento.⁷ As análises pelos pares ajudam a melhorar a reputação da região, através da certificação de boas práticas na governação. A adopção da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI) é uma outra iniciativa que promove a melhor governação na região. A partilha entre os países dos transportes/energia, reforma alfandegária, coordenação na gestão de epidemias e protecção das zonas comuns, como o Nilo e Grandes Lagos, são exemplos de iniciativas em que se estão a criar entidades para fornecer bens públicos e promover a colaboração na região, com vista a aumentar a competitividade e a promover os fluxos comerciais, não apenas dentro de África mas entre a África e o mercado mundial.

2. Aumentar a diversidade no crescimento, desenvolvimento humano e redução da pobreza

9. Durante a última década, o padrão de desenvolvimento na ASS diversificou-se cada vez mais. Desde meados dos anos 90, 16 países passaram a registar um crescimento do PIB superior a 4,5% ao ano (Quadro 1). Para vários destes países – incluindo Uganda, Moçambique,

⁷ Foram concluídas análises para o Gana e Ruanda e estão em curso análises para outros oito países.

Tanzânia, Gana e Senegal - o aumento do crescimento tem sido acompanhado de uma diversificação das economias e exportações. A partir de 1995, excluindo os países com recursos petrolíferos elevados, o grupo de países africanos com um crescimento mais acentuado, 15 na totalidade, apresentou uma taxa de crescimento média de 5,3%. Estes países acolhem 35% da população da região. Por seu turno, as 15 economias com um crescimento mais lento registaram um crescimento económico médio de apenas 1,7%, havendo vários com um crescimento nulo ou até mesmo negativo. Estes países, muitos dos quais estão ou em guerra ou saíram recentemente de um conflito, abrigam 31% da população da região.

10. As economias com um ritmo de crescimento mais acelerado também alcançaram melhores resultados de desenvolvimento humano. Tal é resultado, em parte, de um bem-estar familiar melhorado, fruto de rendimentos rapidamente mais elevados e, em parte, de melhorias na prestação de serviços sociais, tais como a educação e a saúde. Alguns dos países com um crescimento mais rápido também tiveram um desempenho relativamente bom em termos de redução da pobreza e estão no caminho certo para cumprir a meta MDG de reduzir a metade, até 2015, o número de população pobre. Em contrapartida, os países com um crescimento mais lento, registaram um aumento do número de pobres (Figura 2).

Quadro 1— Crescimento médio anual do PIB entre 1995 e 2004

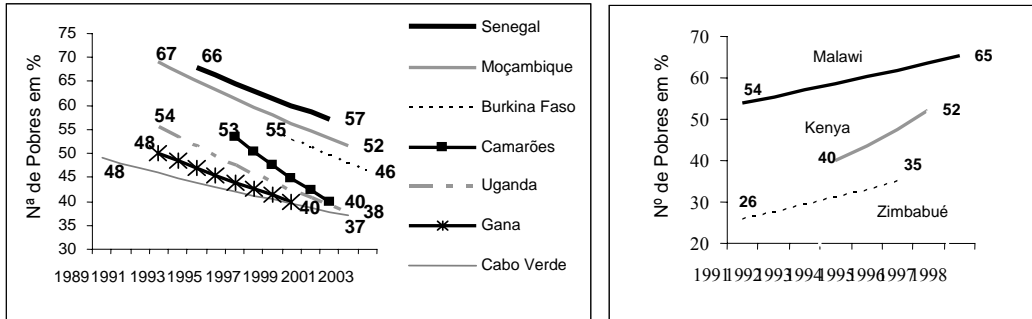
(Os números à direita representam o crescimento do PIB para os países correspondentes)

Países com Pouco ou Nenhum Crescimento		Países de Crescimento Lento		Países com um Crescimento Sustentado		Países com Petróleo	
Crescimento médio: 1.7%		Crescimento médio: 3.5%		Crescimento médio: 5.2%		Crescimento médio: 5.2%	
Variação = -2.4~2.7%		Variação = 0.5~2.0%		Variação = 4.2~10.0%		Variação = 1.7~23.2%	
31% da população de África		6% da população		35% da população		29% da população	
Zâmbia	2.7	Guiné	4.0	Ruanda	10.0	Guiné Equatorial	23.2
São Tomé e Príncipe	2.7	Gambia	3.9	Moçambique	8.2	Angola	6.7
Lesoto	2.7	Seicheles	3.5	Uganda	6.5	Sudão	6.2
Madagáscar	2.7	Níger	3.5	Mali	6.1	Chade	4.3
África do Sul	2.6	Togo	3.4	Cabo Verde	6.0	Nigéria	3.1
Costa do Marfim	2.1	Namíbia	3.3	Botswana	5.8	Congo	2.8
Rep. Centro-Africana	1.9	Suazilândia	3.1	Benin	5.3	Gabão	1.7
Quénia	1.7	Malawi	3.0	Maurícias	5.2		
Eritreia	1.6			Senegal	5.0		
Comoros	1.5			Tanzânia	4.8		
Burundi	0.0			Camarões	4.7		
Zimbabué	-0.8			Etiópia	4.6		
Guiné-Bissau	-1.2			Burkina-Faso	4.5		
Serra Leoa	-1.8			Gana	4.3		
Congo, Rep. Dem.	-2.4			Mauritânia	4.2		

11. Infelizmente, a guerra é um obstáculo primordial ao desenvolvimento da África Subsariana. Existem, actualmente, cinco conflitos armados e há oito países que estão em risco de entrar de novo em guerra. Cerca de 15 milhões de africanos estão deslocados internamente e

cerca de 4,5 milhões de africanos procuraram refúgio em países vizinhos. Estes factores tornam particularmente difícil o desafio de se prestar uma ajuda eficaz ao desenvolvimento em África.

Figura 2 – Pobreza Reduzida pelo Crescimento e onde, na Ausência de Crescimento, a Pobreza Aumentou



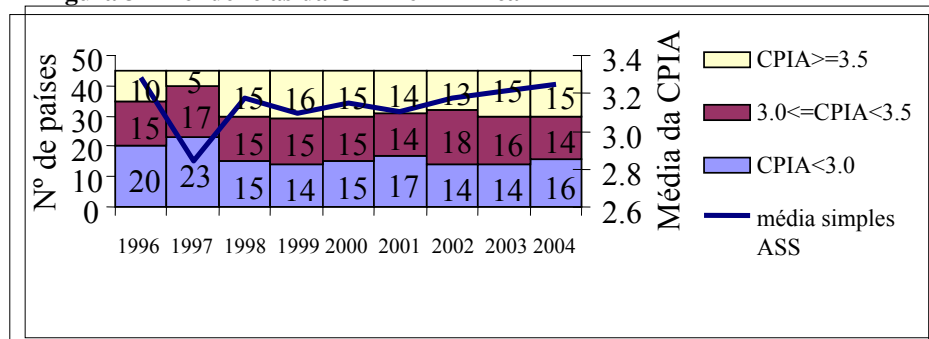
Fonte: Estudos da Região África sobre a Pobreza dos Países.

12. Os países de maior dimensão na região— por exemplo Nigéria, RDC, Sudão, Etiópia e África do Sul— apresentam desafios especiais ao aumento do crescimento e redução da pobreza decorrente, em parte, da heterogeneidade nacional considerável e da falta de um espaço económico integrado que impede a realização de economias de escala e o desenvolvimento do mercado. À excepção do Sudão, que tem tido um crescimento sustentado superior a 5%, os outros têm conseguido um desempenho do crescimento abaixo dos seus congéneres. Na Etiópia, o único destes países onde existe informação sobre a redução da pobreza, o desempenho tem ficado abaixo da média dos países africanos.

3. Aperfeiçoamento das Políticas e das Instituições

13. Tem ocorrido uma melhoria significativa e durável no ambiente das instituições e das políticas num número crescente de países, ao longo dos últimos dez anos. As classificações médias obtidas das Avaliações das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) do próprio Banco têm vindo a subir e o número de países africanos com classificações iguais ou superiores ao limiar, universalmente aceite, de “bom desempenho” correspondente a 3,5 também tem vindo a aumentar (Figura 3). As condições de instabilidade macroeconómica, caracterizada por uma inflação com dois algarismos, verificada no princípio da década de 90, também foi contida e a inflação passou a ser representada por um único dígito.

Figura 3 – Tendências da CPIA em África



Fonte: Classificações CPIA da Região África.

4. A sociedade civil tem um papel mais activo no seu próprio futuro

14. Mais de metade dos países da região estão empenhados num processo de reforma dupla - política e económica – e a sociedade civil está por trás destes acontecimentos. Os levantamentos recentes de *Afrobarometer* e *World Values Survey* revelam que o povo africano acredita que a democracia é boa para a economia e que prefere sistemas políticos democráticos às alternativas autoritárias. O público africano espera que a democracia produza acesso às necessidades básicas da vida, tais como alimentação, água, habitação e educação. Os levantamentos de valores também indicam que os africanos se preocupam com a equidade e as medidas públicas para a redução da pobreza. Não advogam diferenciais elevados de riqueza e estão profundamente empenhados com a igualdade política. Cerca de 75% dos entrevistados acham que os governos africanos estão a fazer demasiado pouco pelas pessoas vítimas de uma situação de pobreza.

III. RESPOSTA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

15. O relatório da *Task Force do Milénio da ONU*, o *Relatório da Comissão para África*, o *Relatório de Monitorização Global 2005* do próprio Banco e mais recentemente o *Plano de Acção para Africa do G-8* e a Cimeira de Gleneagles galvanizaram a atenção global para o desenvolvimento em África. O “Ano de África” oferece uma oportunidade importante para mostrar de que forma a comunidade de desenvolvimento pode ajudar os governos africanos a acelerarem o crescimento partilhado e a melhorarem a prestação de serviços por forma a que cada país da região possa cumprir o maior número possível das MDGs até 2015. De médio a longo prazo, as perspectivas de aumentos substanciais da ajuda a África e de maior apoio ao alívio da dívida são promissoras. Iniciativas complementares para expandir o acesso dos produtores africanos às oportunidades comerciais e para promover o investimento directo estrangeiro no sub-continente são também elementos necessários de uma resposta internacional.

1. A Ajuda Aumentou

16. No médio a longo prazo, as perspectivas de aumentos substanciais da ajuda a África são promissoras, mas existem duas áreas preocupantes. A primeira é com que rapidez é que podem crescer os volumes da ajuda e a segunda é em que medida é que a ajuda bilateral é prestada a título de recursos adicionais que possam ser utilizados pelos governos africanos para aumentar os investimentos ou prestar um maior número de serviços com vista ao progresso na consecução das MDGs.

Cumprir os Compromissos Assumidos em Monterrey

17. Não restam dúvidas de que, comparativamente ao período IDA13 (AF03-05), os níveis de ajuda à África Subsariana vão aumentar substancialmente. Os dados em Monterrey e Kananaskis, Canadá, comprometeram-se a aumentar os níveis de ajuda bilateral a África em USD 6 000 milhões ao ano, em termos reais, até 2006. Parecem estar no caminho certo para cumprirem essa meta. O aumento da reconstituição da IDA14 (USD 1 800 milhões adicionais

para África) e o Fundo de Desenvolvimento Africano (USD 1 000 milhões extra), em conjunto com os compromettimentos bilaterais já reportados ao Comité de Assistência (DAC) da OCDE indicam que os montantes de ajuda anual comprometidos para a África Subsariana, em 2007, irão provavelmente ser entre USD 10 000 milhões e 13 000 milhões ao ano em termos reais, superiores aos de 2004.

18. A curto prazo, no que toca à ajuda bilateral, este aumento pode, no entanto, ser mais aparente do que real. Se bem que os dados bilaterais tenham reportado o fornecimento de USD 16 800 milhões de ajuda a África em 2003, segundo os valores reportados à Parceria Estratégica para África (SPA), os governos africanos receberam apenas USD 3 800 milhões sob a forma de financiamento a novos investimentos ou serviços alargados. O núcleo da assistência foi para o perdão da dívida (USD 6 400 milhões); como o perdão da dívida se traduziu, sobretudo, em capitais que não estavam a ser amortizados, daí resultou que os governos africanos não experimentaram um aumento do fluxo de fundos. A cooperação técnica (USD 3 600 milhões), assistência de emergência (USD 2 400 milhões), ajuda alimentar ao desenvolvimento (USD 500 milhões), tendo a assistência às Organizações Não Governamentais (ONGs) e à administração geral sido responsáveis pelo restante⁸. Discussões recentes com dados bilaterais importantes apontam para uma distribuição idêntica dos novos compromissos de ajuda.

A promessa de Gleneagles

19. Na Cimeira de Gleneagles os Chefes de Estado do G-8 anunciaram um compromisso de duplicar a ajuda a África até ao final da década – passando de USD 25 000 milhões em 2004 para USD 50 000 milhões em 2010. Com base em projecções já reportadas ao DAC/OCDE pelos principais dados bilaterais, os dados que incluem a UE e os países não integrantes do G-8 estão no caminho certo para fornecer um aumento do total da AOD, bilateral e multilateral, de cerca de USD 18 000 milhões por ano, a partir do ano base 2004. Este impulso, a par de anúncios recente de aumentos de ajuda pelo Japão e UE, tornam altamente credível o compromisso de mobilizar a totalidade dos USD 25 000 milhões.

20. Será fundamental que haja uma prestação pontual e previsível da ajuda adicional destinada a apoiar o bom desempenho para se poder acelerar o progresso do desenvolvimento em África. O Banco Mundial irá, igualmente, trabalhar em estreita cooperação com o Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para se por em vigor um mecanismo internacional eficaz destinado a monitorizar, reportar e fazer o acompanhamento do fornecimento dos compromissos de ajuda:

- *Acção: Acordar metas específicas a serem monitorizadas: volume da AOD global; AOD agregada para África; decomposição da AOD por componentes (alívio da dívida, assistência humanitária/de emergência, custos administrativos, cooperação técnica e financiamento real de fundos); e afecções da AOD a prioridades temáticas*

⁸ Segundo o DAC OCDE (Comité de Assistência ao Desenvolvimento), o alívio da dívida e a cooperação técnica representaram dois terços do aumento nominal de USD 16 100 milhões da assistência líquida oficial ao desenvolvimento prestada pelos membros do DAC, entre 2001 e 2003.

especificadas no Plano de Acção G-8 (tais como EFA, VIH/SIDA, malária, infra-estruturas).

- *Acção: Acordar numa base e definições para cada uma das metas a ser monitorizada.*
- *Acção: Estabelecer um processo de detecção que iria assentar nos dados dosadores/credores e no montante que os países beneficiários declaram como tendo realmente recebido (como acontece, por exemplo, com os valores reportados no âmbito da Parceria Estratégica para África).*
- *Acção: Efectuar um relatório conjunto anual ao Comité de Desenvolvimento (através do Relatório de Monitorização Global) e à Reunião de Alto Nível do DAC (através da Análise Anual da Cooperação para o Desenvolvimento do DAC), na expectativa de que a comunidadeadora chegue a acordo quanto às acções subsequentes.*

2. Alívio da Dívida de África

21. Na Cimeira de Gleneagles, os países do G-8 acordaram numa proposta de aumentar o alívio da dívida aos países da PPME (HIPC) que tenham atingido o Ponto de Conclusão, conduzindo a um perdão de 100% da dívida para com a IDA, FMI e BAfD. A finalização deste projecto irá exigir o acordo integral por parte dos países que não integram o G-8⁹. Actualmente, dos 32 países de África que integram a PPME (HIPC), 14 países em fase de Conclusão já são elegíveis para o alívio ao abrigo da proposta, e 9 países no Ponto de Decisão e 9 Países no Ponto de Pré Decisão vão ser elegíveis, uma vez que atinjam o Ponto de Conclusão PPME (HIPC). As dívidas dos PPMEs (HIPC) a outros credores oficiais, incluindo outros BMD, não estão cobertas pela proposta do G-8.

22. A proposta do G-8, actualmente em fase de discussão entre osadores, tem consequências importantes para a região África que alberga o maior número de países elegíveis. Conquanto estes países venham a beneficiar com o perdão das dívidas restantes, este facto vai ser contrabalançado por uma redução das afectações anuais brutas da IDA e do BAfD, correspondentes aos pagamentos do serviço da dívida. Esta redução será, no entanto, parcialmente compensada pelo sistema de afectação de recursos, em função do desempenho, providenciados por contribuições dosadores destinadas a cobrir os custos do BM e BAfD. Estes dois credores multilaterais teriam os pagamentos do serviço da dívida que foi perdoado, totalmente compensado pelos parceiros de desenvolvimento¹⁰.

23. Se bem que os impactos específicos, a nível de país, se clarifiquem quando os Conselhos do Banco e do FMI tiverem chegado a acordo quanto à implementação da proposta do G-8, um resultado óbvio será a adopção do apoio orçamental ilimitado em substituição de projectos ou

⁹ A proposta do G-8 vai precisar de ser levada à consideração do Conselho da IDA uma vez que estejam clarificadas e avaliadas todas as opções de implementação e respectivas implicações nas finanças da IDA. Este processo pode levar alguns meses mas espera-se que aconteça antes das Reuniões Anuais.

¹⁰ Em valor agregado, o custo inicial para a IDA da proposta do G-8 seria da ordem de USD 44 000 milhões, com o alívio da dívida prolongando-se por um período de 40 anos, no curso do perfil de vencimento dos créditos da IDA pendentes. O Comunicado do G-8 indica o comprometimento imediato de cobrir as perdas da IDA decorrentes do reemprego dos recursos, para o período de 3 anos da IDA-14 (AF06-08), cifrando-se em cerca de USD 1 400 milhões.

programas da IDA adicionais. Esta alteração pode ter implicações importantes operacionais e nas políticas. Uma será a maior flexibilidade na utilização dos fundos da IDA e uma maior concentração de fundos nos Ministérios das Finanças e não nos Ministérios executores, onde anteriormente residiam os projectos e programas. A segunda será que esta alteração vai reforçar a necessidade absoluta de reformas profundas de governação, especialmente na gestão das despesas públicas a nível nacional.

3. Aumentar o acesso ao mercado das exportações africanas

24. As perspectivas de fomento e diversificação das exportações africanas dependem grandemente do melhor acesso ao mercado, bem como da redução de práticas proteccionistas, tais como subsídios em mercados estrangeiros. África beneficiaria muito de uma Ronda de Doha cheia de êxito, que permitisse a abertura adicional dos mercados de países industrializados e de outros países em desenvolvimento relativamente a certos cultivos, tais como algodão, açúcar e oleaginosas e a produtos agrícolas transformados. Também ganharia com uma redução das barreiras em sectores não agrícolas, especialmente nos mercados de outros países em desenvolvimento (o chamado “comércio sul-sul”). Alguns países da América Latina, por exemplo, protegem imensamente os seus fabricantes de vestuário e outros fabricos com um uso intensivo de mão-de-obra, reduzindo assim a oportunidade de os produtos e outras exportações africanas penetrarem nesses mercados. A liberalização multilateral, por parte dos EUA e da UE, iria, por seu turno, eliminar os benefícios do acesso preferencial já concedido a muitos países africanos, e as reduções dos subsídios agrícolas podiam afectar cerca de 30 importadores de produtos alimentares em África, como Burkina-Faso, Nigéria e Ruanda.

25. Os actuais acordos de tratamento preferencial de África também podiam sofrer algumas melhorias. Os benefícios do acesso preferencial seriam muito maiores, caso não estivessem sujeitos a tanta incerteza, a regras de qualificação de “regras de origem” onerosas e aplicadas a toda a ASS. Tal só resultaria se houvesse reformas significativas da legislação dos EUA *Crescimento e Oportunidade de Africa* (AGOA) e da iniciativa da UE *Tudo Menos Armas* (EBA). Estas reformas compreenderiam: (i) expansão do acesso preferencial aos países que não tenham o estatuto de menos desenvolvidos; (ii) abrandamento do cumprimento das regras de origem que imponham custos agravados às exportações; (iii) aumento da cobertura de produtos; (iv) aumento da certeza mediante a vinculação do tratamento preferencial; e (v) melhor coordenação dos vários tratamentos preferenciais. O Banco recomendou vivamente essas reformas, facto que foi reverberado pelo Relatório da Comissão para África. Conquanto os Acordos de Parceria Económica (EPAs) da UE se mantenham em vigor, a verdade é que muitos países africanos acabam com prejuízos líquidos se os EPAs desviarem o comércio de fontes mais eficientes.

4. Promover o investimento directo estrangeiro em África

26. O investimento é a chave para o crescimento económico e a redução da pobreza em África, sendo necessário um montante considerável de investimento para os países da região poderem beneficiar da assistência ao desenvolvimento. No passado, a África não conseguia atrair os investidores estrangeiros porque o ambiente económico dominante não oferecia meios para atrair até mesmo os investidores nacionais. Permanecem ainda obstáculos fundamentais em

quase toda a região — em termos de barreiras económicas e de políticas à entrada de novos negócios, governação deficiente, protecção limitada dos direitos de propriedade, instituições de mercado débeis e infra-estruturas subdesenvolvidas. Mas actualmente, tendo a liderança africana tomado medidas tangíveis e credíveis para melhorar as perspectivas económicas da região, a comunidade internacional está, conseqüentemente, a aperceber-se gradualmente que, conforme o espelha o título de um documentário recente da CNN, *África está Aberta a Negócios*.

27. Um desafio para a comunidade internacional é ajudar a África a desfazer o conceito erróneo de que o clima de investimento é totalmente hostil e a difundir informações sobre oportunidades de investimento atraentes. Acontecimentos tais como o Foro Económico do Programa Alimentar Mundial em Junho de 2005 - “Cimeira Económica de África” na Cidade do Cabo - têm sido muito úteis na divulgação destas questões, bem como várias iniciativas do Grupo de Negócios NEPAD.¹¹

IV. UM ENQUADRAMENTO DOS RESULTADOS PARA SE ALCANÇAR IMPACTO

28. Em resposta ao consenso de Monterrey, tantos os países de baixo rendimento como os doadores ampliaram os seus esforços para melhorar o enfoque nos resultados das estratégias, programas e projectos de desenvolvimento com o intuito de se utilizarem mais eficazmente os recursos internos e internacionais. A Declaração de Paris reiterou a importância de uma ajuda previsível, bem programada e coordenada para a obtenção de resultados. Logo no início de 2003, o Banco começou a implementar uma agenda com vista a uma gestão conducente a resultados, e na IDA-14 o Banco comprometeu-se a reforçar o seu sistema de reporte dos resultados e a melhorar a qualidade das suas operações.¹² Dando cumprimento a estes compromissos, este plano de acção propõe medidas destinadas a reforçar a orientação no sentido dos resultados do apoio prestado pela IDA a África e a integrar mais completamente os resultados nas suas actividades operacionais.

1. Elementos fulcrais de um enquadramento mais sólido dos resultados

29. Uma das mensagens centrais das análises recentes da eficácia do desenvolvimento, tais como o documento intitulado *As Lições da Década de 90*,¹³ é que as intervenções têm que corresponder a situações económicas, culturais e institucionais específicas. Nestas circunstâncias, um dos grandes desafios será assegurar que o Grupo Banco, parceiros de desenvolvimento e

¹¹ Adicionalmente, o GBM tem vindo a apoiar reformas que vão aumentar o IDE. Outros parceiros de desenvolvimento também têm tido um papel activo nesta área. O Mecanismo para o Clima de Investimento em África (AICF) do DFID está a ajudar a solucionar os impedimentos legais e institucionais às parcerias entre o sector privado e público para investimentos em África. O Banco do Japão para a Cooperação Internacional (JBIC), em parceria com o BAfD, vai executar a iniciativa “Assistência Aperfeiçoada ao Sector Privado (EPSA) para África”, fornecendo até USD 1 200 milhões ao longo de um período de cinco anos, com vista a promover as actividades das PME e melhorar o clima de investimento da região. O Japão vai ainda promover o investimento em África, facilitando o seguro ao comércio, aumentando o intercâmbio económico e promovendo o desenvolvimento e exportações de produtos para o Japão.

¹² Banco Mundial. Melhor Medição, Monitorização e Gestão para a Consecução dos Resultados do Desenvolvimento: Plano de Acção para a Implementação; SecM2003-0038. 31 Janeiro 2003

¹³ Banco Mundial. *Crescimento Económico nos Anos 90 – Aprender com uma Década de Reformas*. 2005.

países cooperem entre si com vista à prossecução de resultados devidamente acordados (tais como as MDGs), conforme articulados nas estratégias nacionais. A gestão do progresso no sentido destes resultados de forma correspondente às circunstâncias particulares do país exige uma capacidade eficaz de recolha de dados estatísticos e de competência analítica, levantamentos regulares da prestação de serviços e bons sistemas de monitorização e avaliação.

Elemento N° Um: Ajudar os Países a Prepararem Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Orientadas para os Resultados.

30. A comunidade de desenvolvimento está comprometida com um modelo de desenvolvimento fundado no país e centrado em estratégias nacionais – tais como a estratégia para redução da pobreza (PRS). Para o sucesso desse modelo, é fundamental o princípio de que os *países têm que liderar e gerir* o progresso alcançado no sentido de resultados de desenvolvimento específicos do país. O Grupo Banco Mundial e os seus parceiros de desenvolvimento não poderão fazer uma gestão eficaz com vista aos resultados, a não ser que os próprios países assumam o leme nesta área.

31. Um sistema de resultados fundado no país constitui uma ferramenta estratégica e de gestão importante para a política de desenvolvimento por uma série de razões. Oferece um enquadramento para se *fazerem escolhas* entre os resultados desejáveis e para se avaliarem programas alternativos que visam a consecução desses resultados. É essencial para se *fazerem ajustamentos em programas* que queiram ter um impacto maior. E fornece um enquadramento de *responsabilização* ao reportar aos interessados nacionais e estrangeiros o progresso alcançado face aos compromissos assumidos.

32. A experiência ensina-nos que as estratégias nacionais de desenvolvimento centradas em resultados devem ser concebidas como “fatias pontuais” de um processo mais longo, tais como a prossecução dos resultados previstos nas MDGs ou outros alvos. Esta noção é uma área em que é necessário um acordo mais amplo entre os parceiros de desenvolvimento, tanto no que respeita o modo como se medirá o progresso – pelos resultados, produtos ou uma combinação de ambos – como a “cadeia de resultados” que, tendo em vista objectivos a mais longo prazo, conduz a resultados a médio prazo e a acções a um prazo mais curto. A gestão em função de resultados a atingir é um desafio para todos os países, incluindo até os mais desenvolvidos. Mas a natureza do desafio varia grandemente entre os países, dependendo simultaneamente da vontade dos governos se concentrarem nos resultados e na sua capacidade para o fazerem. Os países não conseguem, frequentemente, utilizar a informação sobre os resultados no processo de tomada de decisões nacional e local, o que muitas vezes é fruto da definição inadequada de resultados nas estratégias nacionais e de elos inapropriados ou deficientes entre as estratégias e a gestão das despesas públicas.¹⁴

33. O apoio aos países africanos prestado pelo Grupo Banco e outros parceiros com vista à preparação de PRSs liderados pelo país, desenvolvimento de sistemas de monitorização da pobreza e criação de enquadramentos de resultados nos Créditos de Apoio à Redução da Pobreza (PRSCs) e Metodologias Extensivas a Todo o Sector (SWAPs) está a contribuir para a criação de

¹⁴ Análise da Estratégia para Redução da Pobreza 2005: Equilibrar as Responsabilidades e Incrementar os Resultados. FMI e Banco Mundial.

capacidade interna destinada à gestão de resultados. Mas permanecem, no entanto, lacunas enormes. Em primeiro lugar, as PRS em África têm tido a tendência para se debruçarem num conjunto limitado, se bem que importante, de resultados de desenvolvimento, maioritariamente associada à prestação de serviços de desenvolvimento humano. Mas mesmo com este âmbito reduzido, a medição do progresso alcançado na gestão orientada para os resultados só se conseguiu parcialmente. A partir de 1999, quando as PRSs passaram a representar um enquadramento chave de políticas para os parceiros de desenvolvimento, é que muitos governos africanos começaram a conscientemente investir mais na prestação de serviços que beneficiam os pobres (especialmente nas áreas de saúde, educação, VIH/SIDA, estradas rurais, agricultura e água). Esses países que se esforçaram por utilizar abordagens assentes nos resultados registam êxitos a nível programático (VIH/SIDA no Malawi), a nível sectorial (Educação no Uganda) ou a nível nacional (como na Tanzânia); ver Caixa 1.

34. Segundo, a qualidade dos sistemas de monitorização e avaliação (M&E) tem sido variável. Alguns países só foram capazes de detectar indicadores socioeconómicos e alterações das despesas públicas no sentido da educação e da saúde. Uma boa capacidade estatística é uma condição prévia para se possuir um sistema M&E sólido. Para tal, é imperativo desenvolver sistemas de estatísticas nacionais, eficazes e eficientes, e promover uma cultura de tomada de decisões baseada em evidências comprovadas para apoio da agenda de resultados. O Banco (em coordenação estreita com PARIS-21) e o Plano de Acção de Marraquexe para as Estatísticas (MAP) forneceram, através do Fundo Fiduciário para Criação de Capacidade Estatística (TFSCB) composto por dadores múltiplos, financiamento para 20 projectos em 14 países africanos, a partir de 2000, em que o alvo de muitos era a elaboração de estratégias nacionais para a produção de estatísticas (NSDS).¹⁵

¹⁵ PARIS21 é a Parceria para o Desenvolvimento de Estatísticas do Século XXI, um consórcio de dadores, países em desenvolvimento e ONGs que apoiam o desenvolvimento de sistemas estatísticos eficazes. São doações de pequena monta, com um valor máximo de USD 400 000 e um período de implementação até três anos. O TFSCB II irá, agora, afectar 60% dos recursos disponíveis aos projectos das Estratégias para Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais (NSDS) e 40% a projectos de tipo não NSDS. Se um país não possuir uma NSDS, é vivamente encorajado a fazê-lo, antes de se candidatar a um projecto fora da área NSDS.

Caixa 1: Tanzânia – Segunda Geração de PRSP

É fundamental possuir uma estratégia orientada para os resultados bem definida, com ligações claras à gestão de despesas. Análises do Enquadramento de Resultados pelo OED e pelo IEO em 2004* concluíram que, no conjunto, a PRS da Tanzânia está *orientada para os resultados e centrada nos produtos que beneficiam os pobres*. O objectivo dominante da PRS era a redução dos rendimentos de nível de pobreza. O crescimento económico global e o crescimento na agricultura foram os grandes alvos para se alcançarem estas reduções, o que exigiu políticas macroeconómicas sólidas e novas medidas para o desenvolvimento do sector rural e do sector privado. As qualificações humanas, capacidade de sobrevivência e bem-estar compreendiam objectivos específicos no ensino primário e na saúde a serem medidos por indicadores de produtos e resultados. A análise OED/IEO referia que o processo PRS aumentou a mobilização de recursos e a atenção em sectores prioritários, em que as análises das despesas públicas constituíam os principais contributos para o efeito. O processo PRS também aperfeiçoou substancialmente a monitorização da pobreza, com um plano mestre a orientar todas as actividades de monitorização. Se bem que não fosse perfeito, no seu início, três anos após o lançamento da PRS os responsáveis pela adopção de políticas conseguiram expandir a estratégia e melhorar os mecanismos de monitorização da pobreza.

* Departamento de Operações e Avaliações (OED): “Revisão do Processo da Estratégia para Redução da Pobreza (PRS)”, 2004 e Avaliação do Gabinete de Avaliações Independentes sobre o Papel do FMI nos Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza e do Mecanismo para o Crescimento e para a Redução da Pobreza” – FMI 2004.

35. A formação de capacidade estatística requer uma abordagem a longo prazo e um enfoque nos resultados e produtos. Para apoiar esses esforços, o GBM desenvolveu um novo instrumento, designado STATCAP. Os projectos STATCAP utilizam uma metodologia extensiva a todo o sector e são adoptados gradualmente, em diversas fases, de modo a assegurar um desenvolvimento sistemático assente num Plano Mestre Estatístico nacional.

36. A capacidade dos países ainda é limitada para articular modelos causais (cadeias de resultados) robustos, que são necessários para apoiar uma metodologia fundada nos resultados. Ao mesmo tempo, à medida que os programas de desenvolvimento são, cada vez mais, liderados pelos países, e a comunidade de desenvolvimento se desloca para abordagens extensivas a todo o sector, os fundos reunidos ou o apoio orçamental restringem ainda mais a capacidade de se estabelecer uma ligação entre os resultados e uma determinada agência de desenvolvimento parceira. As perspectivas diferentes dos vários dadores se se deve ou não usar os sistemas dos países e como fazê-lo podem também fazer descarrilar o progresso, o que destaca a importância de parcerias colaborantes no que toca à solução das questões essenciais.

37. Mais importante ainda é que, em alguns países, os responsáveis pela tomada de decisões têm pouco interesse pela gestão de resultados e encaram-na como uma iniciativa promovida pelos dadores, com muito pouca utilidade. Um clara prioridade a que tem que se dar impulso é que o Grupo Banco, trabalhando em parceria com terceiros, reforce e aprofunde a qualidade do seu parecer aos países sobre a forma de criarem um enquadramento institucional que promova a tomada de decisões baseada em provas e sistemas de responsabilização adequados,

especialmente no que toca à prestação de serviços aos pobres e às mulheres.¹⁶ Também vai ser importante documentar os rendimentos dos investimentos na gestão de resultados, fundando-se nas provas crescentes dos rendimentos elevados dos investimentos, alvo da avaliação.¹⁷

38. Para assistir os países africanos a fortalecerem o seu enquadramento de resultados, o Grupo Banco vai tomar as medidas seguintes, em que se incluem as *acções prioritárias*:

- ***Acção: Aumentar o número de estudos analíticos e trabalho de consultoria – juntamente com os parceiros de desenvolvimento para apoiar estratégias nacionais reforçadas, orientadas para os resultados, em todos os 29 países que estão a realizar o seu primeiro ou segundo PRSP.***

A IDA e a comunidade dadora irão prestar assistência aos governos africanos na elaboração dos processos, incluindo monitorização e avaliação, que ajudem a traduzir os objectivos nacionais na produção de resultados. É importante que este apoio seja gerido cuidadosamente para minimizar o risco de enfraquecer os processos controlados ou liderados pelos próprios países.

- ***Acção: Assistir todos os 29 países PRS a elaborarem e implementarem Planos de Monitorização e Avaliação – incluindo o fortalecimento dos sistemas estatísticos – para as suas estratégias nacionais até ao fim do AF08.***

Actualmente, existem nove países que têm planos M&E associados com os seus PRSPs. Para se conceberem estes planos nos restantes países PRS, vai ser preciso (a) avaliações do enquadramento institucional no país e dos esforços correntes de criação de capacidade, (b) desenvolvimento de parcerias no país para reforçar os sistemas de monitorização e avaliação nacionais, e (c) maior diálogo com os parceiros e os países sobre a importância de reduzir o número de sistemas fragmentados de M&E, passando a adoptar-se os sistemas nacionais. Como parte desta medida incluem-se o reforço da capacidade estatística e a necessidade de se conhecer a qualidade daqueles sistemas estatísticos.

- ***Acção: A partir do AF06, o GBM vai desenvolver e implementar um sistema para se medir a capacidade estatística a nível de país.***

Expandir o uso do Fundo Fiduciário Global para a Criação de Capacidade Estatística, constituído por dadores múltiplos e gerido pelo Banco, para apoiar a conclusão das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Estatístico (NSDSs) em 30 países africanos.

- ***Acção: Em estreita colaboração com outros parceiros de desenvolvimento, montar uma iniciativa de grande vulto, em 15 países, utilizando um mecanismo conjunto de fundos de doações destinado a reforçar as capacidades estatísticas e a gestão da***

¹⁶ Ver Banco Mundial: “Por a Funcionar os Serviços em Prol dos Pobres” Relatório do Desenvolvimento Mundial 2004 e Fishbine, A. “Cidadãos, Políticos e Provedores: a Experiência Latino Americana com a Reforma da Prestação de Serviços.”

¹⁷ OED. “Avaliações Influentes: Avaliações que Melhoraram o Desempenho e os Impactos dos Programas de Desenvolvimento. Banco Mundial 2004.

base de dados do país, incluindo o desenvolvimento de planos mestres para estatísticas.

- *Acção: A publicação emblemática da Região África do GBM – Indicadores do Desenvolvimento Africano (ADI) – seria revitalizada para se tornar o enquadramento de reporte de resultados da Região.*

Para além de reportar outros indicadores de desenvolvimento, ADI centrar-se-á, com especial incidência, nos indicadores de resultados IDA-14, MDGs e outros indicadores relacionados com o PRSP.

- *Acção: Associar as PRSs nacionais com estratégias sub-regionais para a redução da pobreza (até 2008).* A integração regional é tida por muitos países como um meio promissor para aumentar o impacto através de esforços cooperantes em áreas seleccionadas. A eficácia das abordagens regionais assenta numa monitorização e avaliação pontuais das actividades nacionais essenciais e de uma avaliação coordenada para reforçar o impacto dos esforços, em regime de colaboração, que se sucedam. A IDA e a comunidade dadora irão ajudar a reforçar os sistemas M&E a nível sub-regional através de medidas de desenvolvimento de capacidade com comunidades económicas regionais (RECs) seleccionadas. As RECs vão precisar de apoio paralelo para reforçar as bases de dados estatísticos e os sistemas M&E, a nível sub-regional.

Os indicadores da Declaração de Paris (e.g. estratégias operacionais do desenvolvimento, enquadramentos orientados para resultados claros) vão ser usados para medir a orientação para os resultados das estratégias nacionais e as ligações com o orçamento. Os planos de criação de capacidade para M&E vão ser monitorizados em todos os países e continuaremos a efectuar, periodicamente, avaliações da capacidade estatística nacional, conduzidas pelo FMI e GBM.

Elemento Nº Dois: Fortalecer as Estratégias de Assistência ao País assentes em Resultados

39. A ligação básica entre uma estratégia nacional fundada nos resultados (PRS) e o programa operacional do Banco é a Estratégia de Assistência ao País (CAS). Consequentemente, um elemento central de qualquer enquadramento dos resultados do Grupo Banco é um CAS Baseado em Resultados (RBCAS). O RBCAS é concebido com o objectivo de ajudar as equipas do país a: (i) centrarem-se nos resultados do programa relevantes para as metas do país a longo prazo, criando sinergias entre as operações; (ii) examinarem, com sentido crítico, as relações de causa entre intervenções específicas e resultados do desenvolvimento e discutir as trocas a efectuar entre os sectores; e (iii) trabalhar em mais estreita colaboração com os homólogos nacionais e parceiros de desenvolvimento na elaboração de uma estratégia relevante e selectiva para fins de empréstimos e outros destinados a permitir a consecução de resultados.

40. A Região África tem ocupado uma posição dianteira no Grupo Banco no que toca a servir de teste piloto do RBCAS. As equipas dos países prepararam uma série de RBCAS, em Burkina-Faso, Camarões, Chade, Gabão, Moçambique, Zâmbia e vários dos RBCAS iniciais da região estão a meio da implementação. Estão também a ser empreendidos esforços inovadores para se

utilizar o RBCAS como um meio de se reforçar o controlo pelo país, a harmonização, alinhamento e parcerias, especialmente em países que incluem o Uganda, Tanzânia e Malawi (ver Caixa 2).

Caixa 2: CAS Fundado em Resultados no Malawi: Criar Controlo, Parceria e Resultados

Os esforços destinados a aumentar a eficácia da ajuda trouxeram alterações ao modo como o Banco lida com as questões de desenvolvimento: de uma maior incidência no controlo pelo país e resultados a nível de país, passando pela introdução de estratégias e programas de assistência ao país baseados em resultados, até melhorias na coordenação e harmonização com os parceiros. O desafio que se põe aos funcionários operacionais é de que modo entrelaçar todos estes elementos para melhor apoiar os resultados de desenvolvimento e para eles contribuir. No Malawi, a equipa CAS está a usar a preparação do RBCAS para aglutinar todos estes elementos, facultando, simultaneamente, o aumento do enfoque nos resultados da estratégia e processos governamentais. Como consequência da revisão do programa do país e do lançamento do CAS, o Governo anunciou que iria empreender um esforço que traduzisse a visão do país numa estratégia operacional para o crescimento e redução da pobreza a médio prazo (Estratégia de Desenvolvimento e de Crescimento Económico do Malawi). O Governo liderou o desenvolvimento da sua estratégia produzida internamente, aplicando a estratégia dos resultados no seu desenvolvimento. Utilizando estratégias e políticas em curso, o Governo especificou metas a mais longo prazo, esperou resultados a médio prazo, associando os constrangimentos com acções orientadas para os seus objectivos. Tal ajudou o Governo a desenvolver uma ferramenta de consulta e é esse instrumento aperfeiçoado que mantém o controlo do Governo e que, ao mesmo tempo, permite discussões centradas nos resultados. Espera-se que a definição de resultados ajude a conduzir as decisões de afectação de recursos, a preparação de um sistema de monitorização e de avaliação e associação com a gestão das despesas. Também se prevê que a orientação para os resultados forneça uma plataforma que permita aos parceiros de desenvolvimento alinharem-se com vista à consecução de resultados. Durante o processo, os parceiros observaram o comportamento do Banco, ao fornecerem ao Governo o espaço necessário para organizar as suas próprias ideias e prioridades. O processo também destacou os passos operacionais na utilização de resultados, como um mecanismo para harmonização, alinhamento e melhor coordenação da ajuda. Com a finalização da estratégia, a conclusão do CAS será em simultâneo com o Programa do País DFID, a UNDAF da ONU, e ainda em estreita colaboração com outros parceiros de desenvolvimento.

41. A introdução no CAS de uma orientação explícita no sentido dos resultados deu origem a algumas alterações de comportamento importantes, tanto pelas equipas do país como pelas equipas do Grupo Banco. O efeito directo no CAS da abordagem com base nos resultados foi melhorar acentuadamente a definição daquilo que o CAS vai ajudar os países a realizarem, promover uma monitorização melhor concebida durante a implementação do CAS; e facilitar o uso do CAS como um instrumento de gestão. Uma dificuldade prática comum que as equipas do Banco enfrentam quando se empenham na fase de concepção tem sido a necessidade de se centrarem nos resultados e atribuir menos importância ao papel central das actividades de empréstimo. Em Moçambique, por exemplo, a equipa do Banco concluiu que a metodologia baseada em resultados os forçou, através do enfoque em resultados concretos, a desviarem a incidência do diálogo do apoio prestado através de empréstimos e outras actividades diversas para uma atenção em resultados que podiam ser influenciados pelo programa do Grupo Banco.

42. Se bem que ainda seja prematuro avaliar o impacto do RBCAS na eficácia do desenvolvimento, o processo de preparação do CAS e a experiência anterior indicam que o processo RBCAS pode reforçar a selectividade estratégica, permitir uma melhor afectação de recursos às prioridades nacionais e fornecer um enquadramento de gestão orientado para a prossecução de resultados. A abordagem é um meio para testar a consistência de um programa nacional com as prioridades de desenvolvimento do país e os compromissos internacionais, tais como as MDGs. Oferece um mecanismo para indicar os elos entre o desempenho a nível de país,

de programa/projecto e de agência e pode tornar mais explícitos as medidas, métodos e sistemas utilizados para detectar o progresso. O processo de concepção de um programa de país orientado para os resultados conduziu a uma utilização acrescida de abordagens multissectoriais, promoveu a coordenação entre os organismos de desenvolvimento e permitiu que os governos determinassem onde é que os organismos de desenvolvimento podem trazer maior valor acrescentado.

43. Para reforçar adicionalmente a implementação do RBCAS, o Grupo Banco vai:

- *Acção: Usar a abordagem baseada em resultados em todos os novos CAS e reconverter os existentes em CAS orientados para os resultados por ocasião do Relatório de Progresso de meio do período.*
A adopção destas medidas resultará na implementação de RBCAS em 20 países até ao fim do AF08.
- *Acção: Adotar análises do portfolio do país dirigido para os resultados – com 6 revisões individualizadas realizadas no AF06 e outras 10 no AF07.*
- *Acção: Complementar estas actividades destinadas a efectuar análises sectoriais piloto de nível regional (tais como VIH/SIDA) para mostrar como o reporte regional com base nos resultados pode apoiar metodologias assentes em cada país e vice-versa.*

Elemento Nº Três: Medir e reportar o progresso registado no crescimento partilhado e na prestação de serviços

44. Dois motores chave com vista à prossecução das MDGs em África são o crescimento económico acelerado e melhorias na capacidade dos pobres e das mulheres para participarem no crescimento (“crescimento partilhado”) e dele beneficiarem. Torna-se, portanto, fundamental que se detectem os resultados conseguidos nestas áreas para se poder avaliar o sucesso alcançado. Vai ser implementado pelo GBM um Sistema de Medição dos Resultados, em duas fases, durante o período IDA-14. A nível macroeconómico, o sistema irá monitorizar 14 indicadores de resultados para apurar as tendências dos resultados em termos globais, tais como crescimento, redução da pobreza e desenvolvimento humano. As mudanças nestes indicadores da “Fase I” são influenciadas por factores e agentes múltiplos, não sendo possível a atribuição a uma determinada intervenção ou agência de desenvolvimento. No entanto, é fundamental o progresso na consecução de resultados a este nível para se cumprir a nossa meta de progresso acelerado com vista à consecução das MDGs em África.

45. No caso do crescimento partilhado, os indicadores basear-se-iam na estabilidade macroeconómica e no clima de investimento e podem ser monitorizados numa base regular. Os resultados serão monitorizados, com fundamento nos dados disponíveis de uma variedade de sistemas (tais como CPIA, Relatório de Monitorização Global e Relatório sobre o Exercício da Actividade Económica, entre outros). O desempenho macroeconómico continuará a ser

monitorizado pelo FMI através tanto dos instrumentos existentes como de outros novos.¹⁸ O trabalho efectuado pelo Banco na área de clima de investimento tem produzido referências importantes para a medição dos esforços e, em certa medida, o próprio impacto das reformas que visam promover o crescimento do sector privado. O Grupo BM tem participado activamente em Levantamentos do Clima de Investimento (ICSs) e Avaliações do Clima de Investimento (ICAs) em África. Até à data, já se concluíram ou estão em curso 17 ICS,¹⁹ e estão programados ICAs para cobrir todos os países da Região.²⁰ Estes instrumentos também contribuem para reforçar os indicadores IDA-14 centrados na agenda de crescimento.

46. Para se avaliar o progresso na prestação de serviços, a medição de resultados a mais longo prazo pode ser efectuada através de levantamentos dos lares. No entanto, são poucos os países africanos que têm levantamentos de lares compreensivos em duas ocasiões diferentes, para detectar as tendências das melhorias nos resultados de desenvolvimento humano, enquanto os dados administrativos sobre a prestação de serviços nem sempre são sólidos ou pontuais. Também se podem obter medidas intermédias da prestação de serviços através dos Questionários de Indicadores Centrais de Bem-Estar (CWIQ) que são úteis para prestar informações sobre o acesso aos serviços e sua qualidade. Também contribuem para reforçar o papel da sociedade civil na monitorização do desempenho dos programas e da prestação de serviços.

47. A Região África do Banco irá medir e reportar resultados a nível de estratégia mediante a identificação e detecção de referências comuns para resultados intermédios utilizando os indicadores de Nível I da IDA14:

- ***Acção: Recolher informações básicas e comparativas em 10 países, em áreas chave da prestação de serviços públicos utilizando levantamentos específicos, alvejados de clientes e prestadores de serviços, incluindo cartões com as classificações atribuídas pelos clientes.***
- ***Acção: apoiar o trabalho da DEC para desenvolver e detectar os Indicadores nucleares de Nível I da IDA14 destinados a África.***

Para assegurar a consistência em todos os países da IDA, a Vice-presidência da Economia de Desenvolvimento (DEC) foi incumbida de desenvolver e fazer um relatório sobre todos os 14 Indicadores da IDA de Nível I. A Região África, através do seu grupo de dados e da sua base de dados activa, irá apoiar e contribuir para este esforço.

- ***Acção: Realizar trabalho adicional – em conjunto com as redes do Banco (DEC e OPCS) e com outros parceiros de desenvolvimento – para determinar se os indicadores no âmbito da IDA14 estão inteiramente apropriados para avaliar as conexões entre as acções públicas e os resultados, tais como um crescimento acelerado ou uma melhoria da prestação de serviços.***

¹⁸ *Policy Support and Signaling in Low-Income Countries*, FMI, EBS/05/87, 10 de Junho de 2005.

¹⁹ Foram concluídas ICAs em 14 países (Benin, Eritreia, Etiópia, Lesoto, Nigéria, Moçambique, Quénia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Madagáscar, Senegal, Mali e África do Sul) e, actualmente, estão em fase de execução em mais 3 países.

²⁰ Ver abaixo.

Podem medir-se os resultados intermédios através da análise, a nível nacional, da relevância e do impacto do novo instrumento de levantamento. A qualidade dos dados será avaliada conjuntamente pela DEC, que vai administrar os Indicadores de Nível I da IDA14 e pela Região África.

48. À medida que avança o nosso trabalho sobre diagnóstico do crescimento a nível do país, deveremos adquirir um melhor entendimento dos motores do crescimento em toda a economia e a nível sectorial que, por seu turno, servirão para informar as nossas avaliações quanto à adequação dos indicadores do clima de investimento, por exemplo, como um meio de previsão intermédia dos resultados de crescimento.

Elemento N° 4: Medir e Reportar o Progresso nos Programas e nos Projectos.

49. Esta iniciativa, no âmbito da IDA14, destina-se a melhorar a orientação no sentido dos resultados dos novos projectos da IDA, nas fases de supervisão e de avaliação, e a medir e monitorizar as melhorias em produtos e resultados seleccionados de projectos, resultantes de intervenções da IDA (ver Caixa 3). Com vista a apoiar os esforços da IDA neste domínio, a Região África irá:

Caixa 3 Eritreia – Projecto de Controlo de VIH/SIDA/DTS, Malária e Tuberculose (HAMSET)

Numa altura em que o país vivia problemas políticos e económicos graves, a Eritreia registou, nos últimos cinco anos, uma melhoria substancial em todos os principais indicadores da saúde. A mortalidade infantil baixou de 72 por mil em 1995 para 48 em 2002, comparativamente à média da África Subsariana de 101; a cobertura da imunização quase que duplicou para 76% em 2003, numa altura que as taxas de imunização baixavam na ASS. A mais extraordinária de todas foi o decréscimo de 80% da mortalidade e morbidade da malária durante os últimos quatro anos – de longe o melhor desempenho verificado na ASS. A prevalência de VIH/SIDA baixou ligeiramente para um valor de 2,4%, mais uma vez numa ocasião em que a maioria do resto do continente via as suas taxas aumentadas para níveis muito mais altos. Estes resultados notáveis devem-se a uma série de factores, a saber: (a) o projecto centrava-se numa combinação de actividades de VIH/SIDA, malária e tuberculose. Esta abordagem integrada às doenças comunicáveis, explorando as sinergias óbvias entre estas várias actividades, não tem sido frequentemente experimentada mas revelou-se altamente eficaz na Eritreia; (b) aplicação de tecnologia moderna adequadamente mas sem excesso; (c) gestão eficaz, políticas sólidas e compromisso político forte pelo Ministério da Saúde da Eritreia, e (d) estão a ser aplicadas, na área da supervisão, metodologias encorajantes para a prossecução de resultados onde o elemento fulcral consiste em identificar factores de sucesso tangíveis e sistemas para estudar e integrar actividades paralelas com vista à prossecução de um resultado específico. Um novo projecto, que é uma repetição e que é conhecido por HAMSET II, foi recentemente aprovado e, fundamentando-se nos sucessos do HAMSET, visa melhorar consideravelmente a saúde maternal e explorar ainda mais as sinergias potenciais entre o controlo das principais doenças comunicáveis.

- *Acção: Melhorar a qualidade à entrada (enfoque nos resultados e alinhado com os resultados nacionais e o enquadramento de políticas) em pelo menos 95% das novas operações até ao AF08; e aumentar a percentagem de utilização satisfatória de M&E durante a supervisão de pelo menos 80 dos projectos existentes.*
- *Acção: A partir do AF06, monitorizar e reportar resultados sectoriais em todas as novas operações da IDA em quatro sectores (saúde, educação, abastecimento de água e*

transportes rurais) e conjugá-los com os esforços que visam reforçar a capacidade do país necessária para assegurar uma monitorização adequada.

Os indicadores são: para a saúde, taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos; para a educação, taxa de conclusão do ensino primário; para o abastecimento de água, a proporção da população com acesso a uma melhor fonte de água; e para os transportes rodoviários rurais, a proporção de população rural com acesso a estradas que possam ser utilizadas em todas as estações do ano.

- *Acção: Melhorar quatro indicadores chave, relevantes para a qualidade do projecto: aumentar a quota do Relatório de Conclusão da Implementação com resultados satisfatórios do projecto, passando de 70% no AF04 para 85% no AF08; e elevar a quota dos Relatórios sobre a Situação e Resultados da Implementação (ISRs,) com dados básicos satisfatórios para monitorização de resultados, de 80% no AF04 para pelo menos 85% dos projectos existentes e para 90% dos novos operadores até fim do AF08.*

Elemento Nº 5: Avaliação do Impacto Alvejado.

50. Com vista a complementar estes esforços e a assegurar que os ensinamentos sejam integrados nas políticas e concepções futuras de projectos – tanto nos países como no Grupo Banco – a Região África em colaboração com a Rede DH e DEC irá desenvolver uma estratégia para avaliação do impacto alvejado. As avaliações de impacto fornecem novas provas de que uma operação específica resultou relativamente aos resultados pretendidos e permitem que se efectuem apreciações da eficácia relativa do custo das diferentes intervenções. Novos desenvolvimentos técnicos, a par de uma maior disponibilidade de dados micro, conduziram a um número crescente de avaliações do impacto dos projectos e intervenções no Grupo Banco. Existem, presentemente, cerca de 75 avaliações de projectos em curso na África Oriental, 45 deles relacionados com projectos ou programas do Banco Mundial empreendidos com financiamento do Banco Mundial. A maior parte deles centram-se em intervenções nos sectores do desenvolvimento humano e rural. A iniciativa de Avaliação do Impacto do Desenvolvimento (DIME) é um esforço a todo o nível do Banco, sob a liderança do Economista Chefe do Banco que visa: (a) aumentar o número de projectos do Banco com componentes de avaliação do impacto, especialmente em áreas e temas estratégicos; (b) aumentar a capacidade dos funcionários para conceber e efectuar essas avaliações; e (c) criar um processo de aprendizagem sistemática com base nas lições extraídas das avaliações concluídas. A Região África estabelecerá uma parceria com a iniciativa DIME e outros organismos de desenvolvimento e instituições académicas para:

- *Acção: Desenvolver uma estratégia de avaliação do impacto a médio prazo para fornecer informações retrospectivas destinadas à concepção de novos projectos/programas.*

Uma abordagem mais estratégica à avaliação de impacto, centrada em áreas de importância crítica para a intervenção do Banco iria permitir que o Grupo Banco e a comunidade de desenvolvimento pudessem aprender, de uma forma mais sistemática, as lições dos sucessos e dos insucessos dos vários tipos de intervenções.

2. Desafios no Domínio da Implementação do Enquadramento

51. A implementação do enquadramento de resultados vai exigir uma mudança significativa nos incentivos ao pessoal para se incrementar a gestão orientada para os resultados, incluindo a avaliação do impacto alvejado. Análises da orientação do Banco no sentido dos resultados referem que os incentivos internos tendem a concentrar os esforços dos funcionários na entrega de *novos* projectos e investimentos, e não na monitorização do desempenho da implementação e nos resultados dos projectos *existentes*. As iniciativas recentes que dão destaque à gestão da carteira são concebidas com vista a resolver este problema mas é necessário um trabalho mais profícuo para que a atenção dos funcionários e da gestão se centre na utilização dos nossos instrumentos analíticos e de crédito para criar o compromisso e as capacidades, tanto dos funcionários como dos países clientes, para monitorizar e gerir o desempenho a nível do país. Por causa das limitações dos recursos humanos e do tempo preciso para criar a capacidade analítica necessária para um trabalho orientado para os resultados, a aplicação gradual desta nova abordagem terá de ser gerida cuidadosamente, tendo em conta a necessidade dos países de mais resultados e avaliações de impacto e maior capacidade do país para participar no processo. A constituição de parcerias com instituições académicas, tanto em África como nos países da OCDE, com vista a atrair recursos de alto nível será da maior importância. Para tal, as acções chave são as seguintes:

- *Acção: A organização interna da Região África na IDA sairá reforçada com a criação de uma Unidade para a Qualidade e Resultados.*

A unidade prestará parecer estratégico no que se refere a resultados com vista ao desenvolvimento e processos da estratégia governamental, na concepção do RBCAS (em estreita colaboração com os Directores do País e PREM) e na implementação dos princípios da Declaração de Paris sobre resultados a nível de país. A unidade irá ajudar a criar parcerias sobre resultados, a nível nacional, em colaboração com os gestores dos países, funcionários dos países e economistas dos países. O apoio específico ao projecto será melhorado através de uma maior integração dos especialistas em monitorização e avaliação com os assessores para a qualidade. À medida que os resultados se fazem sentir em todos os sectores e níveis de trabalho operacional e empresarial, a Unidade para a Qualidade e Resultados colaborará estreitamente com as Redes, unidades centrais e cada vez mais com os parceiros nas discussões globais sobre a gestão orientada para os resultados.

- *Acção: Formação em tempo real e apoio sustentado à gestão centrada em resultados.*

Este apoio vai incluir nova formação profissional dos funcionários, mudanças administrativas tais como a identificação recente do trabalho de avaliação do impacto como uma “linha de produto” separada no sistema SAP do Banco e recursos da gestão para identificar e recompensar as boas práticas.

- *Acção: A Região irá cooperar com outros elementos da comunidade de desenvolvimento para resolver os desafios especialmente relevantes para África, tais como a afectação da ajuda em função dos resultados, diferenças no uso de enquadramentos para avaliação do*

desempenho para apoio ao orçamento e modos de implementar a Declaração de Paris com uma incidência clara nos resultados.

V. A CONSECUÇÃO DE RESULTADOS NA PARCERIA IDA-14

52. A recente viragem no clima económico e político de África apresenta uma oportunidade sem precedentes para se alcançarem tanto o crescimento *acelerado* como o crescimento *amplamente partilhado*. O *Enquadramento Estratégico para África da IDA* (SFIA), elaborado em 2004 e a *Estratégia para África* apresentada ao Conselho em Fevereiro de 2005 sublinham a necessidade de se fomentar o crescimento, investir nas pessoas e alcançar uma melhor coordenação entre os dadores – tudo dentro de um enquadramento assente nos resultados. A justificar estes esforços está a necessidade de se continuar a trabalhar para criar estados competentes em África, através da ampliação da capacidade institucional, melhorias na gestão das despesas públicas e atenção redobrada à responsabilização e governação.

53. A IDA14 — em conjunto com os recursos adicionais disponibilizados pela comunidade internacional a partir de 2006— representa uma oportunidade importante para, em colaboração com outros parceiros de desenvolvimento, o Grupo Banco Mundial accionar o conhecimento e os recursos operacionais da IDA com vista a ajudar a utilizar eficazmente a assistência multilateral e bilateral acrescida que foi dirigida para África. O nosso compromisso com outros países, no âmbito desta abordagem de Parceria IDA-14, nortear-se-á pelas cinco prioridades seguintes:

- (i) Os países assumirão o comando dos seus programas de desenvolvimento e a estratégia nacional para redução da pobreza (PRS) continuará a ser a âncora da estratégia da IDA para os países e a centrar-se nos resultados;
- (ii) A IDA irá aumentar os seus esforços no sentido de ajudar os governos africanos a criarem estados competentes, através da criação de capacidade, melhorias na gestão das despesas públicas e atenção redobrada à responsabilização e governação;
- (iii) O Grupo Banco empreenderá novas acções para aumentar a taxa de crescimento e fortalecer a capacidade dos pobres e das mulheres para participarem no crescimento e dele beneficiarem;
- (iv) O Grupo Banco trabalhará com os parceiros de desenvolvimento, quer para efeitos de alinhamento com os PRSs nacionais quer para efeitos de harmonização de processos e comportamentos com vista à redução dos custos de transacções; e
- (v) A IDA cooperará com os países e parceiros regionais de desenvolvimento para partilhar o seu conhecimento analítico e operacional como um “bem público” com vista a oferecer um meio de incrementar os projectos e programas de impacto elevado, à medida que os recursos se tornam disponíveis.

1. Estratégias para Redução da Pobreza, liderados pelo país, impulsionadas pelas metas, como âncoras estratégicas

54. Como os países em África diferem - muitas vezes, dramaticamente – no que respeita às suas oportunidades e impedimentos ao crescimento, níveis de bem-estar social e ainda suas histórias e contextos institucionais, as metodologias assentes no país são de extrema importância para a prossecução dos resultados de desenvolvimento.²¹ Para se assegurar que o nosso enfoque estratégico é compatível com os princípios de controlo e especificidade do país, dois princípios universais informarão o nosso compromisso global com os países no âmbito da Parceria IDA-14.

55. Em primeiro lugar, assistiremos os países a obterem um maior enfoque estratégico, mais orientação no sentido dos resultados e responsabilização nas suas PRSs. Para tal, será reforçado o nosso trabalho analítico que terá um enfoque mais intenso nas seguintes áreas: (a) identificação das políticas, despesas públicas e investimentos no sector privado necessários para se alcançar o crescimento específico orientado para os resultados, tais como o impulso das exportações, criação de um sector privado africano; (b) avaliação do impacto social e na pobreza das reformas das políticas institucionais e orientadas para o crescimento; (c) melhoria da gestão macroeconómica de fluxos de ajuda (e recursos naturais) mais vastos (em colaboração com o FMI); (d) aumento do uso das análises de impacto para avaliar a eficácia dos programas destinados a expandir a prestação de serviços da saúde, educação e outros destinados aos pobres; e (e) criação de uma competência nacional em M&E, incluindo capacidade estatística para apoiar os enquadramentos nacionais de resultados.

56. Em segundo lugar, amplificaremos cada vez mais o nosso trabalho de diagnóstico em colaboração com o país e os parceiros de desenvolvimento com vista a compreender tanto os motores como os entraves principais do crescimento, assim como o meio mais eficaz de se criar um património para os pobres. O CAS Baseado nos Resultados é o instrumento primordial, segundo o qual a IDA identificará as lacunas de conhecimento relevantes a nível de país e avaliará a capacidade do país e dos parceiros de desenvolvimento para as solucionarem. Quando existir capacidade relevante nas instituições locais ou organismos governamentais, o Grupo Banco irá aumentar a utilização dos homólogos locais nos estudos analíticos com os objectivos duplos de se reforçar a capacidade e se criar um controlo dos resultados.

2. Criar Estados Competentes e Melhorar a Governação

57. À medida que procuravam implementar as suas estratégias nacionais para redução da pobreza, muitas das sociedades africanas e seus líderes referiram uma governação sólida e a criação de capacidade como pré requisitos para o crescimento sustentável. Melhorar a governação e criar capacidade são desafios da maior importância para África. A promoção da transparência, responsabilização e voz, fundamentais para se reduzirem os incentivos à corrupção, é o elemento central na agenda da governação. Mas a criação de estados competentes e honestos também exige que se contemplem relações estruturais mais vastas, incluindo as relações entre instituições estaduais fundamentais, as interações entre o estado e o sector

²¹ Ver Banco Mundial, *Crescimento Económico nos anos 90 – Aprender com uma Década de Reforma* 2005, para uma apreciação da necessidade de adaptar às circunstâncias individuais de cada país princípios económicos latos destinados a fomentar o crescimento e a melhorar a prestação de serviços para os pobres.

privado, e a relação entre o estado e a sociedade civil. Precisa ainda de reforçar a gestão do sector público central, o que inclui a profissionalização do serviço público.

58. No seguimento da liberalização política da década de 90, os países africanos têm estado a revigorar a sua governação, procurando desenvolver estados eficientes e sociedades participantes. Os líderes africanos actuaram neste campo através da criação do NEPAD e, em particular, o Mecanismo de Análise pelos Pares Africanos (APRM) que introduz a revisão pelos pares entre as sociedades e governos africanos. Em conjunto com a cooperação regional, são instrumentos chave para as reformas de governação comandadas pelos próprios países. O Banco apoia vivamente estas iniciativas.

59. A criação de capacidade no país e a governação eficazes – especialmente no que toca à gestão das despesas e receitas orçamentais, bem como ao reforço das instituições que vigiam a corrupção — estão no centro do Plano de Acção. Além do mais, o Plano, informado – mas sem fazer um julgamento prévio das recomendações do trabalho em curso da Task Force para Criação de Capacidade (cujos resultados serão partilhados com o Conselho do Banco, mais adiante no Outono) — contempla a implementação de intervenções de criação de capacidade mais eficazes em função do custo do que tem sido o caso até ao momento.

Adaptar às condições do país o apoio do Banco à governação

60. As perspectivas de um apoio eficaz à governação dependem de uma variedade de características específicas a cada país num determinado momento. Embora as reformas de governação, pela sua própria natureza, nem sempre sejam unidireccionais e frequentemente de implementação lenta, o Banco considera que os seus esforços para reforma de governação são muito bem sucedidos quando o apoio leva em conta pelo menos cinco dimensões das condições de governação no país: a) se a liderança política e administrativa é favorável ao desenvolvimento e às reformas; b) a capacidade presente do governo para a tomada de decisões e formulação de políticas estratégicas; c) a capacidade institucional e o espaço fiscal para a implementação de políticas e programas que existem na altura; d) o grau de envolvimento geral da sociedade na tomada de decisões, incluindo a capacidade da sociedade civil e do sector privado para responsabilizarem o governo; e e) o grau de estabilidade política e social que está relacionado com a presença ou ausência de conflitos armados.

61. Com base numa avaliação destas dimensões, as actividades de governação do Banco variam entre o apoio a reformas abrangentes e de nível múltiplo, em países com uma liderança orientada para a reforma e onde exista alguma capacidade; o apoio a reformas selectivas, aproveitando oportunidades para mudança em países com uma fraca liderança política e administrativa e com uma capacidade limitada; e apoio à reconstrução da capacidade financeira e administrativa e reforço da responsabilização em estados frágeis, em fase de pós conflito.

62. A agenda de governação e de criação de capacidade do Banco cobre oito temas descritos abaixo. A relevância destes temas difere entre as três situações de governação, da forma seguinte: 1) os *Diagnósticos da Governação* são importantes em todos os países africanos, embora o grau de controlo africano varie em função da liderança e da situação de capacidade em cada um dos países; 2) o apoio à *criação de capacidade institucional* varia entre os vários países,

dependendo das situações de governação existentes mas, na essência, o Banco pode melhorar o seu impacto indirecto na capacidade existente em todos os países africanos no processo de ajustar a forma como gere os seus negócios; 3) o reforço da *gestão das finanças públicas* também é essencial em todas as situações nacionais mas será limitado às questões fiduciárias em estados frágeis com um compromisso limitado da liderança; 4) o apoio à *reforma legal e judicial* será igualmente diferente de país para país, dando prioridade a reformas formais abrangentes em países onde exista capacidade e comprometimento e a reformas selectivas que envolvam mecanismos informais de resolução de conflitos, nos países mais débeis; 5) o reforço da *gestão do sector público* essencial exige a demonstração de um compromisso da liderança e de existência de capacidade, mas as reformas da prestação de serviços e a criação de espaço para a sociedade civil poder responsabilizar o governo são pontos de entrada viáveis em muitas situações de fragilidade e de pós conflito; 6) o reforço dos *governos locais* poderia incluir medidas para favorecer a procura e a procura, em países com um bom desempenho mas iria enfatizar as medidas respeitantes à procura em países frágeis com uma liderança deficiente; 7) o aumento da *responsabilização e transparência em todos os países ricos em recursos* que têm de ser adaptadas à capacidade e comprometimento dos países; e 8) é necessário o *reforço da governação em estados frágeis, em período de pós conflito* face à sua liderança debilitada.

Melhorar o Diagnóstico da Governação

63. Os governos africanos precisam de dispor de informação sobre os pontos fortes e fracos da governação para a formulação da maior parte das políticas e programas de desenvolvimento macroeconómico, estrutural e sectorial. A informação e a governação e transparência também são precisas para os cidadãos, sociedade civil, meios de comunicação e sector privado poderem responsabilizar os governos pelas suas decisões e acções, incluindo o uso de recursos públicos. Os dados sobre governação, específicos a cada país, e os Indicadores Globais de Governação são cada vez mais utilizados pelos governos e partes interessadas em cada um dos países.

64. Em alguns países (e.g. Gana, Tanzânia, Uganda e Moçambique), o Banco apoiou os governos a aumentarem a transparência, em parte através do uso de levantamentos da governação e anti-corrupção, que desencadearam debates acerca do modo como melhorar a transparência e a responsabilização. Houve algumas actividades de desenvolvimento de capacidade para apoiar os meios de comunicação, sector judiciário, sociedade civil e instituições de monitorização independentes (por exemplo nos Camarões, Chade, Madagáscar, Tanzânia e Gana). Para fortalecer ainda mais a procura de responsabilização, foram estabelecidos alguns postos de observação independentes em determinados países (e.g. Camarões, Chade, Madagáscar e Gana). O apoio nestas áreas é essencialmente prestado por outros parceiros de desenvolvimento (i.e., PNUD, agências nórdicas de desenvolvimento, DFID e USAID) e WBI, frequentemente completado por assistência técnica alvejada.

65. Outras actividades aumentaram também o acesso à informação e a uma supervisão (do público) mais eficaz. O Banco prestou apoio aos parlamentos e seus comités (principalmente através do WBI) e a instituições de auditoria com vista ao aumento da sua eficiência operacional na revisão das contas públicas. Para identificar fugas de recursos públicos nos sistemas administrativos existentes e resolver deficiências na prestação de serviços públicos, foram

efectuados vários Levantamentos para Detecção das Despesas Públicas (PETS) numa série de países (ver Caixa 4).

Caixa 4: Levantamentos para Detecção das Despesas Públicas (PETS)

Foram aplicados cada vez mais PETS em África para determinar as deficiências na gestão das despesas públicas e na prestação de serviços públicos principais. A maioria dos estudos PETS foi implementada, até à data, na Região África (em nove países, no total, nomeadamente nos *Camarões, Gana, Madagáscar, Moçambique, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia*) nos sectores da saúde e da educação. O núcleo dos PETS reside no registo e detecção de fluxos específicos de despesas, desde o seu ponto original de afectação até ao seu uso final destinado, como por exemplo uma escola. O PETS pioneiro do Uganda da educação continua a ser o mais bem sucedido de todos estes exemplos apresentados. Conduzido em 1996 e 1999, ficou associado a um aumento de recursos de uma média de 13% para um valor médio de 78% dos recursos previstos que chegaram a uma escola. A iniciativa teve um grande êxito porque envolveu um governo comprometido com a reforma, empenhou os dadores e representou um tipo de transacção – uma regra transparente baseada na afectação às escolas por estudante – que era fácil de detectar. A experiência noutros países e sectores tem sido de que as transacções de despesas são frequentemente muito complexas, devido a fugas e desvios inerentes numa série de processos, incluindo as aquisições. Por conseguinte, as metodologias PETS têm de ser adaptadas ao contexto dominante. Um inventário recente conclui que os PETS podem ser um complemento útil para o entendimento das debilidades na capacidade de gestão das finanças públicas e dos mecanismos de responsabilização a nível nacional e local. Não podem, contudo, tomar o lugar de um reforço mais vasto dos sistemas de gestão das finanças públicas, especialmente nos países que recebam apoio orçamental.

66. Gradualmente, os diagnósticos da governação estão a ser integralmente incluídos em sectores particulares – infra-estruturas, serviços sociais, agricultura, etc. – que consomem a maior parte dos investimentos do governo e dos parceiros. Em alguns países, a eliminação dos problemas na governação pode ser mais fácil em serviços públicos específicos do que em reformas gerais. De igual modo, os problemas da corrupção podem concentrar-se em questões relacionadas com o controlo das infra-estruturas ou da terra.

- *Acção: Assistir 10 países a desenvolverem e implementarem diagnósticos da governação, incluindo cartões com as classificações atribuídas pelos cidadãos, em colaboração com o WBI.*
- *Acção: Proporcionar ferramentas analíticas e apoiar os governos locais, departamentos executantes, organizações da sociedade civil e comunitárias para fazerem o diagnóstico dos problemas do sector da governação na prestação de serviços públicos, com vista a melhorar o acesso à informação e o uso transparente dos recursos públicos através, por exemplo, da afixação de orçamentos em escolas locais e centros de saúde e da publicação de padrões de serviço para os serviços do estado.*

Reforço da Capacidade Institucional

67. O desenvolvimento de capacidade é um desafio comum a toda a região em África, embora os países estejam em pontos diferentes do espectro, da fraca à forte capacidade e de uma baixa a uma alta responsabilização. Em graus diferentes, todos os países africanos se deparam com a tarefa de colmatar a fuga de cérebros, funcionários altamente especializados, com incentivos destinados a reter e utilizar os elementos competentes; revitalização dos sistemas deteriorados de prestação de serviços para ajudar a alcançar as MDGs; promoção de um clima competitivo para o crescimento liderado pelo sector privado; protecção das populações da guerra

civil e crime com o reforço do estado de direito; e abertura dos processos fechados de tomada de decisões através de uma maior inclusão da sociedade civil e dos cidadãos.

68. As lições aprendidas revelam que os esforços de desenvolvimento de capacidade precisam de objectivos claros, não podem assentar em abordagens fragmentadas ou centradas em projectos, precisam de um período de tempo adequado para serem institucionalizados, exigem o acompanhamento dos líderes políticos e técnicos e têm de ser apoiadas por incentivos apropriados. Precisando, há necessidade de formação, equipamento e assistência técnica que têm que ser prestados em resposta a uma procura clara e eficaz para que possam ser convenientemente absorvidos. Os casos de sucesso – metodologias de Desenvolvimento Liderado pela Comunidade (CDD), no Malawi, gestão do desempenho na Tanzânia, gestão das finanças públicas no Burkina-Faso e Madagáscar, e descentralização no Uganda e Etiópia, por exemplo — contaram com uma liderança forte, utilizaram metodologias de financiamento flexíveis e programáticas e associaram as capacidades existentes ao conhecimento global e local.

69. O Grupo Banco lançou uma Task Force para o Desenvolvimento de Capacidade em África, destinada a reforçar o consenso emergente sobre desenvolvimento de capacidade e impulsionar a contemplação mais eficaz do problema da capacidade. A Task Force vai publicar um relatório no Outono de 2005. Incluirá recomendações sobre a alteração a operar no modo como o Banco executa a sua actividade com vista a práticas que promovam a capacidade e também para reforçar a capacidade do impacto de desenvolvimento das operações apoiadas pelo Banco.

- ***Accção: Exigir que todos os novos CAS tenham um programa sistemático para criação de capacidade com base nas recomendações da Task Force para Desenvolvimento da Capacidade e elevar o número total deste tipo de CAS de 15 para 25 dentro de 3 anos.***
- ***Accção: Aumentar a percentagem da AT prestada pelo Banco que esteja integrada na AT prestada em conjunto com outros parceiros e que é gerida pelo país parceiro para fins de desenvolvimento da capacidade.***

Reforçar a Gestão das Finanças Públicas e a Responsabilização Financeira

70. Para o uso eficaz dos recursos internos e da ajuda externa é necessária uma Gestão das Finanças Públicas (GFP) sólida. Na maioria dos países africanos, a responsabilidade pelas despesas e receitas continua a ser um desafio. Esforços anteriores consignaram alterações reguladoras, reabilitação dos sistemas existentes, criação de auditorias internas e externas e reformas do sistema de aquisições. Houve um progresso digno de registo na elaboração de uma metodologia fundada em indicadores para avaliação do sistema de GFP que é um aperfeiçoamento da abordagem utilizada na avaliação do progresso do programa PPME (HIPC) durante 2001-2004. Esta abordagem foi alvo de apuramentos adicionais pela Iniciativa das Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA)²².

²² O Programa PFA, iniciado em Dezembro de 2001, é financiado conjuntamente pelos Mecanismos de Doação ao Desenvolvimento do Banco Mundial (DGF), Comissão Europeia (CE), Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), a Secretaria de Estado Suíça para os Assuntos Económicos (SECO), Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega e Ministério dos Negócios Estrangeiros Francês. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Parceria Estratégica

71. Os indicadores utilizados medem a formulação, execução e relatórios do orçamento. A maior parte dos PRSCs realçam a necessidade de se reformarem os sistemas de GFP, mediante a aplicação de indicadores, tais como estes. Vários países (por exemplo Tanzânia, República do Congo, Malawi, Madagáscar e Moçambique) têm operações de responsabilidade financeira separadas para resolver as deficiências PEFA. Alguns países (e.g. Tanzânia e Madagáscar) também apoiam reformas das administrações fiscais e alfandegárias para solucionar as deficiências da gestão das receitas. O apoio adicional do Banco assentará nestes indicadores e irá assistir os governos a aumentarem a eficácia do sistema de GFP e a atender aos padrões de desempenho através de:

- ***Acção:*** *Assistir 20 países a reforçar os elementos centrais dos seus sistemas de Gestão das Finanças Públicas e de Responsabilidade Financeira (e.g. contabilidade, gestão de tesouraria, controlo dos compromissos, aquisições públicas bem como a introdução de um enquadramento consistente para medir o desempenho, incluindo a utilização de Levantamentos para Detectar as Despesas Públicas).*
- ***Acção:*** *Colaborar com os governos para aumentar a eficácia dos controlos internos e externos que fiscalizam a execução orçamental de modo a evitar o uso indevido dos recursos públicos.*
- ***Acção:*** *Incrementar os esforços para modernizar as aquisições públicas, em particular prestando assistência aos governos na institucionalização, dentro da administração pública, de um enquadramento regulador e institucional renovado, como por exemplo o apoio reforçado à formação e criação de capacidade.*

Utilizaremos os indicadores contidos no Enquadramento para Medir o Desempenho, desenvolvido pela parceria PEFA, para avaliar o progresso na administração pública e na gestão financeira; e monitorizar a eficácia do governo e dos indicadores IDA-14.

Reforma dos Sistemas Legais e Judiciais

72. As primeiras reformas nesta área focavam-se no ajustamento dos enquadramentos legais e reguladores com vista a facilitar o desenvolvimento económico, como por exemplo a protecção da propriedade. A integração económica regional desencadeou reformas dos enquadramentos reguladores que abrangeram leis comerciais e sobre a actividade económica. Uma questão importante é a relação entre o sistema judicial formal e os mecanismos informais de resolução de conflitos. Muitos países africanos têm um sistema de tribunais das aldeias ou das comunidades, que funcionam muito bem, compostos por leigos em conformidade com as leis tradicionais. As reformas judiciais têm de considerar o papel e a importância para as sociedades africanas destes sistemas tradicionais e da sua relevância para o sistema judiciário como um todo. Os esforços do Grupo Banco, nesta área, centrar-se-ão em:

- ***Acção:*** *Assistir pelo menos oito países a melhorarem a eficácia operacional do judiciário (e.g. com a introdução de padrões de serviço, racionalizando os procedimentos*

com África também integram o número de parceiros. Um Comité Directivo composto por membros destes organismos está a gerir o Programa. Foi constituído um Secretariado que está localizado no Banco Mundial em Washington, DC.

comerciais e reforçando a responsabilização) na redução das dificuldades processuais e financeiras, no desenvolvimento de mecanismos informais para a resolução de conflitos (por exemplo arbitragem, sistema de tribunal comunitário) e na facilitação do acesso dos pobres ao sistema legal e judicial.

- *Acção: Reforçar os esforços do governo para eliminar a corrupção e melhorar os padrões de ética no seio do sistema judiciário.*

Melhorar a Gestão do Sector Público

73. O sector público é fundamental para uma boa governação. Em muitos países, a função pública tem funcionários a mais, é excessivamente burocrática e ineficiente, com pouca motivação e orientação no sentido do utente. Sistemas administrativos com um bom funcionamento e uma função pública motivada e com a dimensão certa são requisitos prévios importantes para uma prestação de serviços eficiente e a utilização otimizada dos recursos públicos. Para solucionar as falhas de funcionamento actuais da função pública, o Banco está a apoiar reformas nesta área com ênfases diferentes nos países africanos, como por exemplo: na Zâmbia e na Nigéria, melhoria da eficiência operacional e racionalização das complexas estruturas burocráticas; e na Tanzânia, Moçambique, Nigéria e Serra Leoa está a prosseguir reformas administrativas “de alto a baixo”, através da criação da necessidade de mudança e de capacidade para implementar. Tal inclui também reformas institucionais globais, que visam uma descentralização e um desenvolvimento de capacidade compreensivos no contexto de reformas políticas de grande alcance, como é o caso da Etiópia.

74. O Banco irá dar destaque às áreas seguintes: a) apoio a elementos particulares da reforma da função pública que possam desencadear mudança, como é o caso dos padrões de desempenho (serviço) e reformas selectivas dos sistemas de ordenados e incentivos; b) incremento da assistência para melhorar a prestação de serviços nas áreas que actuam directamente com os cidadãos, compreendendo, para o efeito, a participação dos utentes e beneficiários com vista a aumentar a responsabilidade e eficiência na prestação de serviços, como está a acontecer, numa fase piloto, na Tanzânia, Uganda e Madagáscar; c) colaboração com os governos para se instaurar a credibilidade das reformas administrativa e da função pública, logo no início do processo de reforma, mediante a produção de resultados visíveis a curto prazo, como é o caso de Moçambique com o programa “ganhos rápidos”; d) resposta à procura crescente de reformas na governação electrónica, mudando a forma como o sector público está a funcionar neste campo, como está a ser tentado no Ruanda; e e) satisfação dos pedidos dos governos africanos para que seja prestada assistência na gestão e implementação da mudança, especialmente ajudando os governos a melhorar o seu enfoque nos resultados, processo de tomada de decisões intergovernamental e a eficácia dos processos do Gabinete. Os PRSCs são um instrumento chave para reforçar e aprofundar o diálogo de políticas, tornando-o numa tentativa e integração eficaz da agenda de reforma administrativa e da função pública. A combinação dos PRSCs com operações de desenvolvimento de capacidade paralelas ajuda os governos a elaborar opções de reformas e a fomentar a procura de reformas da função pública, dentro e fora da administração.

- *Acção: Assistir pelo menos oito países na reforma da função pública, particularmente a reforma da gestão dos recursos humanos, sistemas de ordenados e incentivos, bem como na descentralização, especialmente reformas fiscais intergovernamentais.*
- *Acção: Desenvolver ferramentas, indicadores e procedimentos para integrar as reformas da gestão do sector público em todos os PRSCs onde as questões de governação façam parte do enquadramento e das ignições das reformas.*

Fortalecimento dos Governos Locais

75. Reconhecendo que a descentralização é uma opção política feita por muitos países africanos, o GBM está a apoiar os governos a atender às implicações políticas, reguladoras, administrativas e financeiras de um estado descentralizado. Neste campo, apoia diversos programas governamentais: (i) em alguns países (como, por exemplo, Etiópia, Lesoto, Serra Leoa, Uganda, Tanzânia e Madagáscar), o Banco Mundial está a assistir os governos a desenvolverem ou reformarem o sistema de relações fiscais intergovernamentais; (ii) através de operações do sector público, de carácter multisectorial, está a complementar actividades impulsionadas pela comunidade; e (iii) está a apoiar programas de Desenvolvimento Impulsionados pela Comunidade (CDD), especialmente quando estejam associados ao desenvolvimento da governação local.

76. O Desenvolvimento Impulsionado pela Comunidade tem provado ser um meio eficaz de reconstruir as sociedades que emergem dos traumas de uma guerra ou de um conflito. As abordagens CDD ajudam igualmente a atender às necessidades locais urgentes e a restaurar a confiança e as relações que ruíram em consequência do conflito. Ao envolver as pessoas na solução dos problemas, ao nível local, o CDD pode produzir um dividendo da paz precioso. No Ruanda, o Banco Mundial ajudou a estabelecer o Projecto de Desenvolvimento e Reintegração da Comunidade que deu uma ênfase especial à descentralização e encorajou o governo local a envolver a população local no processo de tomada de decisões. Os Comitês de Desenvolvimento da Comunidade foram criados para dar um papel activo aos governos locais e voz e influência às comunidades. Dá mais poder aos cidadãos no processo de tomada de decisões, através desta metodologia de desenvolvimento que liga a participação da comunidade com a gestão local dos recursos, tornando ambos os cidadãos e os políticos responsáveis pelos resultados.

Numa fase mais avançada, o Banco irá:

- *Acção: Incrementar o apoio para aumentar o desenvolvimento dos governos locais, visando a melhoria da prestação de serviços, responsabilização e participação.*
- *Acção: Continuar a reforçar a capacidade ao nível de governo sub nacional, bem como assistir os governos a racionalizar os sistemas de transferências fiscais e a desenvolver uma base de recursos própria para as comunidades locais.*
- *Acção: Aumentar o número de projectos com financiamento CDD e melhorar a sua integração nas Estratégias para Redução da Pobreza que, como projectos bem sucedidos, serão amplificados.*

Aumentar a Responsabilização e a Transparência nos Países Ricos em Recursos

77. Cada vez são mais comuns e maiores os rendimentos provenientes de recursos devido a novas descobertas e a preços favoráveis. Durante a década de 90, 65% de todo o investimento directo estrangeiro estava concentrado em petróleo, gás e mineração. Entre 2000 e 2010, as receitas de petróleo acrescentarão mais USD 200 000 milhões aos cofres dos governos africanos. No entanto, os estados com recursos minerais tendem a apresentar indicadores sociais piores do que os dos países sem recursos minerais, com o mesmo nível de rendimento, incluindo taxas de pobreza mais elevadas, maior desigualdade de rendimentos, despesas mais baixas com os cuidados de saúde, maior prevalência de má nutrição infantil e maior analfabetismo e taxas de matrícula escolar mais baixas.

78. A Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI), lançada na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, em Setembro de 2002, visa aumentar a transparência nas transacções entre os governos e as companhias das indústrias extractivas. As receitas das empresas de petróleo, gás e mineração, sob a forma de impostos, royalties, bónus de assinatura e outros pagamentos podem ser um motor importante para o crescimento económico e o desenvolvimento social. No entanto, a falta de responsabilização e de transparência nestas receitas pode exacerbar a má governação e levar à corrupção, ao conflito e à pobreza. O aumento da transparência e conhecimento das receitas vai conferir poderes aos cidadãos e às instituições para pedirem contas ao governo e a má gestão ou desvio de fundos dos objectivos de desenvolvimento sustentável serão, portanto, mais difíceis. O NEPAD, entre outros grupos internacionais, contribuiu para um importante ímpeto político da EITI. Em Fevereiro de 2004, a Nigéria passou a adoptar a EITI (ver Caixa 5). Com vista a reforçar a responsabilidade e a transparência nos países ricos em recursos, o Grupo Banco irá:

- *Acção: Promover a transparência na prestação de contas pelas receitas, adoptando a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI) até 2009 e ajudando 6 governos a criar e manter disciplina fiscal, reforçar a GFM, criando regras de poupança e mantendo a disciplina fiscal nos sistemas fiscais descentralizados.*

Caixa 5 A Nigéria e a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI)

A *Iniciativa da Nigéria para a Transparência das Indústrias Extractivas (NEITI)* foi lançada em Fevereiro de 2004, tornando a Nigéria o primeiro país a adoptar os princípios da EITI. A NEITI está centrada no sector do gás e petrolífero da Nigéria que contribui com mais de 70% das receitas públicas e representa mais de 90% das receitas de exportação. O processo é conduzido por um Grupo de Trabalho de Intervenientes Nacionais (NSWG), com 30 membros, compreendendo representantes dos sectores público e privado e da sociedade civil, incluindo agentes fundamentais do sector petrolífero e dos meios de comunicação. A NEITI registou uma série de sucessos. Constituiu uma equipa composta por intervenientes múltiplos, NSWG, e lançou auditorias do sector petrolífero, organizou com êxito uma primeira conferência sobre criação de capacidade e estabelecimento de redes para os grupos da sociedade civil envolvidos na iniciativa. Foram assinados contratos para três auditorias do sector do gás e do petróleo – financeira, física e processual. A *auditoria financeira* começou em Março de 2005 e visa obter uma imagem condizente do fluxo de fundos no sector. Espera-se que os resultados sejam divulgados em Dezembro de 2005. A *auditoria física* tem por objectivo traçar um mapa coerente do montante de óleo e de gás produzidos, extraídos, perdidos, refinados e exportados durante o período. Espera-se que a *auditoria processual* comece em Outubro de 2005 e irá examinar questões tais como a justificação das despesas de investimento, verificações e processos nas importações de produtos, análise comparativa internacional, definição de referências e recomendações para melhorias. O NSWG também traçou uma estratégia para reforçar a capacidade do sector público e das organizações da sociedade civil para levarem a cabo as suas funções de supervisão, estabelecidas no âmbito da iniciativa. A estratégia compreende actividades genéricas e actividades específicas da agência. As actividades genéricas de criação de capacidade incluem conferências semestrais com os intervenientes múltiplos para promover a compreensão dos seus papéis respectivos no sector do gás e do petróleo e aprofundar o nível de conhecimento técnico dos intervenientes. Adicionalmente, a NEITI projecta sessões itinerantes (“road shows”) em seis zonas geopolíticas para sensibilizar e preparar o público para a divulgação da informação da auditoria.

Criar a Capacidade para Prestar os Serviços Essenciais nos Países em Fase de Pós Conflito

79. Nos casos em que países de baixo rendimento estejam envolvidos em conflitos ou tenham acabado de sair de um conflito, prevalece normalmente a fragilidade do estado que se caracteriza por uma falta de legitimidade, de capacidade institucional ou de ambas. É uma situação extrema de ausência de governação. Infelizmente, os conflitos são um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento na ASS e cerca de um em cada cinco africanos vive numa sociedade gravemente afectada pela violência. O resultado é, com frequência, o corte da prestação dos serviços sociais e das necessidades básicas. O Banco e outros parceiros de desenvolvimento podem ter um papel mais relevante nos períodos imediatos à fase de pós conflito, quando vão ser tomadas muitas decisões críticas sobre a dimensão, âmbito e parâmetros da governação e da capacidade do estado bem como sobre a reconstrução²³. Neste quadro, é necessário um conhecimento muito mais profundo dos serviços públicos básicos, incluindo os sistemas financeiros e administrativos, do que com os clientes IDA do Banco em situações de normalidade. Os programas de desenvolvimento deverão fazer um uso crescente de mecanismos não governamentais, do sector privado e impulsionados pela comunidade, ou deverão preservar da interferência política os fluxos financeiros e as decisões sobre os beneficiários a visar, como

²³ Ver também a secção 7 abaixo.

no caso dos fundos sociais. O CDD e os fundos sociais têm tradicionalmente mantido resultados satisfatórios em situações de governação em decadência.

80. Os estudos sobre conflitos²⁴ realçam a importância de se limitar o acesso dos grupos rebeldes aos mercados de bens essenciais. O processo Kimberley, que estabelece um esquema de certificação sobre a origem dos diamantes, é o exemplo que melhor se conhece. Detectar as fontes do comércio clandestino enquanto o bem ainda está em trânsito é uma outra possibilidade. Estes exemplos mostram a importância de se alargar a cobertura da Iniciativa EITI descrita acima.

- ***Acção:** Colaborar com os parceiros de desenvolvimento para se talharem estratégias específicas a cada país que destaquem a prestação, a nível comunitário e local, de serviços sociais e a responsabilização em cinco países em fase de pós conflito, até 2007.*
- ***Acção:** Incrementar os estudos analíticos sobre os impactos económicos e sociais do conflito.*
- ***Acção:** Promover a adopção, nos estados frágeis, de abordagens do tipo Kimberley.*

Serão utilizados os indicadores IDA-14 para monitorizar os resultados sobre prestação de serviços na educação, saúde e água, a nível de país.

3. Apoiar os Motores do Crescimento

81. A alteração mais importante no enfoque do programa do GBM para África durante o período IDA-14 será uma maior atenção em estudos analíticos e nas funções operacionais da agenda do crescimento partilhado. Trata-se de uma área onde os governos africanos, tanto de países de baixo como de médio rendimento, continuamente solicitaram mais apoio da comunidade de desenvolvimento, desde o lançamento da iniciativa PRS em 1999.²⁵ O crescimento lento e desigual é um aspecto significativo do perfil de pobreza e desenvolvimento humano aflitivos de África. Durante 40 anos, entre 1960 e 2000, o rendimento per capita em África cresceu cerca de um quinto da taxa média dos Países Menos Desenvolvidos (0,5% face a 2,5%). Em 1960, os rendimentos per capita em África e na Ásia Oriental eram praticamente iguais; em consequência dos caminhos de crescimento divergentes, em 2003 o PIB per capita na Ásia Oriental era cinco vezes superior ao de África. No geral, o crescimento lento, de longa duração da África Subsariana é resultado simultâneo da baixa eficácia do investimento e dos reduzidos níveis de investimento. Pouco menos de metade da diferença do crescimento entre África e outras regiões em desenvolvimento é fruto de uma acumulação mais lenta de capital físico, e pouco mais de metade é explicada por um crescimento mais lento da produtividade. A África só alcançou metade dos níveis médios de eficácia do investimento obtidos por outras regiões em desenvolvimento.

²⁴ Paul Collier et al. *Breaking the Conflict Trap, Civil War and Development Policy*, Banco Mundial, 2003 é uma das poucas obras que apresenta um tratamento abrangente deste tópico.

²⁵ Ver Revisão 2005 da abordagem da estratégia para redução da pobreza: equilibrar as responsabilidades e incrementar os resultados (em versão preliminar).

82. O crescimento acelerado irá depender de melhores políticas nacionais de desenvolvimento, instituições do mercado interno bem desenvolvidas, fluxos de comércio e de investimento mais intensos (tanto domésticos como internos) e do apoio internacional à dívida, adaptados às oportunidades de crescimento e aos entraves específicos de África. A partir de 1995, os países com um crescimento mais rápido beneficiaram de taxas de investimento mais altas. Conseguiram, igualmente, gerar rendimentos mais elevados do seu investimento e aumentar a eficácia do investimento, ao longo do tempo. O nosso objectivo é apoiar os países africanos a aumentarem as suas taxas de crescimento para o valor de 7% ao ano, necessário para reduzir substancialmente o rendimento dos pobres, dando mais atenção às intervenções orientadas para o crescimento no desenvolvimento do sector privado e do sector financeiro; competitividade das exportações; desenvolvimento das infra-estruturas e integração regional. O plano de acção destaca a necessidade de se transferirem e aumentarem os recursos efectivos – orçamento e pessoal – de modo a aumentar a nossa produtividade e eficácia com vista a apoiar estes pilares da nossa agenda de crescimento.

Identificar os Motores do Crescimento

83. Para ajudar os países a obterem um crescimento mais rápido será necessário dispor de um diagnóstico mais correcto das oportunidades de crescimento e respectivos entraves específicos do país – tanto numa perspectiva da economia global como a nível sectorial – que permitam formular políticas eficazes orientadas para o crescimento.²⁶ O GBM realizou, recentemente, doze estudos de diagnóstico internacionais sobre o crescimento, numa base piloto – dois dos quais se centravam na África – para apurar o seu enquadramento metodológico destinado à análise do crescimento. Para edificar o novo enquadramento metodológico e a análise do crescimento do Banco, já em curso pelos investigadores africanos, a Região África irá:

- ***Acção: Desenvolver recomendações concretas para reformas de políticas e de acções públicas destinadas a acelerar o crescimento com base em diagnósticos de crescimento a nível da economia global e sectorial, pelo menos em 12 países, incluindo no mínimo dois países de rendimento médio (4 em cada um dos AF06, AF07 e AF08).***

Podem repetir-se levantamentos para testar a resposta do investidor à mudança de políticas. As alterações da quota no PIB do investimento, da produtividade do investimento e da taxa agregada de crescimento podem ser utilizadas para avaliar, de uma forma lata, os resultados das reformas.

84. Conquanto as estratégias de crescimento variem com as circunstâncias de cada país, em muitos casos, a promoção do crescimento exigirá o desenvolvimento de intervenções orientadas para os resultados com vista a acelerar o desenvolvimento de um sector privado em África e estimular o crescimento das exportações. Os instrumentos chave para a prossecução destes

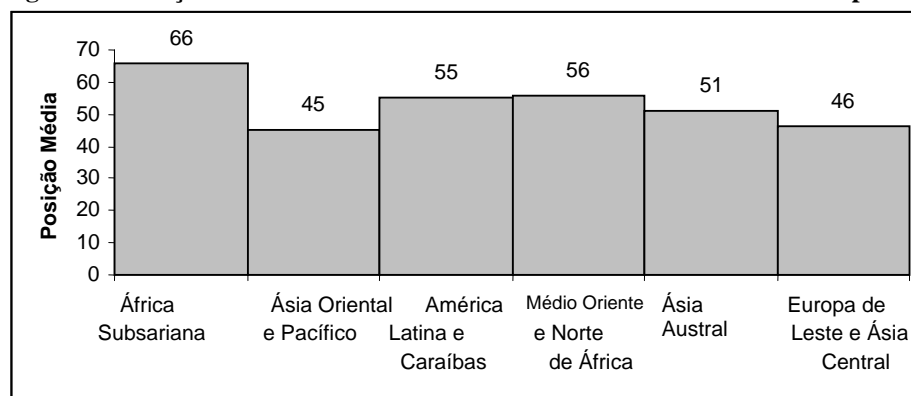
²⁶As duas publicações seguintes são contribuições muito importantes para o nosso entendimento das oportunidades de crescimento e respectivos entraves: *Economic Growth in the 1990s – Learning from a Decade of Reform*, Banco Mundial, 2005; e *Explaining African Economic Growth*, African Economic Research Consortium, 2005. No Outono de 2005 a Região África vai publicar um relatório emblemático sobre a questão de *Responder ao Desafio do Crescimento em África*.

objectivos são a mobilização de recursos da totalidade do Grupo BM, incluindo SFI e MIGA, para ajudar a criar qualificações em termos de competitividade, reduzir as carências de infra-estruturas e promover uma integração regional mais eficaz.

85. *Desenvolver um Sector Privado Africano*

É fundamental a criação de um sector privado em África, tanto para o crescimento como para promover um consenso nacional no que toca a políticas orientadas para o crescimento. A melhoria do clima de investimento e o aumento de capacidade dos empresários africanos e estrangeiros para investirem e se empenharem em actividades económicas são essenciais para este objectivo. África continua a ser um lugar de custo elevado e de alto risco para se fazer negócios. Na realidade, a combinação de custos reguladores altos, direitos de propriedade de imóveis não garantidos, concorrência desleal imposta por empresas bem relacionadas, sistemas judiciais ineficazes, incerteza quanto às políticas e corrupção tornam o custo da actividade económica em África cerca de 20 a 40% superior ao de outras regiões em desenvolvimento (ver Figura 4). O custo alto e o risco de fazer negócios em África também se traduzem em custos de financiamentos muito elevados para as empresas – a sua queixa principal nos Levantamentos do Clima de Investimento. O comprometimento com esta agenda tem de começar no topo, com os líderes políticos mais graduados de África a advogarem reformas em políticas e instituições que tenham um impacto directo no custo da actividade económica: custos reguladores elevados, direitos de propriedade de imóveis não garantidos, infra-estruturas inadequadas e caras, sistemas judiciais ineficazes.

Figura 4 – Posição Global no Índice “Exercício da Actividade Económica” por Região



Nota: Os valores mais altos indicam custos mais elevados do exercício da actividade económica

Fonte: Banco de Dados do Banco Mundial relativa ao Exercício da Actividade Económica.

86. Paralelamente, a comunidade de desenvolvimento terá de atender às necessidades especiais das empresas africanas. Predominam as MPMEs no sector privado africano. No entanto, a sua contribuição para o crescimento e o emprego está constrangida pelo acesso limitado ao financiamento, um ambiente de negócios restritivo com fortes incentivos à informalidade, capacidade técnica e de gestão deficientes e difícil acesso à informação. São questões complicadas que vão precisar de constantes abordagens inovadoras, tanto dos países como dos parceiros de desenvolvimento. Um pacote coerente de intervenções que utilize os

pontos fortes do Grupo Banco Mundial pode ajudar a resolver estas questões de uma forma mais eficaz.

87. O Grupo Banco – IDA, SFI e MIGA – está a apoiar, em várias frentes, o desenvolvimento do sector privado em África (ver Caixa 6). Em primeiro lugar, o Banco ajuda os países a adoptarem estratégias para o clima de investimento e a definirem as prioridades de reforma correspondentes. Para tal, em todo o Grupo do BM existe um conjunto de produtos de diagnóstico, compreensivos e complementares. Estes compreendem Levantamentos do Clima de Investimento que foram efectuados em 14 países africanos; os indicadores sobre o Exercício de Actividade Económica que servem de referência ao impacto das questões universais no clima de investimento em 150 países de todo o mundo (foram abrangidos 33 países africanos); e análise da cadeia de valor efectuada conjuntamente pelo Banco Mundial e SFI, que são da maior importância para se identificar os entraves ao crescimento numa determinada indústria, incluindo as questões de políticas industriais específicas, frequentemente ignoradas mas da maior importância.

Caixa 6: Como é que as Entidades do Grupo Banco Mundial Colaboram na Área do Desenvolvimento do Sector Privado em África

Um exemplo do modo como o Grupo Banco aborda o desenvolvimento do sector privado africano de uma forma integrada é o projecto dos Pólos de Crescimento Integrado de Madagáscar, que é um programa comum a todos os sectores, baseado em resultados, destinado a acelerar o crescimento. O projecto adopta a metodologia de que o crescimento liderado pelo sector privado exige um volume significativo de infra-estruturas apropriadas (físicas, financeiras, humanas e institucionais) a par do enquadramento regulador adequado. Também apoia o reforço da capacidade do sector público para melhorar os serviços alfandegários e aqueles que facilitam o comércio e a agenda de privatizações. O uso inovador de uma abordagem de parceria entre o sector público e o privado, assente nas lições extraídas dos êxitos e insucessos dos anos 90, também faz parte do programa, onde os serviços de consultoria do Grupo Banco desempenham um papel primordial na estruturação da participação privada nos portos, aeroportos e energia eléctrica.

88. Os países também recebem o apoio do Banco no que se refere à concepção de soluções específicas aos desafios presentes, especialmente para a promoção de parcerias públicas-privadas. A IDA tem apoiado de forma activa o desenvolvimento do sector privado em África através de uma variedade de modalidades de parceria entre o sector público e privado. Entre os exemplos recentes contam-se: (a) assistência ao programa de privatização do Governo da Etiópia (AF05), através da prestação de serviços de aconselhamento sobre transacções e o estabelecimento de um programa de austeridade orçamental; (b) ajuda ao governo do Lesoto a privatizar os serviços de electricidade através de um acordo de concessão; e (c) assistência ao governo do Malawi na reestruturação do seu programa de privatização. O Departamento de Serviços de Consultoria da SFI está, actualmente, a prestar seis serviços de consultoria na região, para além do projecto, recentemente concluído, de assistir o Governo de Moçambique no desenvolvimento da indústria de mineração e das infra-estruturas, associado com os depósitos de carvão de Moatize. O FIAS, em estreita cooperação com o Banco Mundial, ajuda os países a conceberem políticas e instituições novas para reduzirem o ónus regulador sobre as empresas, melhorar o acesso à terra, permitir a concessão de empréstimos garantidos e desenvolvimento de soluções compreensivas para a indústria. O FIAS, em estreita colaboração com a MIGA, ajuda os países a atraírem mais IDE.

89. A implementação das reformas para melhoria do clima de investimento é outra área em que o Grupo Banco está a actuar em África. Estas reformas são integradas gradualmente nas operações de empréstimo e estão a tornar-se pilares vitais dos PRSCs, com o apoio crescente dos doadores. A SFI, através da Parceria das Empresas Privadas para África (PEP-África), presta apoio à implementação no terreno. Em Burquina-Faso, por exemplo, o FIAS e o PEP-África estão a colaborar com a IDA para ajudar o governo a implementar uma vasta gama de reformas para benefício do clima de investimento (o projecto chama-se “Desempenhar Melhor a Actividade Económica”). A MIGA irá apresentar um Programa do Pequeno Investidor (SIP) na região, em parceria com o PEP-África e com instituições financeiras chave, com vista a por em funcionamento a parceria SIP-PEP-África até ao fim do AF06. A Região PSD do Banco, em conjunto com a SFI e a MIGA, fornece apoio directo às empresas africanas no sentido de as ajudar a adquirir as qualificações técnicas e comerciais essenciais bem com acesso aos mercados financeiros e das exportações. A meta da SFI, por exemplo, é duplicar os níveis recentes de investimento, de cerca de USD 400 milhões, elevando-os para USD 800 milhões até o AF08.²⁷

90. Por último, o GBM está a apoiar o desenvolvimento de um sistema financeiro, a funcionar correctamente, o que é fundamental para o desenvolvimento do sector privado de África. Um sistema em bom funcionamento deverá ser capaz de mobilizar recursos internos e estrangeiros e canalizá-los para investimentos com um rendimento elevado, de servir de intermediário entre os detentores de poupanças e os investidores para reduzir e ratear o risco e fornecer um amplo acesso a serviços financeiros, incluindo à população à margem da economia. Com esta actuação, um sistema financeiro sólido em África, pode facilitar a competitividade, a integração do mercado interno e externo, o crescimento e a redução da pobreza. Apesar das numerosas reformas ao longo de várias décadas, a maior parte dos sistemas financeiros da ASS são deficientes, não obstante algumas excepções, como é o caso da África do Sul, Quénia, Maurícias e Zimbabué, entre outros. A mobilização das poupanças internas ou externas é reduzida. O crédito ao sector privado é limitado e caro. Muitos dos sectores financeiros nacionais estão dominados por bancos que fornecem uma gama muito pequena de serviços.

91. A maior parte dos países africanos introduziram nos seus sectores financeiros reformas baseadas no mercado. Mas os problemas posteriores à liberalização ainda precisam de ser resolvidos. Os programas de reforma financeira previam um aumento inicial do spread entre as taxas de empréstimo e de depósito, mas esse spread continua a aumentar em muitos países. Acresce que, a partir da liberalização, muitos sistemas financeiros registaram taxas de juro reais muito altas. O aprofundamento financeiro também foi ligeiro. Enquanto, normalmente, fosse de esperar que a liberalização encorajasse o aprofundamento financeiro, com um efeito positivo na mobilização de poupança e afectação de crédito, na maior parte de África, não aumentaram os rácios da massa monetária e do crédito em relação ao PIB. Em ambos os indicadores, a maior parte dos países africanos continuam atrás dos países asiáticos que lhes eram comparáveis. Em vários países, os bancos reduziram os empréstimos comerciais (incluindo nas áreas rurais) em favor da detenção de títulos do estado.

92. Além do mais, os governos ainda têm alguma relutância em encerrar os bancos estatais em crise. A partir da liberalização, instituições de pequena dimensão e com capital insuficiente

²⁷ Inclui projectos ao abrigo da Iniciativa da IDA-SFI Micro e Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) – ver abaixo.

surgiram por todo o lado. Mas muitas destas instituições não apenas são débeis como também se mostraram incapazes de desencadear a concorrência no sector bancário. Consequentemente, deu-se o fraccionamento do mercado entre bancos nacionais e estrangeiros, e entre os grandes bancos solventes privados e públicos e os pequenos bancos privados. Por último, embora a África tenha cerca de uma dúzia de Bolsas de Valores, algumas das quais abriram na década de 90, a sua existência não tem produzido consequências para o crescimento económico e o investimento; em resumo, existem poucas oportunidades para se partilhar riscos, transaccionar acções e oferecer liquidez. À excepção da África do Sul, as Bolsas da região são, indiscutivelmente, as mais pequenas de todas as regiões, tanto no número de empresas registadas como na capitalização de mercado. Têm também uma situação de elevada falta de liquidez, o que entrava seriamente a sua capacidade de contribuir para o crescimento económico.

93. Resolver estes desafios ao desenvolvimento do sector financeiro vai significar a ampliação do acesso aos serviços financeiros, especialmente aos mecanismos de poupança. Para tal, há que reforçar os elos entre os sistemas financeiros formal e informal, visto que a maior parte da população africana não tem acesso ao sector financeiro formal. Irá também ser preciso que os mutuários sejam mais dignos de crédito (em vez de baixar os padrões para o crédito do sector formal), e melhorar a governação do sector financeiro – regulamentação e supervisão, transparência, cumprimento dos contratos. Dada a dimensão reduzida de muitas economias africanas, também vai ser precisa uma abordagem regional para o desenvolvimento do sector financeiro com vista a aumentar a concorrência, baixar os custos e reduzir os riscos.

94. As MPMEs dominam o sector privado africano. No entanto, a sua contribuição para o crescimento está estrangida pelo acesso limitado ao financiamento, por um ambiente de negócios restritivo com incentivos avultados à informalidade, capacidade técnica e de gestão deficientes e pela dificuldade de acesso à informação. Está a ser elaborado na Região África um pacote coerente de intervenções que utilize as mais valias combinadas do GBM para solucionar mais eficazmente estas questões. Equipas conjuntas da IDA e da SFI incrementaram significativamente as actividades em favor das MPMEs e vão continuar a testar, com as instituições africanas, abordagens promissoras numa base piloto. As equipas conjuntas concluíram a concepção do modelo e estão a lançar a implementação de cinco dos sete inicialmente propostos programas MPMEs da IDA-SFI (Nigéria, Quénia, Uganda, Mali e Madagáscar); a Tanzânia e o Gana estão na fase da concepção; outros três estão a ser integrados nos projectos IDA existentes (Burquina-Faso, Moçambique e Ruanda). Actualmente, o total dos investimentos da IDA nos 7 novos projectos dos países está estimado em cerca de USD 220 milhões, comparativamente a uma estimativa inicial de USD 120 milhões. A SFI aprovou, até ao momento, cerca de USD 50 milhões de investimentos relacionados em veículos de financiamento às PME e, está em fase de desenvolvimento, um conjunto adicional de projectos com um valor aproximado de USD 70 milhões.

95. Estão a ser adoptados vários instrumentos inovadores destinados a apoiar as PME e a ampliar abordagens mais “tradicionais” na área de micro financiamento e de leasing. O PEP África está a trabalhar no desenvolvimento da modalidade de leasing em toda a África Subsariana, patrocinando reformas legislativas, criação de capacidade dos actuais e potenciais locatários e a consciencialização do público para a cedência em leasing às PME. O programa foi lançado em Madagáscar, Tanzânia e Gana para ser introduzido em toda a África durante os

próximos três anos. Em Moçambique, existe um mecanismo PME gerido pela SFI que representa mais outro projecto-piloto para a integração do fornecimento de financiamento e de assistência técnica. A SFI está a continuar o seu apoio a novos bancos comerciais que ofereçam micro financiamento, com investimentos recentes em Angola e na RDC. O PEP África e o Departamento de Mercados Financeiros Globais da SFI estão a desenvolver um programa de Criação de Capacidade do GBM para as PMEs que se destina a prestar assistência às PMEs. Este programa é combinado, em cada um dos países onde haja intervenção, com uma iniciativa concorrente destinada a apoiar o desenvolvimento de um gabinete de crédito e de uma classificação do crédito e uma iniciativa para prestar financiamento em moeda local às instituições financeiras. Está a ser preparado um programa de estabelecimento de ligação com as PMEs a par do investimento na região de empresas de maior dimensão. Estes programas estão a ser concebidos em torno de projectos das indústrias extractivas, de infra-estruturas, de agro-indústrias e de cimentos. Também foram criados os Centros de Solução para as PMEs, que prestam serviços de desenvolvimento do comércio retalhista, informações sobre acesso aos mercados e acesso a financiamento, tudo debaixo do mesmo tecto, num edifício físico de “estilo de incubadora”.

96. O Grupo Banco está a planear realizar acções específicas para desenvolver um sector privado africano e estas acções serão ajustadas ao longo do tempo, com base nas lições da experiência:

- ***Acção:*** *Expandir a iniciativa da IDA/SFI para as MPMEs em África com vista a alcançar 8 países até ao AF07. A incidência será na criação de capacidade e acesso ao crédito das empresas propriedade de mulheres.*

Utilizaremos as avaliações de resultados da SFI para o programa MPMEs para se determinar o progresso alcançado.

- ***Acção:*** *Apoiar um aumento do número das Comissões de Investidores para desenvolverem programas concretos destinados a eliminar constrangimentos críticos ao investimento privado, passando de 5 no AF05 para 8 até ao AF08 (uma nova Comissão por ano fiscal). Utilizar os resultados dos Levantamentos sobre o Exercício da Actividade Económica e Avaliações do Clima de Investimento como elementos informativos para as deliberações das Comissões.*
- ***Acção:*** *Ampliar as intervenções da Parceria com as Empresas Privadas da SFI, incluindo agro-indústrias, de um país no AF05 para 10 países no AF08. Avaliação do programa concluída no AF09.*
- ***Acção:*** *A SFI está a visar uma duplicação dos níveis de investimento, de USD 400 milhões para mais de USD 800 milhões até 2008.*
- ***Acção:*** *Concluir 12 novas Avaliações do Sector Financeiro do Banco Mundial/FMI (FSAPs) no AF06-AF08 (até à data já se completaram 15; serão mais 4 por cada ano fiscal).*
- ***Acção:*** *Até ao AF06, a MIGA avançará propostas para desenvolver um Fundo de Seguros para Riscos Políticos (PRI) para África com o intuito de acelerar a recuperação do sector privado e aumentar os fluxos de IDE para os países da região afectados por conflitos.*

O elemento central é um fundo fiduciário de garantia financiado por uma combinação de contribuições dosadores e empréstimos em condições de concessão. O montante alvejado para o fundo fiduciário é de USD 80 milhões, valor que a MIGA accionará através do seu próprio capital e de outros programas de seguro público e privado para criar capacidade seguradora de cerca de USD 500 milhões. Este fundo incluirá assistência técnica para apoiar a criação local de qualificações e competência na área de serviços básicos ao investidor e disseminação de informações sobre investimento.²⁸

- *Acção: Aumentar o uso do programa de estabelecimento de referências da MIGA, passando de 11 países no AF06 para 20 países no AF08.*

Faremos a monitorização dos resultados destas acções (e de outras que as apoiam), utilizando os indicadores de referência da IDA-14 e o Levantamento anual sobre o Exercício da Actividade Económica, com o objectivo de se reduzir o custo global da actividade económica e aumentar o crédito ao sector privado e a mobilização de poupança em pelo menos nove países até ao fim do AF08. Utilizaremos as avaliações de resultados da SFI do programa MPMEs para avaliar o progresso registado no seu desenvolvimento.

Criar um Ímpeto para as Exportações

97. A competitividade, expansão e diversificação das exportações são essenciais para se alcançarem os objectivos de longo prazo de um crescimento per capita mais elevado e uma redução da pobreza mais acentuada em África. Os países com um crescimento mais rápido na região revelam um desempenho comercial muito mais intenso (com fluxos comerciais que representam 75,3% do PIB) do que os países com um crescimento mais lento (onde o comércio é responsável por 57,3% do PIB, em média). O comércio global cresceu para níveis sem precedentes durante as últimas três décadas e o mercado mundial tornou-se mais competitivo. Em consonância com estas tendências, ainda há uma grande margem para a maior parte dos países africanos submeterem as tarifas a níveis mais baixos²⁹ visto que as tarifas médias em África baixaram cerca de um terço durante a última década. Mas mesmo assim, o comércio africano tem sido marginalizado: a quota de África das exportações mundiais baixou de 3,5% em 1970 para menos de 2,0% em 2003. África não apenas perdeu quota do mercado nas exportações tradicionais, como também registou pouco progresso na diversificação das exportações. A expansão e diversificação das exportações num mercado mundial muito competitivo deveria ser uma prioridade para a maior parte dos governos. Neste campo, as opções incluem a diversificação das exportações de produtos transformados, como nas economias da Ásia Oriental; as exportações com base no processamento de recursos naturais, como no Chile e Brasil; e a expansão das exportações de serviços, tais como serviços administrativos de apoio, de que a Índia é um exemplo.

²⁸ A África Subsariana será a grande prioridade regional da MIGA nos próximos anos. O portfólio da MIGA em África tem representado em média 14% da exposição bruta dos últimos cinco anos. A revisão da estratégia da MIGA, recentemente aprovada, propôs um conjunto de actividades, incluindo a edificação de elementos do seu programa de expansão e o aumento da sua colaboração com o Grupo Banco Mundial e outras organizações multilaterais e parceiros, para habilitar a agência a quadruplicar os seus compromentimentos anuais em relação ao seu ano base AF04.

²⁹ Se bem que a tarifa média obrigatória na agricultura seja de 70,4% e de 29% para os produtos transformados, as taxas médias aplicadas são 17,7% e 12% respectivamente.

98. Algumas das razões que explicam o fraco desempenho do comércio de África – conforme indicado por uma variedade de estudos de diagnóstico efectuados e, de uma forma mais visível, pelas análises do Enquadramento Integrado (IF) (ver Caixa 7) – são o clima de investimento pouco favorável; facilitação inadequada do comércio, desenvolvimento insuficiente das infra-estruturas, incluindo estradas e portos; mau funcionamento das alfândegas e outras instituições relacionadas com o comércio; e o acesso limitado ao financiamento. Um número crescente de países africanos reconhece esta realidade e, com o apoio da comunidade internacional, está a centrar-se em reformas além fronteiras, complementando a reforma adicional dos regimes de políticas comerciais.

Caixa 7: Enquadramento Integrado (IF) para Assistência Técnica a África Relacionada com o Comércio

Os estudos analíticos no âmbito do Enquadramento Integrado estão a ter um papel importante na identificação dos entraves ao comércio na região de África. O Enquadramento Integrado para a Assistência Técnica Relacionada (IF) com o Comércio aglutina organismos multilaterais (FMI, ITC, UNCTAD, PNUD, OMC e Banco Mundial) e dadores bilaterais e multilaterais para prestarem assistência aos Países Menos Desenvolvidos. Tem dois objectivos: (i) integrar o comércio nos planos de desenvolvimento nacional tais como as Estratégias para Redução da Pobreza (PRS) dos Países Menos Desenvolvidos; e (ii) assistir na prestação coordenada de assistência técnica relacionada com o comércio em resposta às necessidades identificadas pelos Países Menos Desenvolvidos. Em África, o trabalho do IF tem sido utilizado para identificar onde são necessários recursos adicionais, como por exemplo para atender a constrangimentos significativos das infra-estruturas, e para realçar a necessidade de análises adicionais às limitações na competitividade a nível de empresa e de indústria. Até à data, concluíram-se os estudos de diagnóstico do IF e Workshops Nacionais para o Malawi, Lesoto, Etiópia, Senegal, Guiné, Burundi, Madagascar, Mauritània, Djibouti, Mali, Moçambique e Zâmbia. Estão em via de conclusão estudos de diagnóstico e estão previstos Workshops Nacionais até ao fim do ano civil de 2005 para o Ruanda, Benin, Chade, Tanzânia e São Tomé e Príncipe. Os estudos IF que se iniciaram recentemente ou que irão começar antes do fim do ano civil incluem o Uganda, Serra Leoa, Burkina-Faso, Gambia, Angola e Níger. Antes de se poder começar um processo IF para um país, terá de ser conduzida uma Análise Técnica para avaliar a elegibilidade do país. Na parte final do ano 2005, realizar-se-ão estas análises em relação à República Centro-Africana, Guiné Equatorial, Sudão, Libéria e República Democrática do Congo.

99. Paralelamente, as perspectivas de se fomentar e diversificar os fluxos de exportação de África dependem consideravelmente de um maior acesso ao mercado e da redução de práticas proteccionistas, tais como subsídios nos mercados mundiais (ver parágrafo 24). De referir ainda que os benefícios do acesso preferencial, que os países africanos presentemente desfrutam, seriam bastante maiores se não fossem incertos, nem sujeitos a regras de qualificação quanto às “regras de origem” excessivamente onerosas e aplicados a toda a ASS. Tal só resultaria se houvesse reformas profundas nas regras de origem e outras disposições da Lei dos EUA para o Crescimento e Oportunidade de África (AGOA) e na Iniciativa da UE Tudo Menos Armas (EBA). O Grupo Banco recomendou incisivamente essas reformas que foram recentemente reiteradas no relatório da Comissão para África.

100. A agenda de facilitação do comércio passou a ser o grande centro de atenção da região. Foram efectuadas Auditorias à Facilitação do Comércio e Transportes (TTFA) para identificar constrangimentos processuais e operacionais ao comércio externo e serviços de apoio logístico em nove países da ASS (Benin, Chade, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Quénia, Tanzânia, Ruanda e Uganda) no AF04-05, como parte dos Estudos de Diagnóstico para Integração do Comércio (DTIS). Os resultados contribuíram directamente para projectos dos corredores de transportes na África Oriental e Central. O Programa Subsariano da Política de Transportes

(SSATP) também está a contribuir para a criação de capacidade na área de facilitação do comércio, ao ajudar os países a desenvolverem e monitorizarem indicadores de desempenho.

101. Com vista a responder à procura crescente, manifestada pelos países africanos, de um aumento da competitividade das exportações, o Grupo Banco vai empenhar-se nas acções seguintes:

- ***Acção:*** *Em conjunto com outros parceiros, apoiar análises e operações para identificar e eliminar os constrangimentos além fronteiras à competitividade das exportações e à integração regional em 10 países, 3 no AF06, 3 no AF07 e 4 no AF08.*
- ***Acção:*** *Aumentar o apoio a 23 países da África Subsariana, ao abrigo da Iniciativa para Facilitação do Comércio, para cerca de USD 530 milhões (comparativamente a aproximadamente USD 80 milhões no AF01-AF03) até ao fim do AF06.*

Aqueles projectos vão cobrir uma variedade de reformas nas infra-estruturas relacionadas com o comércio e nas alfândegas. Face aos padrões logísticos do comércio em África, prevalece a ênfase na metodologia dos corredores, tanto para as infra-estruturas e modernização das alfândegas como para a criação de capacidade a nível nacional e sub-regional. O Banco está a actuar no melhoramento dos principais corredores da região, incluindo os corredores Norte e Central na África Oriental e os corredores da África Ocidental.

- ***Acção:*** *Em colaboração com os parceiros, avaliar sistematicamente os benefícios e os custos dos sistemas preferenciais existentes e fazer recomendações de alterações concretas até ao AF07.*

A análise centrar-se-á na avaliação da expansão do acesso preferencial aos países que não façam parte dos menos desenvolvidos; abrandamento do cumprimento das regras de origem que impõem custos graves nas exportações; maior cobertura de produtos; redução da incerteza com a aplicação do tratamento preferencial legal; e melhor coordenação dos vários tratamentos preferenciais.

Recorrendo a levantamentos, iremos medir os resultados destas acções (e complementares) em termos de reduções no custo indirecto das exportações com o objectivo de se alcançar uma redução de 15% em 10 países a partir do ano base AF06 até ao AF09.

Colmatar o Défice das Infra-estruturas

102. A África tem um enorme défice de infra-estruturas, o que retarda o crescimento económico, reduz o comércio e a competitividade internacional e atrasa a redução da pobreza. Cerca de 40% da população de África vive em países sem acesso ao mar, com custos de transportes elevados e fracas ligações comerciais. O isolamento das concentrações da população acentua o custo elevado dos transportes internos. Os custos dos transportes para o comércio dentro de África (incluindo o transbordo de mercadorias) são invulgarmente caros, estimados em quase o dobro dos níveis de outras regiões em desenvolvimento e, como consequência, o

comércio intra-regional é extraordinariamente diminuto em África. À baixa densidade de população soma-se uma densidade económica extremamente baixa (PIB por km²) em África, dando geralmente origem a um custo alto e a uma rentabilidade baixa dos investimentos em infra-estruturas. O ónus do custo das transacções devidas às infra-estruturas deficientes pesa fortemente nas empresas e na população rural de África.

103. Para atingir as taxas de crescimento de 7% necessárias para reduzir a metade a pobreza, África terá que investir 5% do PIB em infra-estruturas e mais 4% do PIB para cobrir as necessidades de operação e de manutenção. Para alcançar esta meta, as necessidades de investimento em infra-estruturas em África montarão a cerca de USD 20 000 milhões ao ano, o que representa o dobro do que a região tem tradicionalmente investido. Só o sector das estradas representa cerca de 40% das necessidades totais de investimento, e os sectores da energia e da água absorvem mais 20% cada um deles.

104. Em comparação com a maior parte dos outros mercados emergentes, África tem a menor taxa de penetração das telecomunicações (menos de 8% de penetração dos telefones na ASS face a uma média mundial de 37%). Se a ASS mantiver a taxa de crescimento actual, só conseguirá igualar a penetração média mundial de 37% em 2012, dando margem a um potencial mais elevado para o crescimento futuro do sector dos telefones celulares. Tal levará à expansão da rede, aquisição/consolidação e actividades para novas licenças em todo o continente, exigindo grandes volumes de investimento.

105. Se bem que o capital privado tenha contribuído consideravelmente para o financiamento de infra-estruturas em África, a verdade é que está apenas concentrado nalguns países (a África do Sul foi responsável por metade do investimento total) e sectores (70% foi para as telecomunicações). Além do mais, os fluxos de capital privado baixaram continuamente a partir de 2001, reflectindo uma tendência global de afastamento dos mercados emergentes. A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) para infra-estruturas, em África, também tem estado em declínio há bastante tempo; a quota das infra-estruturas baixou de 40% do total da AOD em 1973 para 10% nos últimos anos (USD 2 400 milhões em 2003). Esta tendência reflecte uma nova tónica nas prioridades dos dadores no sentido das intervenções no sector social. Cerca de dois terços da AOD para infra-estruturas provem de fontes multilaterais.

106. Dada a sua magnitude, responder ao desafio de financiamento das infra-estruturas exige um esforço concertado de todas as fontes de financiamento, públicas e privadas. Na Cimeira do G-8 de Gleneagles, foi realçada a importância de se investir nas infra-estruturas em África. Ficou acordado que se iria apoiar um Consórcio para as Infra-estruturas de África - liderado pela UA e NEPAD, mas incluindo igualmente o Banco Africano de Desenvolvimento e o Grupo Banco Mundial – para mobilizar e afectar recursos para apoio das infra-estruturas, tanto a nível nacional como além fronteiras, em projectos regionais. São necessárias medidas complementares para expandir o financiamento nacional a partir de fundos públicos e de taxas dos utentes com vista a cobrir integralmente os custos de operação e manutenção.

107. Face a estas necessidades, o Grupo Banco vai empreender acções nas áreas seguintes:

- **Acção:** *Incrementar substancialmente o financiamento das infra-estruturas na ASS para cerca de USD 1 800 milhões no AF06, USD 2 000 milhões no AF07 e USD 2 400 milhões no AF08.*
- **Acção:** *Cooperar como um elemento do Consórcio para as Infra-estruturas de África com vista a mobilizar apoio adicional dosadores para as infra-estruturas, da ordem de USD 2 500 milhões no AF08.*
- **Acção:** *Facilitar a participação do sector privado nos sectores da energia, transportes e água com base em parcerias entre o sector público e privado e na integração dos instrumentos do Grupo Banco a todas as áreas da IDA, SFI e MIGA.*
- **Acção:** *O Banco, em colaboração com outrosadores, irá iniciar um programa de vulto de estudos analíticos para aumentar o nosso conhecimento do impacto das reformas de políticas e da eficácia dos projectos de investimento anteriores no sector das infra-estruturas.*

Há um reconhecimento crescente, entre os países e os parceiros de desenvolvimento, da necessidade de se definir uma plataforma básica de monitorização face à qual se poderá avaliar o progresso para uma série de indicadores de desempenho. Até à data, o enfoque tem estado limitado à medição das taxas de acesso (água, telecomunicações, transportes rurais e energia). É, no entanto, necessária uma base de referência mais vasta para as infra-estruturas face à heterogeneidade do sector e das condições e necessidades do país. Esta base mais ampla precisa de gerar informações mais detalhadas sobre as taxas de acesso, a capacidade financeira dos utentes para pagarem e a qualidade dos serviços.

- **Acção:** *A IDA vai intensificar a utilização da Plataforma Mínima de Infra-estruturas (MIP) para o crescimento.*

A MIP compreende a combinação de investimentos de infra-estruturas prioritários e o apoio ao reforço institucional e regulador para promover um crescimento mais rápido em sectores chave. A MIP será implementada através de abordagens de pontos de entrada, uma vez que os diversos sectores, como a agricultura, exportações de produtos transformados ou turismo exigem combinações diferentes de infra-estruturas físicas e de facilitação institucional e reguladora.

- **Acção:** *O Grupo Banco vai incrementar o seu apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações em África.*

Embora tenha havido um investimento privado intenso nas telecomunicações, existe um papel importantíssimo que o Grupo Banco pode desempenhar na expansão do acesso às telecomunicações. O Departamento de Informação e Comunicações do Grupo Banco Mundial (GICT) emprega instrumentos da IDA, BIRD e SFI para resolver o problema da criação de redes de apoio regionais, da privatização das empresas instaladas e dos acordos globais do sector.

- **Acção:** *No AF06, a MIGA irá centrar-se no aumento dos negócios no sector das infra-estruturas.*

Uma iniciativa marcante é o desenvolvimento de um plano de acção para prestar o seu parecer sobre estruturas PPP. Um outro elemento fundamental para ampliar o trabalho na

área das infra-estruturas será a utilização integral do mecanismo de garantia no contexto do projecto de Mercados de Capital da África Ocidental.

Serão utilizados os indicadores IDA14 relativos ao acesso a água pura, telecomunicações, electrificação e acesso a estradas para monitorizar e reportar os resultados registados na agenda de infra-estruturas.

Apoiar a Integração Regional

108. A pequena dimensão média das economias de África, o facto de muitos países não terem acesso ao mar e de uma grande parte da região ser altamente fragmentada têm um peso especial na utilização de abordagens regionais para fins de: construção e manutenção das infra-estruturas em corredores chave para o comércio, criação de enquadramentos institucionais e legais comuns em áreas como a administração alfandegária, política de concorrência e regulamentação de recursos de propriedade comum (como as pescas) e no desenvolvimento de soluções para problemas que vão além fronteiras na área da saúde. É perante este cenário que a NEPAD definiu a integração regional como o seu objectivo central. A NEPAD está a encorajar as múltiplas organizações regionais do continente, que frequentemente se sobrepõem, a definir os seus papéis e responsabilidades e a centrarem-se no “regionalismo aberto”, acordos comerciais regionais (em vez de nacionais) e aumento de competitividade nos mercados globais. Da mesma forma, a União Europeia, através da sua iniciativa de acordo de parceria económica (EPA) está a procurar apoiar a racionalização dos organismos regionais e a fomentar o progresso no sentido de se estabelecerem agrupamentos económicos sub-regionais mais competitivos. A maior parte dos países está, presentemente, a dar uma atenção crescente à reintegração regional como um meio para aumentar a competitividade, expandir o comércio e acelerar o crescimento.

109. A agenda de integração regional da África destaca duas áreas principais: (i) reformas de políticas para melhorar um clima propício à actividade económica do sector privado, ao investimento e ao comércio; e (ii) infra-estruturas e outros mecanismos e sistemas para estimular a competitividade dos produtos transformados, produtividade agrícola e melhorar os mecanismos e sistemas do comércio. Um outro objectivo importante é a melhoria da prestação de serviços através de metodologias regionais, na área por exemplo da gestão das águas, segurança alimentar, controlo de doenças e ensino terciário. O apoio mais eficaz às Comunidades Económicas Regionais é fundamental para a consecução destes objectivos. As RECs desempenham um papel importante na condução de políticas relativas às questões que precisam de ser tratadas a nível regional e na preparação de investimentos regionais prioritários.

110. O apoio do Banco às RECs tem-se traduzido numa vasta gama de assistência técnica. Para algumas RECs estas acções isoladas e geralmente de pequena dimensão irão dar origem a programas preparados em conjunto com os principais parceiros dados. Terão por objectivo reforçar a harmonização entre os dados e centrar as iniciativas em torno de dois temas principais: (i) criação de capacidade para análise de políticas alinhada com os resultados a curto prazo da REC; (ii) revitalizar as competências para a preparação de projectos regionais, incluindo através do estabelecimento de fundos de dados múltiplos. Um aspecto importante da criação de capacidade será o fortalecimento das estatísticas regionais e as qualificações das RECs para efectuarem análises regionais. Este aspecto será contemplado no programa regional

AAA e através de actividades directas para a criação de capacidade. O apoio ao crescimento adicional incidirá em quatro prioridades: (i) apoio à implementação de uniões alfandegárias, incluindo mecanismos e sistemas alfandegários; (ii) preenchimento das lacunas nas infra-estruturas regionais, especialmente nos corredores comerciais, sistemas regionais de energia e telecomunicações; (iii) integração do sector financeiro, especialmente no que se refere à expansão do acesso a instrumentos financeiros relacionados com o comércio; e (iv) reforço da produtividade agrícola através do desenvolvimento da investigação e da tecnologia. Os investimentos planeados apoiam o Plano de Acção a Curto Prazo da NEPAD, embora alguns projectos exijam uma preparação considerável.

111. Em conformidade com esta metodologia, o GBM empreenderá as acções seguintes:

- ***Acção:*** *Em conjunto com os parceiros, incluindo do sector privado, accionar o apoio do Grupo Banco Mundial ao investimento regional em infra-estruturas e saúde em cerca de USD 1 000 milhões ao ano até ao AF08.*

Uma opção para o financiamento de investimentos directamente com as organizações regionais (RECs) que tem sido explorada com os principais parceiros de desenvolvimento bilaterais é o uso de fundos de doação bilaterais para “comprar” o serviço da dívida de um crédito da IDA, convertendo-o no equivalente a uma doação. Tal permitiria que IDA fornecesse fundos directamente às organizações regionais sem precisar das garantias soberanas de cada um dos países membros da organização.

- ***Acção:*** *Desenvolver capacidade nas instituições regionais, tais como o Secretariado ECOWAS, para ajudar a implementação das iniciativas da NEPAD. Serão implementados programas de criação de capacidade em pelo menos 4 RECs até ao AF08.*
- ***Acção:*** *Assumir um papel de liderança na definição de projectos regionais viáveis (tais como o Gasoduto da África Ocidental) e mobilizar o financiamento público e privado necessário.*
- ***Acção:*** *Concluir actualizações das Estratégias de Assistência Regional (RAS) para a África Ocidental e África Central no AF06. Adicionalmente, serão elaboradas estratégias para a África Austral e a África Oriental.*

Serão preparadas as duas actualizações das estratégias mais duas estratégias adicionais em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento e beneficiarão de consultas amplas entre os governos nacionais interessados, instituições regionais e parceiros dadores principais.

Far-se-á a monitorização dos indicadores de incidência da área da saúde para as doenças comuns a vários países com vista a avaliar os impactos na saúde. Serão utilizados levantamentos das infra-estruturas, das avaliações do clima de investimento e outros levantamentos dos exportadores para medir as reduções verificadas nos custos de transacções nos corredores das exportações.

Criar Qualificações para o Crescimento e Competitividade

112. Uma limitação de peso para o sucesso de África no mercado global é a capacidade reduzida para adoptar e dominar os avanços da tecnologia e inovação, aumentando assim a produtividade. Alguns países africanos, tais como o Gana, Nigéria e Uganda, registaram um bom resultado na educação primária universal, embora não tenha havido progresso em muitos outros. O progresso na melhoria da educação secundária e terciária tem sido ainda mais lento. É fundamental investir no ensino secundário e terciário para se promover a criação de capacidade técnica e de gestão a nível local.

113. O avanço do ensino pós primário levanta sérios desafios aos responsáveis africanos pela formulação de políticas e aos parceiros dadores durante os próximos anos. Com o progresso constante, embora lento, na maior parte dos países africanos no sentido de alcançarem a conclusão do ensino primário universal, o número de estudantes que pretendem um ensino pós primário está a crescer rapidamente, exercendo pressões sem precedentes nos sistemas que mal têm capacidade para atender às necessidades actuais. A magnitude do aumento projectado da procura levanta um grande problema quanto aos recursos necessários para ampliar os locais sem diluir a qualidade dos serviços e às reformas necessárias para gerir custos e assegurar a distribuição justa do ónus do financiamento.

114. A qualidade e a relevância do produto do sistema de educação também levantam sérias preocupações. Num enorme número de países africanos, a formação de qualificações não é devidamente financiada, ofereceu um número reduzido de oportunidades, frequentemente a um preço muito alto e, tradicionalmente, não proporcionou aos formandos uma preparação adequada para o mercado de trabalho. As deficiências nos sistemas de ensino superior são ainda um lugar comum e o resultado é que as economias africanas ficam privadas dos gestores futuros, necessários para um governo e administração económica eficazes, assim como dos investigadores precisos para colherem e aplicarem o património mundial de conhecimento científico e técnico que pode ajudar a posicionar os produtores a competirem com sucesso nos mercados globais. Porque os sistemas nacionais de inovação, quando muito, ainda estão em fase embrionária, existem poucas ligações entre as firmas e os repositórios locais de conhecimento e qualificações (e.g. universidades, centros de qualidade, institutos de formação técnica e profissional, etc.), limitando ainda mais o potencial para uma transformação das economias locais impulsionada pelo conhecimento.

115. Acreditamos que à medida que se aprofunda a base de conhecimento do Grupo Banco Mundial e dos nossos parceiros de desenvolvimento quanto ao modo de responder mais eficazmente a estes desafios, o impacto far-se-á sentir num realinhamento progressivo das afectações da IDA em apoio do ensino pós primário, passando de uma quota actual de cerca de 22% dos compromissos em projectos de educação (6% para o ensino secundário, 3% para o ensino profissional e 13% para o ensino superior) para uma quota mínima de 35%, pelo que passa a ter um papel cada vez mais eficaz na promoção da agenda de crescimento.

116. Para ajudar os países a ultrapassarem as suas carências de qualificações, o Banco irá:

- **Acção:** *Desenvolver e implementar planos operacionais para apoio da IDA ao ensino secundário em 12 países e ainda ao ensino técnico, terciário e instituições de investigação, incluindo ensino agrícola, em 8 países até ao AF08.*
- **Acção:** *Instituir estudos analíticos e apoio da IDA às instituições de ensino técnico, terciário e de investigação, incluindo o ensino agrícola; ajudar a reforçar os elos entre estas instituições e os sectores produtivos.*
- **Acção:** *O Grupo Banco Mundial irá completar um mínimo de 5 novos relatórios sobre a situação do ensino nos países que põem em perspectiva os desafios globais das políticas dos sistemas que estão a crescer para além do ensino primário; desenvolver um documento sobre os problemas dos desafios especiais dos diversos sistemas, em fase de formação, do ensino superior que incluem instituições cimeiras funcionando segundo padrões universais de qualidade, bem como outras adaptadas aos mercados locais.*
- **Acção:** *Desenvolver uma base de dados básica sobre os níveis de qualificações e produtividade da força de trabalho para complementar as ICAs.*

As avaliações do clima de investimento e os levantamentos anuais do Exercício da Actividade Económica serão utilizados sistematicamente para monitorizar as percepções dos investidores quanto à qualidade e relevância dos programas de ensino pós primário.

Tornar a Agricultura Mais Produtiva e Sustentável

117. A pobreza é cada vez mais um fenómeno rural na ASS. Assim, o crescimento agrícola é essencial para se alcançar o crescimento geral necessário para se cumprirem as MDGs, especialmente as que dizem respeito à redução da pobreza, fome e sustentabilidade do ambiente. O crescimento assente na maior produtividade da agricultura, por exemplo, tem sido fundamental para tirar da pobreza centenas de milhões de famílias na Ásia.

118. Na mesma linha do Programa de Desenvolvimento Agrícola Africano do NEPAD (CAADP), a estratégia do Banco para a agricultura de África assenta em dois pilares: primeiro, conceder empréstimos e parecer para solucionar as barreiras internas a uma produtividade mais elevada; segundo, analisar e advogar, a nível internacional, a necessidade de se eliminarem os obstáculos à produção e exportações agrícolas. A estratégia do Banco inclui: (i) maior investimento físico na agricultura, especialmente na irrigação, gestão dos recursos hídricos, estradas rurais e infra-estruturas e investigação e divulgação; (ii) eliminação das políticas discriminatórias em relação aos bens rurais e aumento da prestação de serviços às áreas rurais na agricultura e outros sectores (e.g. educação e saúde); (iii) aumento da produtividade através do uso de práticas agrícolas mais sustentáveis; (iv) gestão aperfeiçoada dos recursos naturais; e (v) apoio reforçado aos agricultores e agro-indústrias mediante o melhor acesso ao desenvolvimento e ao financiamento rural.

119. Uma das razões da produtividade agrícola africana estar bastante abaixo da de outras regiões é a reduzida percentagem de área irrigada (menos de 4% do total da área de cultivo), representando apenas 2% da área mundial irrigada e é mais pequena do que apenas a área irrigada do Irão. O Banco vai expandir os seus esforços no domínio de gestão da água, utilizando

as lições extraídas de programas de irrigação bem sucedidos, tanto pequenos (e.g. os projectos fadama na Nigéria) como grandes (e.g., reabilitação do Gabinete do Níger no Mali). A agricultura africana também tem muitas vezes uma baixa produtividade porque não emprega métodos de exploração agrícola ambientalmente sustentáveis, incluindo o uso apropriado de adubos e sementes melhoradas, melhores práticas de conservação do solo, pousios e rotações mais aperfeiçoados.

120. A população pobre na ASS depende do acesso aos recursos naturais para sobreviver. Ao mesmo tempo, a maior parte das indústrias que irão provavelmente desenvolver-se em África também vão depender do acesso aos mesmos recursos naturais. Assim, é crucial para o crescimento a longo prazo da região que se adoptem incentivos sólidos para o uso ordenado e sustentável destes recursos. O Banco irá reforçar os seus esforços no sentido de (i) desenvolver a médio prazo uma base de capital humano e institucional crítica para se impedir que os problemas ambientais entrem em conquistas no bem-estar à medida que o desenvolvimento económico avança, (ii) tirar partido das numerosas oportunidades duplamente vantajosas em que a conservação dos recursos naturais promova, ao mesmo tempo, o crescimento e a redução da pobreza, e (iii) assegurar que não ocorram mais prejuízos, através do fortalecimento dos sistemas de mitigação e medidas de salvaguarda actuais.

121. Para ajudar a tornar a agricultura mais produtiva e sustentável (ver também a secção abaixo sobre estabelecer a ligação dos pobres aos mercados) o Grupo Banco irá:

- ***Acção: Mobilizar programas globais (tais como CGIAR) para aumentar o investimento na ciência e tecnologia agrícola e reforçar os sistemas de inovação nacionais na agricultura***
- *Acção: Realizar ou apoiar, em conjunto com os parceiros, estudos analíticos sobre economia rural naqueles países onde não tenha sido feito nenhum nos últimos 2 a 3 anos, com sequência apropriada, até ao AF08. Utilizar os resultados para preparar dados básicos apropriados com vista a monitorizar as tendências da produtividade agrícola e desenvolver e implementar planos de acção.*
- ***Acção: Aumentar o financiamento público e privado para expandir o perímetro irrigado em 50% relativamente ao ano base AF05 até ao final do AF08, em que o Banco será o parceiro financeiro principal.***
- *Acção: Aumentar a produtividade da terra através de investimentos na conservação do solo e melhores práticas de cultivo mediante uma maior quantidade de adubo por hectare e a amplificação das áreas sujeitas a práticas sustentáveis de gestão da terra.*
- *Acção: O Banco, em colaboração com os parceiros, efectuará análises de diagnóstico para aumentar a compreensão dos impactos no crescimento em África, a nível de todo o sector, decorrentes da gestão sustentável dos recursos naturais, com o intuito de se elaborarem recomendações de políticas concretas para os governos africanos.*

Utilizaremos instrumentos de levantamentos do Banco e dos parceiros de desenvolvimento para monitorizar as tendências na infra-estrutura rural, produtividade e produção agrícola e para

conceber mecanismos adequados de informação retrospectiva para orientar o desenho dos programas.

Ajudar os Países a Gerirem o Impacto dos Choques

122. Os países de baixo rendimento em África são desproporcionadamente afectados pelos choques económicos exógenos, o que em parte resulta do facto de continuarem a depender fortemente das exportações de bens primários ou das grandes oscilações dos preços mundiais dos factores de produção principais, como é o caso da subida significativa dos preços do petróleo que começou em meados de 2005. Ao mesmo tempo, têm sido abalados por secas, gafanhotos e outros desastres naturais. Mas estes países, normalmente, não dispõem de provisões económicas, tais como reservas importantes de divisas ou mercados de seguros para se protegerem. Os termos dos choques comerciais, por exemplo, que tendem a demorar vários anos a apagarem-se, se desencadeados por um declínio dos preços das exportações, têm impactos negativos muito significativos nas taxas de crescimento. A pouca capacidade para gerir os termos da volatilidade do comércio leva a uma volatilidade fiscal, uma vez que as autoridades dos países acham difícil proteger dos choques as despesas públicas (especialmente o consumo público).

123. Os choques negativos levam, muitas vezes, a um aumento da pobreza. Na falta de mecanismos estabilizadores, um choque nos factores de produção, como é o caso de uma seca, traduz-se rapidamente num choque de produção, levando a uma queda do consumo. Como normalmente faltam redes de segurança social apropriadas, os pobres sofrem desmedidamente, sendo forçados a muitas vezes venderem os seus poucos haveres para tentarem assegurar o consumo.

124. Se bem que a comunidade global tenha dado assistência aos países africanos de baixo rendimento na prevenção e mitigação dos efeitos dos choques exógenos, a maior parte desta assistência tem sido concedida numa base *ad-hoc*. O GBM, em colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento, irá trabalhar para desenvolver uma resposta global mais sistemática e eficaz destinada a atenuar o impacto dos choques exógenos, incluindo redes de segurança social.

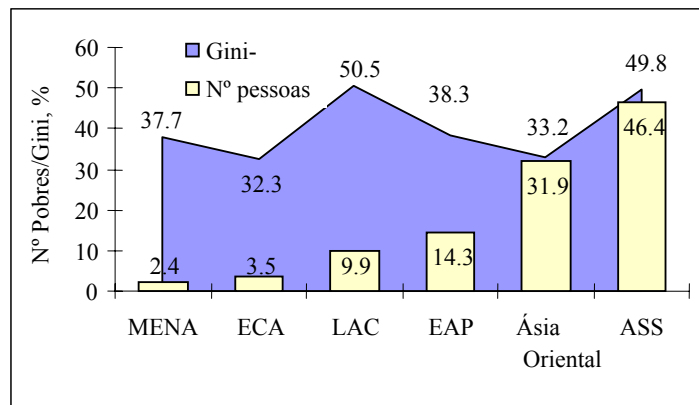
- *Acção: Completar avaliações da vulnerabilidade (como parte das avaliações da pobreza e revisões dos PRSPs) para 10 países frequentemente afectados por choques, até ao fim do AF08 e ajudar a desenvolver mecanismos de protecção social para reduzir o impacto dos choques.*
- *Acção: Tomar a dianteira no desenvolvimento de mecanismos de coordenação mais fortes entre todos os credores multilaterais e bilaterais e organismos dadores para facilitar uma resposta global mais eficaz aos choques externos, em termos concessionais convenientes.*
- *Acção: Ajudar, com a profundidade financeira adequada, pelo menos 3 países com vista a desenvolver e implementar técnicas de gestão de risco dos bens primários, em colaboração com organizações de produtores (uso de mecanismos com base no mercado para reforço de seguros mútuos e outros tipos de acordos informais,*

incluindo instrumentos de compensação de perdas, quando existam) e continuar os estudos analíticos sobre o problema.

4. Participar no Crescimento e dele Partilhar

125. Mas mesmo onde houve crescimento na África Subsariana, nem sempre os seus benefícios chegaram aos pobres e outros grupos de excluídos. A região tem a segunda maior desigualdade média relativamente à distribuição do rendimento e a incidência mais alta de pobreza absoluta (ver Figura 5). Os pobres não têm sido equipados para participar no crescimento e nos seus benefícios que se verificaram na região. As mulheres, em particular, têm sofrido em muitos países ao serem excluídas da capacidade para terem bens e discriminadas na actividade económica. Em resumo, o crescimento só por si não será suficiente para se alcançarem as MDGs em África. Para se atingir uma redução sustentável da pobreza e os objectivos de desenvolvimento humano incorporados nas MDGs, os governos africanos vão também ter de trabalhar mais activamente para dar condições aos pobres e às mulheres de participarem no processo de crescimento e dele beneficiarem: em suma, criar um crescimento partilhado.

Figura 5 – A Posição dos Pobres em África Comparativamente a Outras Regiões
(Pobres como Percentagem da População Total e Desigualdade)



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial relativa à Monitorização da Pobreza Mundial.

126. Para garantir que os pobres tenham capacidade para participarem no processo de crescimento, o Banco irá expandir o trabalho na área da agricultura e das infra-estruturas rurais e de apoio às empresas micro, pequenas e médias para oferecer oportunidades directas aos pobres de ficarem ligados aos mercados e aumentar os seus rendimentos. Ao mesmo tempo, manterá o nosso empenhamento na educação e saúde para assegurar que os benefícios de um crescimento mais rápido sejam amplamente partilhados e que se acelere o progresso com vista à prossecução das MDGs. O Banco vai também intensificar os estudos analíticos para entender as questões fundamentais que impedem as mulheres de participarem plenamente na economia de África e, usando a base de conhecimento, reforçar a nossa inclusão da igualdade de direitos entre os dois sexos na criação de capacidade e nas operações.

Estabelecer a Ligação dos Pobres com os Mercados

127. Embora a agricultura possa ser um motor de crescimento em África, a verdade é que isso não acontece em todos os países. Nos países onde outras actividades modernas – tais como as

exportações de produtos transformados ou serviços ou recursos minerais – sejam os principais impulsionadores do crescimento, as intervenções para aumentar a produtividade agrícola e estabelecer a ligação dos pobres das zonas rurais com a economia moderna através de investimentos em estradas rurais, electrificação e comunicações, representarão elementos fulcrais da estratégia de crescimento partilhado.

128. O alto custo dos transportes rurais eleva os preços dos factores de produção e baixa os preços dos produtos e dá azo a uma baixa produtividade agrícola em África. O GBM vai aumentar os investimentos em transportes rurais, utilizando uma combinação de abordagens sectoriais e de intervenções CDD, conforme seja apropriado.³⁰ Acresce que muitos governos africanos já há bastante tempo que praticam políticas de preços e comerciais que subsidiam os grupos urbanos e oneram os grupos rurais, especialmente os produtores de bens comercializáveis. Os incentivos distorcidos inflacionam o custo dos factores de produção agrícolas, diminuem o fornecimento de produtos rurais (internos e destinados a exportação) e desviam os rendimentos das populações rurais pobres. Se bem que as políticas discriminatórias tenham diminuído nos últimos dez anos, os seus efeitos ainda são importantes em alguns países. O Banco, em colaboração com outros parceiros, pode prestar parecer e ajudar os governos a implementar reformas destinadas a reduzir as políticas comerciais e de preços discriminatórias impostas aos bens rurais e eliminar o favoritismo urbano das despesas públicas.

- ***Acção: Aumentar, em 20% ao ano, os investimentos em estradas rurais, começando pelas estradas secundárias.***
- ***Acção: O Banco efectuará, em colaboração com parceiros de desenvolvimento, estudos de diagnóstico para avaliar de que modo a eliminação de incentivos distorcidos na agricultura pode facultar uma política comercial e de preços imparcial para os principais bens agrícolas; pode eliminar o tratamento desfavorável dado às populações rurais no que toca às despesas públicas; e pode promover as exportações agrícolas.***

Utilizando os dados sobre os lares e os levantamentos específicos descritos acima, a IDA irá ajudar os países a monitorizarem as tendências dos rendimentos rurais e urbanos com o objectivo de se reduzirem as lacunas entre os rendimentos.

Incrementar o Desenvolvimento Humano

129. A estratégia da parceria IDA14 em desenvolvimento humano visa expandir a cobertura no ensino primário, melhorar a situação nutricional e controlar a propagação de VIH/SIDA e Malária. Também pretende inverter a deterioração alarmante da mortalidade de recém-nascidos, das mães e infantil e o fardo crescente imposto pela malária. As nossas operações de empréstimo no AF06-AF08 no domínio do desenvolvimento humano irão, portanto, centrar-se em: (a)

(a) ³⁰ Nos exemplos contam-se o programa PADEP e as recém concebidas Doações para o Desenvolvimento Agrícola Distrital na Tanzânia; o Projecto de Desenvolvimento, Accionado pelo Mercado, dos Pequenos Proprietários de Moçambique e o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola da Zâmbia, em que todos financiam estradas secundárias que ligam os agricultores aos mercados.

abordagens extensivas a todo o sector para apoiar o progresso no sentido da consecução das MDGs; (b) mobilização comunitária para melhorar a implementação e aumentar a responsabilização na prestação de serviços; (c) utilização de mecanismos de transferência, incluindo tanto programas de obras públicas alvejados como transferências condicionais para órfãos e/ou pessoas que tomam conta deles; (d) eliminação de fragilidades críticas na cadeia de prestação de serviços (e.g. padrões para recrutamento e retenção de pessoal; construção de escolas primárias; entrega de medicamentos e sua logística); e (e) uso de incentivos para motivar os prestadores públicos e privados.

130. O nosso apoio na *educação* vai continuar os nossos esforços tradicionais de ajudar os países a expandirem a cobertura do ensino primário com vista à consecução da MDG, e adicionalmente expandir o acesso ao ensino pós primário e desenvolvimento de qualificações para fins de emprego. Nos últimos anos, os países africanos fizeram um progresso notável na expansão da cobertura do ensino primário. Na maior parte dos países, contudo, a retenção até ao fim do ciclo primário continua a ser um problema e o resultado é que mina a prossecução da MDG na área da educação (i.e., a conclusão do ensino primário universal e a paridade dos sexos na educação). Em 2002, as taxas de conclusão do ensino primário nos países africanos eram em média de 57% e, apenas em cinco países, a taxa ultrapassou os 90%. Para se ter sucesso vai ser preciso, entre outras medidas, melhorias na qualidade e relevância dos serviços escolares e encorajar os país a deixar os seus filhos, em particular as filhas, concluírem o ciclo completo do ensino primário.

131. Com o progresso constante, embora lento, no sentido da universalização da conclusão do ensino primário, o número de estudantes que aspira a um ensino pós primário tem aumentado rapidamente e é de esperar que o ritmo se acelere nos próximos anos. A magnitude do aumento esperado levanta uma série de desafios quanto aos recursos necessários para se expandir os locais sem se diluir a qualidade dos serviços e às reformas precisas para gerir os custos e assegurar uma distribuição equitativa do ónus do financiamento. Contudo, num número excessivo de países, estas questões tiveram, na melhor das hipóteses, uma atenção inadequada e as condições no ensino pós primário deterioraram-se, entretanto, com a autorização para deixar aumentar as matrículas enquanto os orçamentos públicos estagnavam e as fontes privadas de financiamento continuavam por explorar. Além do mais, o ensino pós primário tende a ser pouco diversificado e, tipicamente, oferece poucas oportunidades de emprego

132. Face aos desafios descritos acima na área da educação, o Banco tenciona:

- ***Acção: Aumentar o apoio da IDA ao ensino primário em pelo menos 15 países através da Iniciativa de Execução Acelerada - Ensino para Todos (EFA-FTI).***
- ***Acção: Expandir o apoio da IDA para o ensino pós primário em pelo menos 6 países***
- ***Acção: Promover o diálogo sobre políticas e planos de acção para o desenvolvimento do ensino terciário, especialmente ciência e tecnologia; e***
- ***Acção: Desenvolver parcerias eficazes entre o sector público e privado para apoiar o ensino e formação de nível pós primário.***

133. A estratégia IDA14 para África no domínio de *saúde, nutrição e população* visa aprofundar e expandir o nosso apoio destinado a fortalecer os sistemas nacionais de saúde, intensificar a luta contra VIH/SIDA, malária e outras doenças transmissíveis (e.g. oncocercose – cegueira do rio, esquistossomose – bilhárzia e tuberculose), melhorar a situação nutricional e inverter a deterioração alarmante da mortalidade das mães, recém-nascidos e crianças. Tendo presente os factores de risco para a mortalidade de recém-nascidos e infantil e da mortalidade das mães, as estratégias acima precisariam de ser acompanhadas e apoiadas pela expansão da cobertura de imunização (até nove doenças infantis) e cuidados de saúde reprodutora (SR) e serviços de planeamento familiar.

134. Muitos dos sistemas africanos de cuidados de saúdes estão em risco de colapso em virtude do enfraquecimento da capacidade de recursos humanos e dos constrangimentos de financiamento. Provas sólidas e os exemplos de melhores práticas mostram como as “abordagens extensivas a todo o sector” (SWAPs) estão entre as melhores opções para garantir que os sistemas aperfeiçoados de cuidados de saúde, públicos e privados, sejam reciprocamente reforçados com os programas específicos das doenças. Iremos, conseqüentemente, incrementar as nossas operações em todo o sector, em conjunto com os governos, sector privado e outros parceiros da saúde (e.g. OMS, Fundo Global, UNICEF, UNAIDS, PAM, Fundação Gates e organismos bilaterais de saúde como PEPFAR, CDC e DFID). Também vamos apoiar esforços para resolver os constrangimentos generalizados na área de recursos humanos da saúde (RHS) que incluem o aumento dramático da fuga de médicos e enfermeiros competentes para fora de África.

135. As acções a serem levadas a cabo pelo Banco para resolver estas questões da saúde, nutrição e população são as seguintes:

- ***Accção: Expandir em 150% o Programa de Reforço da Vacina contra a Malária em 17 países até ao fim de 2008.***
- ***Accção: Incrementar o apoio, fora dos empréstimos, prestado aos programas VIH/SIDA e solucionar os défices de financiamento em 10 países, incluindo, pelo menos, dois países de rendimento médio, até 2007.***
- ***Accção: Revitalizar o nosso financiamento destinado à nutrição e expandir o apoio da IDA a um mínimo de oito países africanos que apresentem os piores indicadores de nutrição.***
- ***Accção: Intensificar o apoio aos programas de vacinação (e.g. GAVI, parceria para a poliomielite, programa do sarampo, etc.) para se alcançar cerca de 75% de cobertura até 2009.***
- ***Accção: Redobrar os programas de SR e de planeamento familiar, especialmente nos países da África Ocidental e Central que ainda apresentam taxas totais de fertilidade feminina altas (TFF de > 5), com o objectivo de se conseguir um mínimo de 25% na taxa de prevalência de contraceptivos (TPC).***
- ***Accção: Iniciar o trabalho com quatro países africanos (Gana, Malawi, Etiópia e Mali, com a possível inclusão do Ruanda) com vista a aumentar a retenção de***

médicos e enfermeiros até 2009 (até 75% dos formados). Esta missão será prosseguida em estreita colaboração com a escola médica e de enfermagem, universidades, bem como dos ministérios da função pública e de outros relevantes.

136. Para se ser bem sucedido em África na tarefa de enfrentar os desafios do crescimento partilhado, são essenciais medidas pró-activas no sentido de se proporcionar recursos às mulheres e pô-las em ligação com os mercados. Uma característica que distingue as economias da África Subsariana é que a diferença de *sexos* leva a papéis económicos substancialmente diferentes entre os homens e as mulheres. A maior parte da actividade económica de África está nas mãos das mulheres. Os dados do Uganda sugerem que as mulheres contribuem com cerca de 50% do PIB do país, e que as mulheres e os homens não estão igualmente distribuídos entre os sectores produtivos. Os estudos sobre a afectação do tempo, em toda a ASS, confirmam o papel preponderante das mulheres na agricultura. Os diferentes papéis estruturais dos homens e das mulheres na economia de mercado estão associados com os seus papéis – igualmente diferentes e desequilibrados – na economia familiar. Para além da sua proeminência na agricultura, as mulheres têm os encargos domésticos: processamento dos cultivos alimentares, abastecimento de água e lenha, tomar conta dos velhos e dos doentes. Esta última tarefa assume uma importância particular no contexto da pandemia de VIH/SIDA em África, uma vez que o impacto da SIDA não está limitado à economia de mercado “visível”, mas tem um impacto igualmente significativo – se não até mesmo superior – na economia familiar “invisível”. Como os homens e as mulheres têm um acesso e um controlo diferente aos bens produtivos e outros recursos, as capacidades económicas e os incentivos são fortemente ditados pelo sexo, de uma forma que afecta a resposta da oferta, afectação de recursos dentro da família, produtividade do trabalho e bem-estar. Estas diferenças têm implicações na flexibilidade, capacidade de resposta e dinamismo da economia e limitam directamente o crescimento económico.

137. Os resultados das análises de nível macro e micro espelham um retrato extraordinariamente consistente da desigualdade de recursos entre os dois sexos, o que actua como um constrangimento ao crescimento e à redução da pobreza na ASS. As simulações econométricas calculam que durante 1960-1992, a média anual per capita das taxas de crescimento na África Subsariana e na Ásia Austral teriam sido entre 0,5 e 0,9 pontos percentuais mais altas se estas Regiões tivessem reduzido as suas lacunas em termos de escolaridade, como aconteceu na Ásia Oriental. A dar-se esta situação, África teria duplicado o crescimento anual per capita durante este período. Para além da educação, as desigualdades de direitos entre homens e mulheres noutras áreas, tais como acesso à terra e factores de produção agrícolas, participação na força de trabalho e na produtividade laboral, também pesam no crescimento económico. Um estudo em Burkina-Faso revelou que se se trocassem os recursos existentes entre os terrenos dos homens e das mulheres dentro da mesma família, poder-se-ia aumentar a produção agrícola entre 10 a 20%. Um outro estudo no Quênia concluiu que se se desse às mulheres agricultoras o mesmo nível de factores de produção agrícola e de educação que aos homens, poder-se-ia aumentar o seu rendimento em mais de 20%.

- ***Acção: Acelerar o progresso com vista à taxa necessária para se alcançar a meta relativa à igualdade de direitos entre os sexos da MDG, através de sistemas nacionais reforçados em 10 países até ao AF08.***

- *Acção: Continuação da implementação e expansão do programa sobre Lei e Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres na Região.*

Mobilizando fundos de doação IDF/JSDF para os programas de reformas legais. Será dada prioridade à supervisão dos programas em curso no Burundi e Tanzânia, apoiando a supervisão de programas em curso no Quênia, Ruanda, Mali e Mauritânia, desenvolvendo um programa completo de doações JSDF para o Uganda e, sempre que possível, expandir o programa G&L à Etiópia e aos Camarões.

- *Acção: Efectuar avaliações do acesso aos serviços financeiros com vista a orientar o desenvolvimento de programas de alargamento do sector financeiro “em prol dos pobres”.*

138. Por último, os negócios pertencentes a mulheres correspondem a uma porção significativa das MPMEs de África e os obstáculos ao crescimento e expansão que enfrentam são ainda mais difíceis de transpor. Uma nova iniciativa do GBM visa os direitos de propriedade e o acesso a financiamento para as mulheres empresárias, elevando a consciencialização sobre a profundidade das questões em África, oferecendo a concepção de soluções para resolver as desigualdades de tratamento entre os dois sexos e conduzindo abordagens piloto inovadoras para ultrapassar o problema do acesso das mulheres ao financiamento. Além do mais, uma iniciativa das Organizações de Empresas Rurais apoia empreendimentos inovadores privados e comunitários com objectivos sociais para expandir as actividades geradoras de rendimentos na base da pirâmide.

Para detectar o progresso registado na implementação da agenda de desenvolvimento humano, usaremos os indicadores IDA-14 e da MDG para a educação, saúde e igualdade de direitos entre homens e mulheres.

5. Accionar a IDA14 para um impacto maior

139. O programa operacional IDA14 é a âncora da nossa metodologia mais vasta da Parceria IDA14. Sozinha, a IDA não pode, contudo, solucionar os desafios operacionais e analíticos levantados pelo nosso programa de acção destinado a acelerar o crescimento e a alcançar as MDGs em todos os países africanos. Esta secção especifica de que modo o Grupo BM, recorrendo à base da IDA14, irá estabelecer parcerias com terceiros com vista a aumentar o volume e a eficácia dos recursos dirigidos para o desenvolvimento de África.

140. Ao abrigo do Plano de Acção para África, a IDA iria elevar o volume dos seus empréstimos a África para um total de USD 15 200 milhões no período AF06-AF08 (Figura 6). Este montante inclui USD 1 300 milhões a serem utilizados para o pagamento de atrasados numa série de países em fase de pós conflito e que sejam elegíveis para alívio da dívida no âmbito da Iniciativa PPME (HIPC). Como consequência, o aumento dos comprometimentos ao abrigo da IDA14 é consideravelmente mais modesto que o inicialmente previsto. No geral, conforme indica a Figura 6, os compromissos no âmbito da IDA14 irão basicamente seguir a tendência dos anos anteriores. Numa perspectiva sectorial, está projectado que os novos empréstimos para infra-estruturas (incluindo infra-estruturas rurais) passem de USD 1 400 milhões no AF05 para

USD 2 400 milhões no AF08, de forma a traduzir o enfoque mais acentuado nos motores de crescimento. Mas face ao pacote de recursos global da IDA14, só se conseguirão aumentos modestos nos outros sectores (Figura 7). Respondendo à assistência de estratégia descrita no âmbito da Parceria IDA14, o modelo vai precisar de recursos adicionais para a concretização dos objectivos da IDA14, com início em 2006.

Figura 6 – Compromissos e Desembolsos

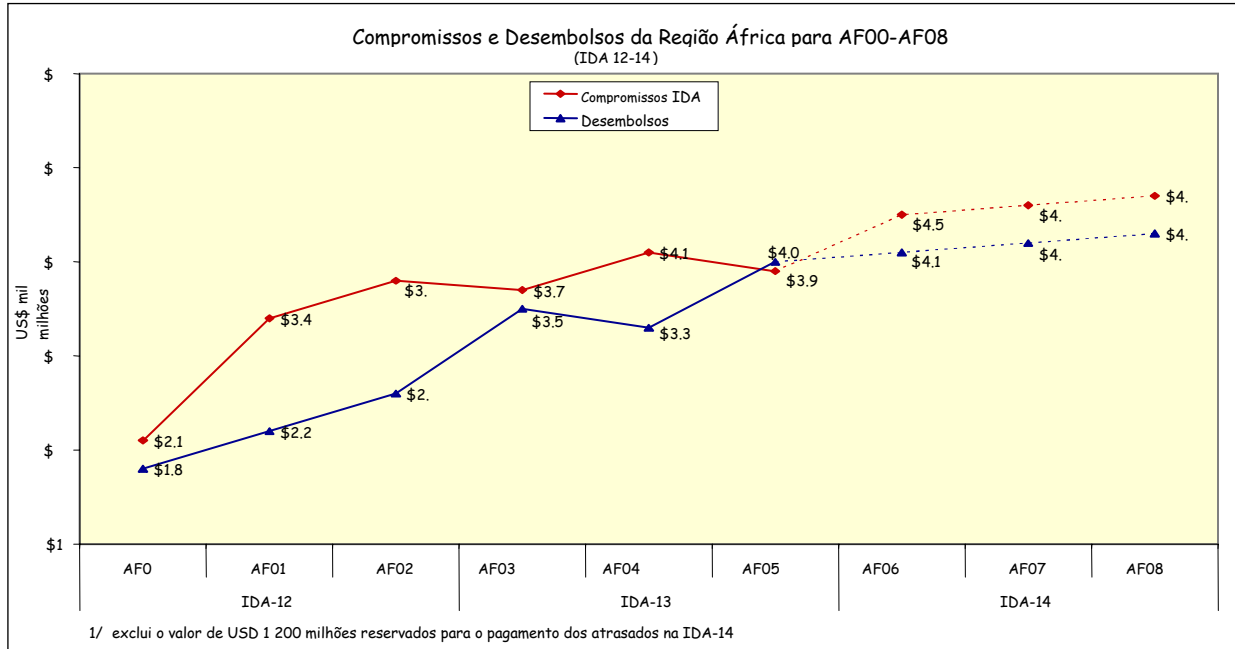
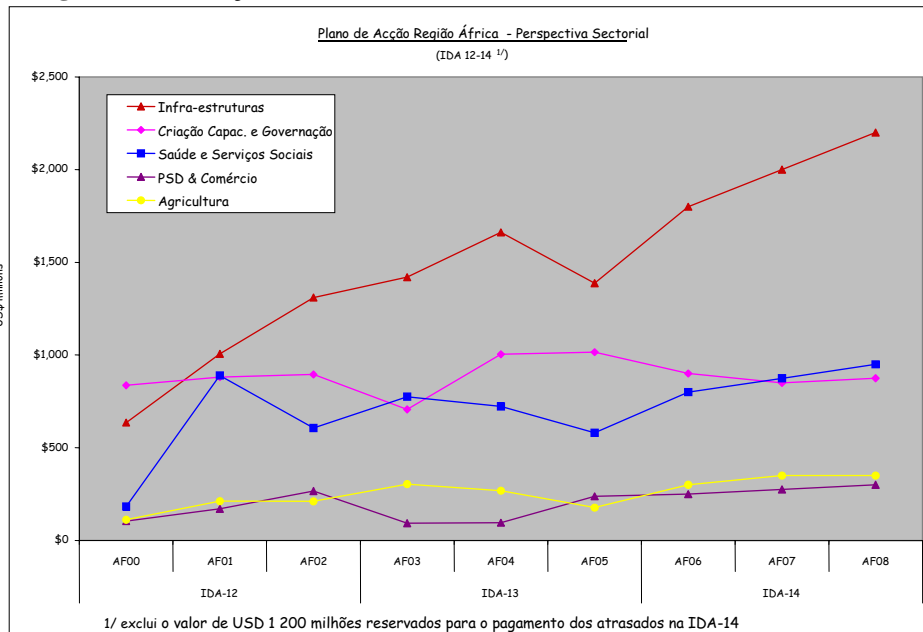


Figura 7 – Afecções da IDA14 vs. IDA12



Aprofundar as Metodologias no seio do Grupo Banco Mundial

141. Para accionar recursos e aumentar o impacto das suas intervenções no desenvolvimento do sector privado e das infra-estruturas, o GBM capitaliza nas sinergias valiosas entre a IDA, SFI e MIGA, em que a IDA apoia o investimento público, a SFI mobiliza patrocinadores privados e a MIGA melhora as condições para o financiamento privado. A estreita colaboração entre as três instituições em projectos de infra-estruturas e no sector privado tem ajudado a identificar um conjunto de projectos potenciais no sector privado e nas infra-estruturas que oferecem um campo poderoso de cooperação, com especial ênfase na integração regional. Nos transportes, as abordagens do Grupo Banco irão incluir trabalho conjunto nos caminhos-de-ferro nos Camarões, RDC, Quênia e Tanzânia. Na água, a SFI e a IDA acordaram colaborar em programas do sector da água na RDC, Mauritânia e Nigéria, bem como numa operação multisectorial água/electricidade no Burundi. Na energia, está a registar-se uma intensa colaboração do GBM no Gana, Senegal e Uganda para proporcionar aos clientes uma combinação de instrumentos do Grupo Banco para melhor atender às suas necessidades. Já se verifica uma colaboração estreita entre a IDA e a SFI por intermédio do programa MPMEs e a cooperação será expandida aos sectores das PME (especialmente nos países mais extensos, como a Nigéria), à criação de capacidade e a actividades para melhoria do clima de negócios. Na Caixa 8 abaixo, descreve-se um exemplo pioneiro de colaboração por parte de todo o GBM num projecto de infra-estruturas em Moçambique, de grande relevo.

Caixa 8: Projecto Regional de Gás da África Austral (SARG)

O projecto SARG aglutinou, com sucesso, todas as unidades relevantes do Grupo Banco Mundial para accionar mais de USD 1 000 milhões de investimento privado num dos países mais pobres do mundo, Moçambique. O projecto assenta numa estrutura inovadora que emprega, pela primeira vez, toda a gama de instrumentos de financiamento e de mitigação de riscos do Grupo Banco Mundial (GBM). O Projecto envolve o desenvolvimento de jazidas de gás, uma instalação transformadora de gás e um gasoduto de 865km para o transporte de Moçambique para a República da África do Sul. O Projecto SARG permite a comercialização do gás e o começo de uma indústria nacional de gás, sendo um contributo importante para a integração económica na região da África Austral.

Reforçar as Parcerias a Nível de País

142. A Região África vai trabalhar com vista a acelerar a implementação da agenda assente em resultados no domínio da harmonização, alinhamento e resultados concretos a nível de país, conforme acordado no Fórum de Alto Nível de Paris sobre Eficácia da Ajuda. São necessárias medidas em três áreas: (a) desenvolvimento de abordagens comuns para apoiar as estratégias comandadas pelo próprio país, incluindo o uso de sistemas governamentais, (b) desenvolvimento de um conjunto de ferramentas e de metodologias de avaliação com que se possam comparar práticas e acelerar a coordenação e harmonização, e (c) acelerar as acções subseqüentes relativas aos indicadores de progresso.

143. Através do Grupo de Trabalho dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) e, mais recentemente, da Joint-venture entre BMD/OCDE-DAC para Gestão com vista a Resultados no Desenvolvimento, foi estabelecida uma parceria formal para a consecução de

resultados. A Segunda Mesa Redonda sobre Gestão com vista a Resultados no Desenvolvimento, realizada em Marraquexe em Fevereiro de 2004, ajudou a promover um novo consenso sobre prioridades para a parceria global. O Banco, em colaboração com outros dadores, está a preparar a Terceira Mesa Redonda Internacional sobre este tema que vai ter lugar em Washington, D.C. durante 2006. Como exemplos de progresso na harmonização citam-se: i) a preparação de estratégias de assistência nacionais comuns que se fundamentam em estratégias de assistência conjunta/colaborativas existentes, como por exemplo a estratégia de parceria nacional da Nigéria e as estratégias de assistência conjunta da Tanzânia e Uganda; ii) a utilização de práticas e procedimentos do governo local em gestão financeira (como nos programas do sector da saúde do Gana e da Tanzânia); e iii) a preparação de relatórios de monitorização financeira comuns (exemplificados pelos relatórios financeiros dos governos do Gana e da Tanzânia).

144. Apesar destes sucessos, continua a ser necessário mais trabalho destinado a reforçar o apoio global à agenda dos resultados. Uma prioridade primordial é assegurar que os países parceiros estejam tão activos quanto as agências dadoras na tarefa de planearem novas direcções para a Agenda de Resultados. Ainda há, também, uma margem considerável para se fazer confluir os esforços da comunidade integrante do DAC/OCDE e os BMD através de alianças com as novas actividades orientadas para os resultados de outros parceiros, incluindo várias fundações e agências da ONU que estejam a promover activamente a harmonização dos requisitos relativos à elaboração de relatórios.

145. A Região África irá envidar os seus esforços para acelerar a implementação da agenda fundamentada em resultados para fins de harmonização, alinhamento e resultados a nível de país, conforme acordado no FAN de Paris. É necessário actuar em três áreas chave: (a) desenvolvimento de abordagens comuns ao desenvolvimento comunitário para apoiar estratégias lideradas pelo país, incluindo o uso de sistemas governamentais; (b) desenvolvimento de um conjunto de ferramentas e metodologias de avaliação que permitam comparar práticas e acelerar a coordenação e harmonização, e (c) acelerar iniciativas subsequentes respeitantes aos indicadores de progresso:

- ***Acção: Revitalizar o mecanismo do grupo consultivo de forma a tornar-se uma “reunião de recursos e de resultados” anual, alargando o âmbito destas reuniões e reforçando a parceria sobre a agenda MDG. Reforçar a associação entre recursos e resultados e prosseguir, de uma forma mais ampla, a agenda de harmonização e alinhamento a nível de país. Como parte destas acções, o Banco irá apoiar uma avaliação independente das relações entre os dadores e os países, em 5 países africanos.***

146. A Declaração de Paris de Março de 2005 sobre eficácia da ajuda – a que aderiram 90 países e 30 instituições de desenvolvimento – definiu os passos concretos a serem dados pelos parceiros de desenvolvimento e pelos países para se alinharem mais integralmente com as estratégias lideradas pelos países e harmonizarem os preceitos de elaboração de relatórios e comportamentos. O Banco Mundial está a dirigir o trabalho de desenvolvimento da informação inicial para 12 indicadores de harmonização e de alvos para 2010, requeridos pela Declaração. Também reconheceu a necessidade imperiosa de se eliminarem os obstáculos internos a uma harmonização mais completa e ao trabalho pró-activo na implementação. Para aumentar, por

exemplo, a harmonização nos processos de aquisições, estão a ser tomadas uma série de medidas em várias frentes, incluindo a preparação e revisão conjunta dos Relatórios de Avaliação das Aquisições do País (CPARs) com os parceiros e países dadores e uma colaboração mais intensa com outras instituições multilaterais, tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) para apoiar as reformas das aquisições a nível regional. Na gestão financeira, a estratégia do Banco inclui uma deslocação do modelo fiduciário tradicional, fundado no cumprimento das regras, para dar mais importância aos próprios sistemas dos clientes. Além do mais, as Análises das Despesas Públicas (PERs), Avaliações da Responsabilidade Financeira dos Países (CFAAs) e os Relatórios de Avaliação das Aquisições do País (CPARs) são efectuados em colaboração com os países e outros parceiros, utilizando um enquadramento comum. Estão a ser efectuadas 27 CFAAs segundo este padrão.

147. Os esforços cobrirão ainda a expansão das boas práticas de harmonização. Estas compreendem uma maior dependência na capacidade nacional para implementar os projectos do Banco e uma melhor divisão de trabalho entre os parceiros, dentro do mesmo país, com vista a reduzir os custos de transacções mediante a definição de responsabilidades primárias e secundárias³¹. Para promover a agenda de harmonização a nível de país, serão empreendidas várias acções, algumas delas no contexto da Parceria Estratégica para África:

- *Acção: Preparar e implementar estratégias de assistência em regime de colaboração, utilizando um enquadramento comum de condições, um único conjunto de indicadores e resultados comuns em 7 países até ao fim do AF08.*
- *Acção: Estreitar a associação entre os compromentimentos dos dadores e a prestação de apoio e promover uma maior responsabilização mútua, mediante apoio a avaliações independentes das relações entre o país e os dadores. Além do mais, o Banco também vai promover a prática de avaliações conjuntas dos dadores.*
- *Acção: Colaborar com outros dadores, em determinados países, para harmonizar as práticas de aquisições e de gestão financeira dos dadores com o intuito de alinhar estas práticas e requisitos com os sistemas dos países.*
- *Acção: Empreender uma análise exaustiva do papel das unidades de implementação do projecto (PIUs) com vista a reduzir profundamente o seu número na Região África.*
- *Acção: Começar a racionalizar acordos de cooperação delegada, incluindo com o GBM nos casos em que o Banco participe como um parceiro silencioso.*
- *Acção: Reduzir gradualmente as situações de estudos analíticos a cargo de um país dador único nos CPARs (Relatórios de Avaliação do Processo de Aquisições do País),*

³¹O conceito de “parceiros silenciosos”, segundo o qual um parceiro delega integralmente noutro o seu poder de decisão num determinado sector para um país, tem sido implementado com sucesso nalguns casos (no Malawi, a Suécia delegou na Noruega a gestão da totalidade do seu programa de ajuda, à excepção do apoio ao orçamento. A Noruega e a Suécia estão a planear um acordo semelhante no Mali, em que a Suécia é o dador no comando das operações. No Mali, a KfW da Alemanha delegou o seu papel na GTZ e na AFD (França) no sector da educação). Na qualidade de um parceiro secundário, o Banco consideraria a prestação de fornecimento sem estar activamente envolvido no diálogo de políticas ou concepção do projecto e utilizar relatórios do projecto/programa desenvolvidos por outro parceiro dador a serem complementados por um memorando adicional, caso seja preciso.

CFAAs (Avaliações da Responsabilidade Financeira do País) e PERs (Análises das Despesas Públicas).

Para se estimar o sucesso, utilizar-se-ão os indicadores da Declaração de Paris com o objectivo de se cumprirem todas as metas em 10 países até ao fim do AF08.

Desenvolver um Menu de Opções para se Proceder ao Incremento

148. Face às grandes necessidades de recursos na maior parte dos sectores, a Parceria IDA14 propicia o enquadramento através do qual o GBM, em conjunto com outros dadores, pode proporcionar eficazmente recursos adicionais dirigidos para a consecução de resultados específicos a nível de país. Há várias opções que estão ou a ser consideradas ou incrementadas, quer a nível de país quer a nível regional.

- ***Accção: Desenvolver um menu de opções para por à disposição da comunidade de desenvolvimento, como um bem público, o conhecimento analítico e operacional do Grupo Banco Mundial. Permitir que os dadores canalizem a sua ajuda reforçada em parceria com a IDA, retendo, contudo, a sua própria identidade.***

149. ***Opção: Expandir o co-financiamento:*** Existem várias formas de se mobilizarem fundos adicionais dos dadores com vista a aumentar os recursos da IDA14 para África. Dadores bilaterais co-financiam projectos para África, em conjunto com o Banco, numa série de sectores, incluindo infra-estruturas (energia, abastecimento de água, transportes), saúde, educação, ambiente, desenvolvimento rural e social, governação do sector público e sector financeiro. No AF04, o financiamento conjunto para apoio de projectos da IDA em África ascendeu a pouco mais de USD 3 000 milhões. Adicionalmente, houve um montante considerável de financiamento paralelo, em que os empréstimos do Banco e outro apoio a um sector particular foram prestados de uma forma coordenada.

150. Nestes últimos anos, verificou-se uma tendência no sentido da descentralização da tomada de decisões por parte dos dadores bilaterais no que toca ao co-financiamento dos projectos e programas do Banco. Aumentou a utilização de abordagens extensivas a todo o sector (SWAPs), reflectindo uma alteração com vista a uma assistência harmonizada, coordenada, em substituição de um financiamento conjunto mais directo. Apesar desta tendência para a descentralização, a atenção centrada em África para os próximos anos apresenta uma oportunidade para se trabalhar mais directamente com dadores bilaterais nas suas estratégias globais destinadas a comprometer recursos para África. A Região África, em estreita coordenação com Programas e Parcerias Globais, vai estruturar acordos de financiamento conjunto, numa base piloto, onde sejam necessárias fontes de fundos adicionais nos sectores ou países identificados. Simultaneamente, estão em curso discussões com a CE, que é um dos maiores co-financiadores, para desenvolver novos acordos provisórios para incrementar projectos de infra-estruturas.

151. No sector da saúde, o Banco tem uma experiência de longa data no que se refere a posicionar os recursos da IDA como uma força catalizadora principal com vista a mobilizar compromettimentos adicionais na área de financiamento, conhecimento, assistência técnica e contribuições em espécie (e.g. medicamentos grátis). Entre os exemplos mais proeminentes, refiram-se o programa da cegueira do rio, em que foram angariados mais de USD 1 000 milhões

ao longo de um período de 30 anos, com resultados notáveis e o programa de investigação de doenças tropicais (TDR) com números equiparados. Os programas de saúde extensivos a todo o sector (SWAPs) ajudaram a aumentar o financiamento da IDA, em sete ou oito vezes, no Gana, Etiópia e Tanzânia. Para os próximos anos, o Banco tenciona prosseguir três modalidades para accionar recursos e conhecimento adicionais na área da saúde:

- *Acção: Desenvolver parcerias para programas de revacinação contra a malária; programas de SIDA; cegueira do rio deverá incluir outras intervenções tais como para filaríase linfática e esquistossomose; novas parcerias para promoção da saúde materna, recém-nascidos e crianças, entre outras.*
- *Acção: Desenvolver programas extensivos a todo o sector da saúde (SWAPs) em pelo menos 10 países.*
- *Acção: Desenvolver alianças prioritárias em sistemas de saúde específicos para recursos humanos na saúde (HRH) e actividades de financiamento conjunto na saúde.*

152. Para além das infra-estruturas e da saúde, existem várias abordagens noutros sectores onde o GBM pode contribuir para ajudar a melhorar a coordenação dos dadores:

- i) Na educação, a Iniciativa de Execução Acelerada Educação para Todos (EFA-FTI) está a canalizar os recursos para nove países africanos e poderá, em breve, estender-se a mais 15.
- ii) Na agricultura e no ambiente, os programas mais representativos são o Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional e o Mecanismo Global para o Ambiente.
- iii) O GBM trabalhará em estreita colaboração com a UE para assegurar o uso eficaz de mais 300 milhões de Euros para ajudar os países mais pobres do mundo a fazerem transacções comerciais eficazes.

153. **Opção: Melhorar a coordenação dos dadores:** Para melhorar a colaboração entre os dadores em torno de programas baseados em cada país e associados a resultados do desenvolvimento e ainda das MDGs o Grupo Banco irá expandir a variedade de acordos formais de parceria em que participa. O GBM vai ajudar a gerir o Fundo de Intensificação do DFID no valor de £250 milhões, durante os próximos três anos, para ajudar a produzir resultados nas MDGs de “consecução difícil”, em cerca de doze países africanos. Tendo presente que 80% da lacuna existente na MDG da água em África está concentrada em 15 países, o GBM estabeleceu mecanismos formais de cooperação com o BAfD para apoiar programas de reforma com financiamento adicional. O BAfD e o GBM também têm planos de acção conjuntos para criarem sinergias com vista à eficácia do desenvolvimento nos sectores dos transportes e da energia. Espera-se que estes programas conjuntos atraiam outros parceiros de desenvolvimento. O Consórcio para as Infra-Estruturas em África, um mecanismo de cooperação recentemente criado, co-presidido pelo BAfD e pelo Grupo Banco Mundial, oferece um enquadramento conjunto para promover ainda mais o apoio coordenado a África. Para além das suas funções de mobilização de recursos, o Consórcio irá também promover a harmonização das metodologias dos dadores, reforçar a monitorização dos resultados e ajudar a acelerar a preparação de projectos regionais.

- *Acção: Aumentar ainda mais a colaboração nos programas concebidos para cada país, utilizando os mecanismos de cooperação do BM/BAfD em todas as áreas de intervenções em infra-estruturas.*

154. **Opção: Accionar o financiamento privado:** A participação privada nas infra-estruturas (PPI) é uma outra área a trabalhar com terceiros para se aumentar a assistência destinada a desenvolver as infra-estruturas em África. O GBM está bem posicionado para desempenhar um papel importante na angariação de financiamento privado para as infra-estruturas, ao apoiar as parcerias entre o sector público e privado, em que a IDA ajuda a financiar os investimentos públicos e a SFI o investimento privado, e à MIGA pertence o papel de mitigar os riscos políticos através de produtos de garantias e seguro. O programa do Senegal de Aumento de Eficiência do Sector Eléctrico, por exemplo, beneficiou de uma combinação de intervenções do GBM, composta de um crédito da IDA, garantia parcial de riscos e apoio para políticas sectoriais de âmbito mais vasto, combinada com um empréstimo da SFI para a construção e operação de uma estação eléctrica alimentada a petróleo. A SFI está a coordenar um grupo de instituições de fundos para o desenvolvimento, incluindo AFD e PROPARGO de França, BAfD, BOAD e bancos locais para a prestação de financiamento.

- *Acção: Desempenhar um papel principal na tarefa de ajudar a analisar, com os intervenientes e clientes, as experiências PPI em África e tirar os ensinamentos adequados para a concepção de PPIs futuros, no que respeita a contratos, investidores (nacionais e estrangeiros), regulamentações, partilha de riscos e financiamento.*

154. No sector da saúde, o GBM também ensaiou, nos últimos anos, um mecanismo de aquisição de dívidas, patrocinado pelo sector privado, destinado a aumentar a flexibilidade do Banco na prestação de níveis apropriados de empréstimos em regime concessional para actividades específicas, tais como aquelas que impliquem externalidades além fronteiras positivas consideráveis (e.g. vacinação e doenças comunicáveis)³². Até à data, o mecanismo de aquisição da dívida foi testado, numa base piloto, em projectos de erradicação da poliomielite em vários países dentro e fora de África, com o apoio financeiro da Fundação Bill e Melinda Gates, a Fundação das Nações Unidas, Rotary International e outros parceiros do sector privado, incluindo várias companhias farmacêuticas (Merck, Pfizer e Glaxo-Smith Kline) e outros.

- *Acção: Alargar o âmbito do ensaio de mecanismos de compra da dívida, patrocinados pelo sector privado, a outros sectores prioritários tais como a Iniciativa Educação para Todos.*

155. Mais recentemente, o GBM desenvolveu um novo enquadramento conhecido por Compromisso Antecipado de Mercado (AMC), a ser estabelecido numa fase inicial do percurso de R&D para certas vacinas com vista a fornecer incentivos de mercado ao investimento privado na pesquisa e inovação de vacinas para os países em desenvolvimento.

³² Ao abrigo da aquisição da dívida respeitante a um crédito, a IDA primeiro concede um crédito normal a um mutuário, financiado pela afectação regular da IDA. Em vez de cobrar aos mutuários as amortizações do capital e encargos aplicáveis, após satisfação de requisitos de resultados definidos, a IDA recebe dos parceiros dadores um montante igual ao valor líquido actual destas repatriações.

- *Acção: Expandir as iniciativas centradas em África, que visem bens públicos globais para o desenvolvimento da saúde, como é o caso do aparecimento de novas vacinas e medicamentos, e de que é exemplo a Aliança Global para as Vacinas e Imunizações (GAVI³³); os compromissos antecipados do mercado e da compra (AMCs) de medicamentos e vacinas para as doenças de África.*

156. Foi criada a Parceria para as Empresas Privadas em África (PEP) para promover o desenvolvimento do PSD e das PME e é uma outra plataforma para ajudar a identificar as potenciais oportunidades de investimento, lançar o trabalho base para se desenvolverem projectos e mobilizar o investimento do sector privado. O enfoque inicial da PEP África será em sectores que tenham um potencial evidente para acelerar o crescimento económico, a criação de emprego e a redução da pobreza. São estes: mercados financeiros, infra-estruturas, agro-indústrias, saúde e educação, petróleo, gás e mineração e turismo. Adicionalmente, por causa do seu papel abrangente, será dada uma atenção especial ao empresariado e clima de investimento.

157. **Opção: Mitigar o risco político em países em fase de conflito:** Para atenuar a percepção de alto risco político nos países em fase de pós conflito, a Comissão para África recomendou que se criasse um mecanismo de garantia, implementado pela MIGA, para fornecer garantias aos investidores contra riscos políticos em países de África em fase de pós conflito. O elemento central é um fundo fiduciário composto por fundos de dadores bilaterais e multilaterais, que iria servir de amortizador do “primeiro prejuízo” face a um portfolio volumoso de projectos cobertos por garantia.

- *Acção: A MIGA accionará o seu próprio capital e outros programas de seguros, públicos e privados, para criar capacidade no montante de cerca USD 500 milhões, no domínio dos seguros.*

6. Implementar a Parceria IDA 14 ao nível de país

158. Os países de África podem ser agrupados em quatro categorias gerais, de acordo com três critérios:³⁴ por (a) desempenho económico (medido pelo crescimento do PIB e classificações CPIA); (b) progresso no sentido da prossecução das MDGs; e (c) perspectivas de uma harmonização eficaz entre os parceiros de desenvolvimento. Estes critérios determinam a velocidade com que seremos capazes de provar um progresso demonstrável no que se refere ao uso dos recursos adicionais a serem disponibilizados no princípio de 2006, ao abrigo do modelo da Parceria IDA14 descrito acima.

159. **Países com capacidade para utilizarem rapidamente mais ajuda numa gama vasta de intervenções** — por exemplo Burquina-Faso, Gana e Tanzânia. Nestes países, a orientação para os resultados é alta, os dadores estão bem alinhados e podem ser eficazmente utilizados, de imediato, mais recursos. Pode-se contar que o país vai definir prioridades e gerir substancialmente

³³ A decisão recente do Eurostat de não considerar como dívida os compromissos relativos a imunização com o Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF) irão provavelmente tornar mais fácil a participação dos países dadores.

³⁴ Para o caso especial dos Países de Rendimento Médio (MICs) ver Caixa 9.

a ajuda. Entre os desafios, contam-se a gestão macroeconómica de maior volume de ajuda, identificação rápida dos programas a incrementar e a implementação rápida de um enquadramento de resultados aperfeiçoado (incluindo o reforço dos sistemas de dados). Estas economias estão actualmente a ser alvo de uma “sub ajuda” em termos de sistema internacional e podem apresentar uma oportunidade para um incremento significativo à medida que os compromentimentos de Gleneagles se concretizam.

160. ***Países onde é possível um incremento selectivo*** — por exemplo Etiópia, Mali e Nigéria. Nestes países, a orientação no sentido dos resultados é moderada, os parceiros de desenvolvimento estão parcialmente alinhados (em torno de algum apoio orçamental e programas sectoriais) e os recursos adicionais podem ser utilizados selectivamente para incrementar os programas. Os parceiros de desenvolvimento terão de ser mais activos nos esforços de harmonização e de alinhamento com as prioridades do país, respeitando contudo o controlo por parte do país. Os desafios que se apresentam são na área do reforço da estratégia do país (prioridades e resultados), aprofundamento dos enquadramentos comuns de dados, reforço selectivo de programas que possam ser incrementados e desenvolvimento de um enquadramento e dados dos resultados. Trata-se de economias em que o actual sistema internacional de afectação, assente no desempenho, funciona bem e onde a IDA pode liderar com o menu de opções.

161. ***Estados frágeis onde a ajuda adicional estará provavelmente centrada em programas alvejados*** — por exemplo Burundi, Chade e RDC. Nestes países, a orientação para os resultados é pouco praticada, as estratégias nacionais carecem de prioridades, os organismos de ajuda comandam o esforço de assistência e a capacidade de implementação é reduzida. Os desafios incluem o reforço da capacidade estatal, promoção do controlo pelo país, implementação eficaz dos programas existentes e reforço dos sistemas de dados e de monitorização. O incremento ficará confinado a programas alvejados específicos, tais como malária, educação, VIH/SIDA e algumas infra-estruturas. As viragens políticas podem, contudo, oferecer margem para um uso eficaz de recursos adicionais fora do actual sistema de afectação com base no desempenho.

162. ***Estados afectados por conflitos recentes*** — por exemplo Libéria. Nestes países, a atenção centra-se em por termo ao conflito, evitar a sua renovação e recriar os rudimentos de um estado. Os dados assumem a liderança e estão estreitamente coordenados em torno de um pequeno número de programas relacionados com o conflito. Os desafios são a reconstrução da capacidade e o estabelecimento de um estado viável e ainda a identificação de programas específicos que prestem serviços com rapidez e eficácia. Para se proceder a um incremento dos recursos, seria necessário responder a oportunidades específicas onde a prestação de níveis de apoio mais elevados para serviços básicos, no período imediatamente a seguir à fase de pós conflito, pudesse cimentar a transição para um período de paz. Ver Caixa 10.

Caixa 9: Atender às Necessidades dos Países de Rendimento Médio de África

Doze por cento dos pobres de África vivem em países de rendimento médio (MICs): Botswana, Cabo Verde, Gabão, Lesoto, Maurícias e África do Sul. Em muitos destes países continua a ser um desafio cumprir as MDGs. Nos MICs, as principais áreas de preocupação são: (i) incremento das intervenções em VIH/SIDA e malária; (ii) gestão das receitas dos recursos naturais; (iii) gestão das despesas públicas e apoio aos PRSs. Na sua qualidade de banco de conhecimento o GBM pode, ao mesmo tempo, aprender com os MICs de África e prestar-lhes conselho. Foram identificadas acções chave no diagnóstico do crescimento e nos serviços de consultoria e analíticos para VIH/SIDA que irão proporcionar tanto serviços da maior utilidade para os MICs como um conhecimento mais vasto para a região.

Caixa 10: O Papel do Grupo Banco na Prevenção de Conflitos e na Reconstrução Pós Conflito em África

No mundo inteiro a propensão para conflitos internos violentos está estreitamente relacionada com condições económicas adversas: baixo rendimento, estagnação económica e dependência de produtos básicos, especialmente recursos minerais. Não é, portanto, de surpreender que na maioria dos países africanos com estas características tenha havido um conflito. Um conflito é o “desenvolvimento em marcha-atrás” para o país directamente afectado. Mas também tem efeitos secundários importantes nos povos vizinhos. Por este motivo, a prevalência pronunciada de conflitos tem sido uma causa importante dos problemas económicos da África Subsariana. Se bem que a incidência de conflitos, em África, tenha recentemente diminuído, a herança de um conflito é uma ameaça séria de risco de novo conflito. Na verdade, são vários os países da região vulneráveis a uma armadilha representada por uma recuperação pós-conflitual muito lenta ou superficial para evitar um novo conflito.

O Grupo Banco Mundial tem um papel importante tanto na prevenção de conflitos como na reconstrução de pós-guerra. O papel na prevenção reside essencialmente em levar o desenvolvimento às economias pobres e em estagnação, ajudando ao mesmo tempo a aumentar o desenvolvimento das receitas dos recursos minerais. Na reconstrução, o seu papel está mais nitidamente definido. As situações pós-conflituais deparam-se com desafios e oportunidades económicas muito distintas pelo que, conforme proposto pelo plano de acção, implica estratégias de assistência também distintas. Embora os governos nos períodos de pós-conflito normalmente comecem por apresentar políticas, governação e capacidade muito débeis, a situação política é muitas vezes suficientemente fluida para permitir uma reforma económica rápida. O reforço da capacidade e assistência técnica irão provavelmente revelar-se muito úteis, tendo em conta a conjugação de uma rápida alteração institucional e de políticas com uma capacidade fragilizada. A experiência tem demonstrado que os países de África, em fase de pós conflito, podem absorver produtivamente a ajuda. No entanto, como os riscos são elevados, esta ajuda deveria ser, normalmente, sob a forma de doações. Tradicionalmente, as prioridades chave são as infra-estruturas para assistir na reintegração do mercado e a prestação generalizada de serviços sociais básicos. Um objectivo central das estratégias do Banco para assistência aos países durante este período deverá ser assistir os governos do período pós-conflito a prestarem os serviços básicos a um nível que reforce o compromisso das suas populações com a edificação do estado e reforce a responsabilização.

VI. UM ENQUADRAMENTO PARA O PROGRESSO ACELERADO NO SENTIDO DA CONSECUÇÃO DAS MDGs

163. À medida que os volumes de ajuda aumentam, em consonância com os compromentimentos de Gleneagles, de cerca de USD 6000 a 8000 milhões de assistência multilateral e bilateral por ano em 2006 para os USD 25 000 milhões prometidos para 2010, a estratégia de Parceria IDA14 e o plano de acção podem ser incrementados mediante uma abordagem em “acordeão”, em que se compromete mais ajuda às actividades e economias capazes de utilizarem eficazmente a ajuda. Conforme os nossos esforços para apoiar estados frágeis e países afectados por conflitos vão produzindo resultados, espera-se que um número crescente desses países passe a pertencer às categorias de países com melhor desempenho dentro

do sistema de afectação da IDA em função do desempenho. Aumentos francamente substanciais de ajuda iriam também permitir que se estabelecessem parcerias com dadores bilaterais para centrar os recursos em três categorias que sofrem de “sub ajuda” – países com desempenho elevado, viragens e comunidades económicas regionais – onde é elevado o potencial para impacto, numa base regional.

1. Que quantidade de ajuda é que África consegue utilizar eficazmente?

164. As estimativas do financiamento anual externo adicional que África tem capacidade para utilizar eficazmente para alcançar as MDGs – incluindo os da Task Force Milénio da ONU (USD 70 000 milhões adicionais) e a Comissão para África do Reino Unido (USD 25 000 a 50 000 milhões adicionais) – variam imenso por causa de vários factores: sensibilidade das estimativas de custo a pressupostos acerca da eficácia das despesas; dificuldade de se decompor em factores as complementaridades numa área ou outras MDGs, decorrentes do progresso; impacto dos próprios esforços fiscais dos países sobre as necessidades de ajuda; e a gestão macroeconómica dos fluxos de ajuda aumentados. Acresce que a maior parte dos estudos sobre a “atribuição de custos” das MDGs se centram apenas nos custos directos relativos à prestação de serviços nos sectores associados com as próprias metas (sobretudo educação e saúde) e ignoram a necessidade de investimentos em sectores complementares orientados para o crescimento, como é o caso das infra-estruturas. Acautelando o facto de estas estimativas estarem sujeitas a grandes margens de erro, uma estimativa conservadora da AOD que África teria capacidade para utilizar eficazmente, tanto nas infra-estruturas como no desenvolvimento humano, situa-se entre USD 14 000 e 18 000 milhões ao ano, durante 2006-2008, passando para um valor entre USD 24 000 milhões e 28 000 milhões até 2015.³⁵ Assim, a comunidade internacional parece estar no caminho certo para fazer corresponder os aumentos propostos de financiamento ao desenvolvimento, decorrentes dos processos de Monterrey e Gleneagles, com a capacidade das economias africanas para utilizarem eficazmente recursos adicionais com vista a fomentar o crescimento e a atingir as MDGs.

165. No Quadro 2 apresentam-se algumas estimativas preliminares sobre o modo como poderia ser utilizado o apoio dos dadores a nível sectorial, comparativamente à IDA13. O primeiro cenário indica a composição média projectada dos comprometimentos unicamente no âmbito da IDA14. O segundo apresenta uma série de afectações possíveis dos USD 10 000 milhões de assistência anual adicional no âmbito da “Parceria IDA14”. A afectação projectada reflecte tanto o nosso conhecimento dos planos existentes dos parceiros de desenvolvimento para co-financiamento com a IDA14 e também o pressuposto de que os países irão expressar uma procura aumentada de assistência nas áreas descritas como prioritárias ao abrigo do enquadramento da Parceria IDA14. Neste cenário, existe um aumento notável do volume de apoio

³⁵ Estudos recentes do Banco Mundial tentam fornecer estimativas da capacidade que os países africanos possuem para utilizar mais AOD na educação, saúde e infra-estruturas. As estimativas relativas ao financiamento do desenvolvimento humano revelam necessidades de financiamento incrementais, que vão desde USD 8 000 milhões em 2006 até USD 14 000 milhões em 2015. Os programas globais para VIH/SIDA, malária e tuberculose poderiam acrescentar um valor adicional entre USD 3000 e 4000 milhões ao ano (*Relatório de Monitorização Global*, 2005; Apoio a Políticas Sólidas com o Financiamento Adequado e Apropriado. Setembro 2003 (DC2003=0016). Os últimos estudos da Rede de Infra-estruturas (Estache, 2005) coloca as necessidades totais de investimento para infra-estruturas em África, na faixa de USD 17 000 a 22 000 milhões ao ano. Uma estimativa conservadora da AOD que seria necessária poderia situar-se na ordem de USD 6000 a 8000 milhões ao ano.

para infra-estruturas e um ligeiro desvio no sentido de investimentos que favoreçam o crescimento. O último cenário, “Pós Gleneagles”, representa uma estimativa do modo como os USD 25 000 milhões de assistência adicional poderiam ser utilizados em 2010. A projecção – que é altamente especulativa, uma vez que as despesas a nível de país serão determinadas pelas prioridades nacionais e efectuadas através dos sistemas de gestão de finanças públicas normais – reflecte a procura projectada de financiamento em cada sector, com os constrangimentos impostos pelas nossas estimativas quanto à capacidade dos países africanos conseguirem utilizar eficazmente recursos adicionais. A grande mudança estrutural nas despesas projectadas, relativas à Parceria IDA14, é um incremento muito substancial de financiamento para a saúde e a educação.

Quadro 2 – Afecção do Apoio Adicional dos Dadores (média anual em USD mil milhões)

	<i>IDA13</i> (Média 2003-2005)	<i>IDA14^a</i> (Média 2006-2008)	<i>Parceria</i> <i>IDA14^b</i> (Média 2006-2008)	<i>Pós</i> <i>Gleneagles^c</i> (Média 2009-2011)
Governança, PSD, Impulso às Exportações, Integração Regional	1.1	1.2	2.0-2.6	2.0-5.0
Infra-estruturas (incluindo infra-estrutura rural)	1.5	2.0	4.0-4.2	6.0-9.0
Agricultura	0.3	0.3	0.5-0.9	1.0-3.0
Educação	0.4	0.3	0.5-0.9	3.0-5.0
Saúde	0.7	0.8	1.9-2.3	7.0-9.0
Total/Média	4.0	4.6	10.0	25.0

^a Exclui USD 400 milhões reservados para pagamento de atrasados.

^b Assume a existência de financiamento adicional da comunidade dadora de USD 10 000 milhões (incluindo USD 600 milhões da IDA14).

^c Baseado em estimativas da capacidade para absorver recursos adicionais em cada um dos sectores

2. O País Deverá Continuar a ser o Enfoque Central

166. As acções propostas para reforçar o modelo centrado no país, no âmbito da Parceria IDA14, em particular o nosso enfoque acrescido na governação e crescimento partilhado – fornecem uma base segura para os países poderem gerir os recursos adicionais. As iniciativas G-8, porém, são um desafio no que toca a utilizar os novos recursos através dos sistemas dos próprios países. Os programas “verticais” para se alcançarem resultados específicos nas infra-estruturas, educação e saúde são veículos atraentes para a mobilização do apoio dos contribuintes com vista à assistência ao desenvolvimento. Os grandes aumentos de fundos para as infra-estruturas e desenvolvimento humano, a nível nacional e regional, têm uma forte probabilidade de impelirem múltiplos sistemas de prestação. Tal implicaria que o Banco passasse a desempenhar um papel importantíssimo de “negociador” entre os fundos dos programas globais e os países clientes.

167. Será necessária a liderança do Grupo Banco, através de mais estudos analíticos e de aconselhamento quanto às políticas a seguir, para ajudar os países a utilizarem esses fundos com flexibilidade e a integrá-los nos sistemas nacionais. O Banco, em conjunto com outros dadores, vai precisar de prestar apoio aos países parceiros para os ajudar a desenvolverem estratégias sectoriais coerentes, conferindo-lhes as faculdades de que necessitam para as interacções com os dadores de fundos verticais. Uma abordagem é o uso da experiência da iniciativa EFA-FTI, em que os parceiros se tenham centrado na coordenação das políticas e do sector, tornando assim

mais fácil, para os países parceiros, gerirem fundos quando forem disponibilizados. Também é desejável que osadores, numa abordagem de fundos verticais, adoptem procedimentos de aquisições e de desembolsos comuns.

168. O Banco (em conjunto com o FMI) também pode reforçar a capacidade dos países destinada a utilizar mais recursos, mediante uma melhor compreensão da gestão macroeconómica e da afectação sectorial dos fluxos de ajuda. Uma vez que o apoio ao orçamento irá, provavelmente, desempenhar um papel muito mais importante nos desembolsos da ajuda, será também preciso o reforço adicional dos mecanismos de gestão do sector público, incluindo análise de projectos, orçamentação, elaboração de relatórios e M&E.

3. Aumentar o apoio aos países que causem efeitos intensos nos seus vizinhos

169. Ao abrigo da IDA14, todos os países da África Subsariana recebem recursos de acordo com o sistema de afectação da IDA fundamentado no desempenho (PBA). A disponibilização de uma ajuda substancialmente incrementada poderia permitir que os recursos adicionais aos PBA se centrassem em grupos especiais de países e iniciativas regionais com capacidade para produzirem efeitos secundários importantes. Estes esforços podiam ter um impacto considerável no desempenho global e na taxa de consecução das MDGs de África.

Países com um Nível de Desempenho Elevado

170. Estes países demonstram aos seus vizinhos que o sucesso é possível. África pareceria um lugar muito diferente, se três países, com uma dimensão representativa, registassem um crescimento acima de 8%. Os investimentos complementares em diferentes sectores (estradas, energia, portos, etc.), necessários para permitir que potenciais países com um desempenho elevado alcancem níveis de custo indirecto competitivos e uma penetração no mercado das exportações de produtos transformados, proporcionariam que estes países atingissem um nível de custos suficientemente baixo de modo a conquistarem os mercados mundiais. A concentração de uma ajuda significativa num número limitado de países poderia maximizar o crescimento e o progresso no que se refere à consecução de todas ou de quase todas as MDGs. O Quadro 3 apresenta a probabilidade de consecução das MDGs, com base nas tendências correntes, em 10 países africanos com um bom desempenho. Exceptuando-se as importantes metas da saúde, estes países estão em posição de alcançarem a maior parte das MDGs com acelerações realistas do crescimento e de melhorias na prestação de serviços.

Quadro 3 – Progresso das MDGs em países seleccionados da ASS

	Nº de Pobres*	Conclusão do Ensino Primário	Igualdade entre os sexos no Ensino Primário	Mortalidade Infantil	Nascimentos Atendidos por Pessoal Preparado	Acesso a Fontes Água de Melhor Qualidade
Benin						
Burkina-Faso	**					
Camarões						
Cabo Verde		☆☆☆	☆☆☆			
Gana						☆☆☆
Moçambique						
Ruanda			☆☆☆			
Senegal	**					
Tanzânia			☆☆☆			☆☆☆
Uganda						
☆☆☆☆						
MDG já alcançada	No curso certo para se alcançar MDG até 2015	Alcançará entre 50 a 95% das MDG	Alcançará entre 30 a 50% das MDG	Alcançará entre 10 e 30% das MDG	Sem melhorar nem piorar	Sem dados

Fonte de dados: DECDG do Banco Mundial. *Estimativas baseadas na linha de pobreza nacional. **Dados mais recentes parecem revelar reduções na pobreza destes dois países, embora dados anteriores tenham dado indicações em contrário.

Viragens

171. Muitos dos custos das economias com um fraco desempenho são suportados pelos povos vizinhos e qualquer viragem, neste domínio, iria gerar grandes benefícios para toda a região; ver Caixa 11. A economia de custos de se evitar um regresso a um conflito pode ser substancial. Collier (2004) estimou que o custo médio, a nível de país, de um conflito civil era 105% do PIB inicial, não incluindo nenhuma das despesas militares adicionais. Para os países vizinhos, o custo do conflito é equivalente a 115% do PIB inicial, assumindo que cada país em conflito tem, em média, 2,7 vizinhos. Quando se somam os gastos militares adicionais, o custo total de um conflito civil com a duração de sete anos poderá ser aproximadamente 250% do PIB inicial. Há provas de que as economias podem utilizar eficazmente assistência técnica e apoio financeiro substanciais para assistir na reintegração do mercado e prestação de serviços básicos. Merecem uma atenção especial porque pode haver alguns casos em que as necessidades de financiamento não sejam cabalmente satisfeitas por mecanismos tais como o desembolso de recursos na fase inicial a nível de país ou através de reafectações intra-regionais, inseridas nos enquadramentos de afectação de recursos da IDA14 e de outros parceiros de desenvolvimento. O Grupo Banco e a comunidade dadora mais representativa têm conhecimentos específicos a cada país suficientes para ajuizarem quais as viragens que podem ser sustentáveis com base em pequenas melhorias no CPIA, estreita observação da actuação dos governantes e realidades políticas.

Caixa 11: Moçambique, um País no Ponto de Viragem

Na altura da independência em 1975, Moçambique era um dos países mais pobres do mundo. A má gestão económica e uma guerra civil violenta de 1977 a 1992 exacerbaram a situação. Reformas macroeconómicas sustentadas a par da assistência dos doadores e de estabilidade política, desde as eleições multipartidárias de 1994, conduziram a melhorias dramáticas: um crescimento espectacular de 8% ao ano, entre 1996 e 2003; inflação com valores de um único dígito; redução da pobreza de 69% para 54% entre 1997 e 2003. Os aumentos de gastos na educação elevaram a taxa (bruta) de matrículas no ensino primário de 56% em 1995 para 110% em 2003. A taxa de mortalidade infantil caiu de 149 por 10 000 em 1995 para 101 em 2003, uma das reduções mais rápidas observadas em África; as estradas em condições boas ou razoáveis passaram de 10% para 70% da rede.

As entradas de grandes fluxos de ajuda (variando entre 10 e 15% do PIB) ajudaram a financiar a expansão dos investimentos públicos na educação, saúde e estradas. Também tiveram um papel crítico no período pós guerra civil imediato, sob a forma de ajuda alimentar que possibilitou manter o processo de reconciliação. Moçambique acabou de ter as suas terceiras eleições gerais e presidenciais. O país também tem conseguido atrair volumosos investimentos estrangeiros na extracção de titânio e indústria transformadora e têxtil, mas vai continuar a depender da assistência externa para os investimentos maciços em infra-estruturas com vista a promover o crescimento e a reduzir ainda mais a pobreza.

Iniciativas regionais

172. Na prática, as iniciativas regionais utilizaram relativamente pouco apoio no âmbito do sistema actual de afectações da IDA. Como estes investimentos têm potencial para grandes benefícios, especialmente para os países sem acesso ao mar, os projectos regionais bem concebidos merecem que se lhes dispensem mais fundos, à medida que se disponibilizam os recursos. Para além do seu papel no domínio da criação de capacidade e do reforço institucional, o conjunto de projectos de integração regional do Grupo Banco Mundial tem vindo a crescer rapidamente e, actualmente, atinge uma cifra superior a USD 2 000 milhões de projectos passíveis de serem financiados ao longo dos próximos três anos.

Um “Fundo de Capital de Risco de Ajuda aos Países”

173. À medida que gerimos as oportunidades que o financiamento adicional pode criar, deverá ser dado ênfase à utilização eficaz dos novos fluxos, tirando partido dos pontos fortes do sistema existentes. O desafio será, contudo, manter a integridade do sistema actual de Afectação com Base no Desempenho (PBA) ao oferecer-se uma maior flexibilidade para lidar com as circunstâncias em que a ajuda possa ser altamente eficaz e alcançar “efeitos nos vizinhos” de grande significado: (a) oportunidade para se dar um “grande impulso” nos países que possam absorver, produtivamente, grandes aumentos de ajuda; (b) apoio excepcional em situações de viragem com um alto risco mas com potencial para um retorno elevado, incluindo situações de pós-conflito e de reformas incipientes; e (c) incremento de investimentos regionais que representem uma oportunidade evidente para a consecução de bens públicos regionais. Cada uma

destas utilizações da ajuda oferece a possibilidade de lucros elevados, mas exigem respostas flexíveis e rápidas e envolvem riscos que são superiores aos normalmente associados com os usos convencionais dos recursos da IDA. Um “fundo de ajuda aos países de capital de risco” (VCCAF) poderia atender a oportunidades especiais que a IDA e seus parceiros de desenvolvimento não possam, actualmente, tratar adequadamente, incluindo agentes de um desempenho brilhante, situações de viragem e investimentos regionais, mantendo simultaneamente o controlo do país e os sistemas de gestão de despesas integrados, apoiados pela IDA. Um factor importante é que um VCCAF passaria a ser um *complemento* e não um *substituto* da IDA. Como com qualquer fundo deste tipo, a gestão do Grupo Banco iria assumir a responsabilidade pelo retorno global dos recursos utilizados e pela gestão dos riscos:

- *Acção: Explorar as possibilidades de um novo mecanismo de financiamento, ancorado no Banco, (um “fundo de ajuda aos países de capital de risco” ou “fundo catalizador para o país”) para responder às oportunidades especiais referidas acima, incluindo os países com um desempenho superior, situações de viragem e investimento regionais, mantendo, no entanto, o controlo por parte do país e os sistemas de gestão de despesas integrados, apoiados pela IDA. Para assegurar que um fundo deste tipo funcione eficazmente, terão que ser delineadas as circunstâncias específicas e os critérios segundo os quais se disponibilizaria financiamento.*

174. Para assegurar que um fundo deste tipo funcione eficazmente, as circunstâncias e critérios específicos para o seu financiamento terão de ser delineados com precisão.

VII. ORGANIZAÇÃO, QUADRO DE PESSOAL E IMPLICAÇÕES ORÇAMENTAIS

175. A implementação do Plano de Acção para África utilizará os recursos da totalidade do Grupo Banco Mundial, incluindo a SFI, MIGA e Redes. A nível sectorial, irá ser preciso o apoio reforçado das Redes do Banco para que no nosso trabalho se possa aumentar o enfoque nos resultados, avaliar as melhorias na prestação de serviços e dilatar o nosso apoio analítico e operacional. Quanto à monitorização dos resultados e avaliação do impacto, será necessária uma colaboração estreita com OPCS, DEC e parceiros de desenvolvimento. O reforço dos motores do crescimento depende, fundamentalmente, de alianças eficazes com a SFI e a MIGA, tanto a nível da sede como do país.

176. Na Região da África, a implementação do Plano de Acção também vai exigir algumas modificações nos recursos e pessoal que traduzam as novas prioridades. O incremento adicional vai exigir o recrutamento de novos funcionários com as qualificações especializadas requeridas pela mudança de metodologia e o enfoque mais acentuado na promoção da parceria.

1. As qualificações dos funcionários vão ter que ser diferentes

177. As qualificações dos funcionários do Grupo Banco Mundial que trabalham com África vão precisar de ser redirigidas com vista a apoiar a eficiência nas áreas de monitorização e avaliação, criação de capacidade, gestão das despesas públicas e estratégia sectorial. Serão necessários especialistas técnicos, com vastos conhecimentos programáticos e integrantes multisectoriais, especialmente em INF e DH, os sectores em que os programas registarão um

maior crescimento. Além do mais, também está planeada alguma descentralização de posições. A combinação de novos lugares e do preenchimento de posições no terreno a título de rotações normais, vai também ser um desafio, pois já se revelou difícil atrair candidatos fortes para funções no terreno. Precisaremos de resolver questões relacionadas com incentivos e cônjuges com uma carreira profissional. A região também vai precisar do apoio activo das Redes e Comissões Sectoriais relevantes, tanto para identificar profissionais a trabalhar fora do Banco e que tenham as qualificações relevantes para as necessidades acrescidas em África como para gastarem algum tempo com os funcionários a fim de os por a par de áreas temáticas e dos países. Também, como os sectores de INF e DH têm uma boa tradição no que respeita ao recrutamento de quadros técnicos de nível superior, contratados localmente, como parte dos esforços de descentralização, estes sectores vão precisar de delegar mais dos seus programas de trabalho neste quadro de funcionários. Com o decorrer do tempo, esta abordagem à descentralização iria aumentar a percentagem de funcionários contratados localmente (LRS) para funcionários contratados internacionalmente (IRS), com a redução suplementar dos custos globais de pessoal.

178. Entre as actividades incrementais e os desafios organizacionais identificados contam-se:

- i) *Desenvolvimento de estratégia e de enquadramento de resultados*: os PRSPs e os CASs vão precisar de ser reforçados, como parte de um esforço que visa (i) criar capacidade no país, (ii) aumentar o enfoque do Banco nos resultados e (iii) revitalizar as parcerias, dentro do país, para fins de harmonização e de resultados;
- ii) *Crédito e Supervisão*: O portfolio incremental da IDA14 e a monitorização aperfeiçoada do portfolio vão ser reforçados para melhorar os resultados;
- iii) *Estudos Económicos e Sectoriais (ESW)*: Vão ser necessários mais ESW, com uma maior incidência nos constrangimentos e nos motores do crescimento e na gestão de fluxos mais volumosos de ajuda. Tal exigirá uma colaboração mais intensa entre os vários sectores;
- iv) *Parceria e harmonização*: Está a ser efectuada uma análise da eficácia dos acordos de parceria vigentes, com o intuito de se conseguirem melhores resultados nesta área.

179. Será necessária uma criação de capacidade significativa, centrada nas qualificações seguintes:

- Monitorização e avaliação;
 - Avaliação do impacto;
 - Gestão financeira e das despesas públicas para os funcionários sectoriais e especialistas em macroeconomia;
 - Vastas qualificações programáticas e integrantes multisectoriais (especialmente nos sectores INF e DH);
 - Capacidade analítica em áreas tais como motores de crescimento, gestão de maiores fluxos de ajuda e
 - Parceria e harmonização.
- *Acção*: A Região irá aumentar o número de funcionário do nível GG-GH com funções no terreno, elevando a percentagem dos Funcionários Contratados Internacionalmente (IRS).

2. Implicações Orçamentais

180. Para a estimativa das implicações nos custos com a implementação do Plano de Acção para África, a Região considerou as seguintes áreas de programa de trabalho.

- O enquadramento aperfeiçoado de resultados.
- Crédito e conhecimento adicionais associados com recursos mais elevados da IDA-14 e maior mobilização de fluxos de recursos dosadores no âmbito da parceria IDA-14.
- Descentralização dos funcionários adicionais.

181. A implementação eficaz do AAP vai exigir um aumento modesto no orçamento da Região África. As estimativas de custo para o Plano de Acção foram encontradas através de um processo de consultas em toda a região, pelo que reflectem o nosso melhor cálculo dos custos prováveis. Foram organizadas reuniões para se conhecerem as reacções às nossas propostas e revistas as estimativas para assegurar que tenham sido identificadas todas as potenciais oportunidades de reestruturação.

182. Os custos acrescidos far-se-ão sentir sobretudo nas infra-estruturas, governação, desenvolvimento humano, país em período de pós conflito, coordenação deadores e criação de um enquadramento dos resultados. Serão necessários volumes consideráveis de fundos na fase de concepção para alinhar os mecanismos verticais de financiamento com as estratégias assentes nos países através dos PRSPs. As necessidades orçamentais em INF e DH terão um crescimento acima do valor proporcional, com aumentos do volume de crédito decorrentes da complexidade dilatada das operações sectoriais e dos acordos de parceria. Se bem que se possam fazer algumas economias ao longo do tempo com a reciclagem profissional dos funcionários já em funcionamento, possível porém que, noutros casos, seja preciso contratar-se novos elementos, o que iria aumentar os custos de pessoal nestes dois sectores. À medida que se efectua a implementação do plano, reportaremos o progresso através de revisões trimestrais do orçamento, e tencionamos apresentar ao Conselho um pedido actualizado para o AF07-08, logo que nos seja possível determinar, com mais precisão, vários factores. Voltaremos a analisar as estimativas de custos, no contexto das revisões anuais do orçamento, e apresentaremos pedidos anuais de financiamento adicional, baseados na experiência, nas informações adicionais e nos resultados obtidos.

VIII. CONCLUSÕES

183. Em Abril de 2005, o Conselho de Directores Executivos pediu à Região África que apresentasse ao Comité de Desenvolvimento um plano de acção para demonstrar como é que o Grupo Banco vai implementar a sua estratégia para África. O Plano de Acção para África (AAP) responde a esse pedido e ao comprometimento de Gleneagles de coordenar a resposta internacional com vista a uma assistência expandida a África, com a definição de acções concretas e passíveis de serem monitorizadas, para garantir que os países africanos, Grupo Banco Mundial e comunidade de desenvolvimento se centrem, cada vez mais, em alcançar *resultados comensuráveis* a nível de país, sector e projecto; que os recursos, actualmente disponíveis para

2006-2008 possam ser utilizados eficazmente para *produzirem resultados* nas áreas de crescimento, desenvolvimento humano e redução da pobreza; e que os aumentos na assistência acima dos níveis correntes irão ser utilizados de *uma forma que aumente o impacto*. O progresso alcançado no âmbito do Plano de Acção para África será regularmente avaliado e reportado anualmente ao Conselho, utilizando para o efeito os indicadores descritos no Anexo A com vista a prestar informações que permitam modificações para o seu aperfeiçoamento. Neste contexto, o Grupo Banco encara o AAP como um documento “activo”.

184. Com base no programa de acções mais vasto, definido neste *Plano de Acção para África*, a Região África vai concentrar-se em três elementos estratégicos centrais, ao longo do período da IDA-14 (2006-2008):

- Em primeiro lugar, vamos aguçar significativamente o *nosso enfoque nos resultados* em três áreas: criação de enquadramentos de resultados específicos dos países; estender uma cobertura completa das estratégias nacionais de assistência assentes em resultados; e aumentar a atenção da gestão para os incentivos com vista a uma gestão, centrada em torno dos resultados, do portfolio da IDA. Utilizando os indicadores de resultados, descritos acima e no plano de acção mais vasto, monitorizaremos e reportaremos as avaliações externas do enfoque nos resultados.
- Em segundo lugar, relativamente às actividades analíticas e operacionais, aumentaremos o *nosso enfoque nos motores do crescimento partilhado*. Em particular, estabeleceremos parcerias activas com terceiros para ajudar os países a criarem um enérgico sector privado africano, impulsionarem as exportações – incluindo exportações agrícolas e de produtos agrícolas transformados – e reduzir a lacuna nas infra-estruturas. Em cada um dos países, através do processo PRSP, identificaremos e aumentaremos o apoio a uma intervenção de impacto elevado – no desenvolvimento rural, saúde ou educação, por exemplo – que os governos e seus cidadãos concordem que apresenta provas manifestas de se progredir na partilha dos benefícios do crescimento. Monitorizaremos o nosso progresso utilizando uma combinação de instrumentos de levantamentos baseados no país, o enquadramento de resultados da IDA-14 e levantamentos específicos do clima de investimento e da prestação de serviços.
- Em terceiro lugar, revitalizaremos a nossa *agenda de parceria* para acelerar e reforçar, a nível de cada país, o ímpeto internacional conseguido através do processo de Monterrey e de Paris. Em particular, empregaremos os nossos esforços no sentido de desenvolver e implementar o “menu de opções” para disponibilizar aos outros parceiros de desenvolvimento, o conhecimento analítico, operacional e específico de cada país que o Grupo Banco possui, tratando-os como um bem público, com vista a accionar eficazmente os crescentes volumes de recursos canalizados para África. Também promoveremos activamente a organização de reuniões do grupo consultivo “resultados e recursos”, que se destinam a aumentar o enfoque nos resultados dos esforços de alinhamento e de harmonização, a nível de país, e a garantir uma maior previsibilidade e pontualidade na prestação de assistência. Mediremos o nosso sucesso nestas áreas utilizando os Indicadores de Harmonização de Paris e também patrocinaremos e

participaremos activamente em avaliações independentes, a nível de país, das práticas do governo e dos parceiros de desenvolvimento.

185. Não se pode desperdiçar a oportunidade que se apresenta este ano para apoiar um melhor desempenho em toda a África, com uma assistência ao desenvolvimento cada vez mais eficaz. O Plano de Acção para África oferece um conjunto de medidas concretas que vão habilitar o Grupo Banco Mundial e a comunidade de desenvolvimento mais ampla a aumentar a sua capacidade para ajudar cada um dos países africanos a acelerar o crescimento, preparar os pobres e as mulheres para participarem e beneficiarem das novas oportunidades e alcançar o maior número possível das Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015, transformando assim o “Ano de África” numa “Década de África”.

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶					
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades					
<i>(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)</i>					
Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
1. Enquadramento de Resultados para se Alcançar Impacto	Ajudar países a criar estratégias de desenvolvimento nacional impulsionadas por resultados.	<i>Aumentar o trabalho analítico e de aconselhamento – juntamente com parceiros de desenvolvimento para apoiar estratégias nacionais reforçadas e orientadas em função dos resultados, em todos os 29 países que participam no seu primeiro ou segundo PRSP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 75% dos países terem estratégias de desenvolvimento operacional até 2010 (Indicador de Paris 1) • Aumentar a proporção de países com enquadramentos de avaliação do desempenho, transparentes e monitorizáveis (Indicador Paris 11) • Aumentar o número de PRSs com alvos baseados em Objectivos MDG de Longo Prazo, de 5 no ano fiscal de 2006 para 10 no ano fiscal de 2008 	Empenho e determinação dos Governos para obtenção de resultados, falta de controlo por parte do país (dependência de dadores). Os Clientes podem precisar de mais tempo para elaborar processos internos. Alguns atrasos.	AFTPM; AFTQK, PRMPR, OPCCE
		<i>Dar assistência aos 29 países PRS para desenvolverem e implementarem Planos de Monitorização e Avaliação – incluindo o reforço dos sistemas estatísticos – para as suas estratégias nacionais, até ao ano fiscal de 2008</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o Indicador de Capacidade Estatística para países até pelo menos 63 (média para países IDA-BIRD) • Ter implementado, em 2008, em pelo menos 20 países, planos de monitorização e avaliação • Obter bases de dados nacionais integradas de Monitorização e Avaliação (M&E) em 15 dos 29 países PRS até ao fim do ano fiscal de 2008 • Planos de criação de capacidade para M&E serão monitorizados em todos os países. 	Falta de práticas de elaboração de políticas assentes em factos comprovados, fraca capacidade estatística, falta de aconselhamento sólido sobre M&E e AT.	AFTQK/AFTPM; OPCCE, WBI

³⁶ Acções a negrito correspondem a acções prioritárias expostas no Sumário Analítico.

³⁷ Indicadores a negrito correspondem aos Indicadores de Resultados IDA 14 e aos Indicadores MDGs.

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	<p>Reforçar a Estratégia de Assistência ao País Baseada em Resultados</p>	<p><i>Criar, em colaboração próxima com outros parceiros de desenvolvimento, um grande esforço no uso de fundos de garantia mútua para reforçar as capacidades nacionais de gestão estatística e de bases de dados, incluindo o desenvolvimento de planos directores estatísticos.</i></p> <p><i>Revitalização dos ADI – Indicadores de Desenvolvimento Africano, publicação principal da região de África do Grupo Banco Mundial, para se tornarem no instrumento de reporte de resultados para a região</i></p> <p><i>Ligar os PRS nacionais com as estratégias de redução sub-regionais de pobreza até 2008</i></p> <p><i>Usar a abordagem com base em resultados em todas as novas CAS e readaptar todas as CAS existentes com base em resultados no Relatório de Progresso (intercalar) das CAS</i> <i>Adoptar revisões dos portfolios dos países com base nos resultados</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • 15 países terem Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Estatístico (NSDS). • Os ADI vão orientar o enfoque nos indicadores da associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), nos MDGs e em outros indicadores relacionados com os PRSPs • Planos de monitorização e avaliação implementados ao nível sub-regional em pelo menos 5 comunidades económicas regionais seleccionadas (RECs) até 2008 • Bases de dados sub-regionais M&E integradas em 5 dos 29 países PRS até o fim do ano fiscal de 2008 • Ter CAS baseados em resultados em 20 países activos até o fim do ano fiscal de 2008 • 6 revisões segundo características específicas até ao AF06 	<p>Falta de dadores & compromisso governamental, programa pobre de doações e alinhamento com os objectivos nacionais, fraca capacidade estatística e coordenação pobre entre os MDAs</p> <p>Disponibilidade variável das equipas nacionais para um enfoque com base em resultados; falta de alinhamento com a PRS do Governo, plano nacional não orientado para resultados e efeitos.</p>	<p>AFRCDs; AFTQK, OPCE; DECDG</p> <p>AFRCDs; AFTQK, OPCCE</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>Complementar este trabalho com esforços para fazer revisões-piloto sectoriais regionais (como o VIH/SIDA) para demonstrar como relatórios com base em resultados regionais podem apoiar abordagens de carácter nacional e vice-versa.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • 10 análises de portfolios impulsionados pelos resultados iniciados até ao AF07. 	<p>Disponibilidade variável das equipas nacionais para um enfoque com base em resultados; falta de alinhamento com a PRS do Governo, plano nacional (PRS) não orientado para resultados e efeitos.</p>	<p>AFRCDs; AFTQK, OPCCE</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	<p>Medição e Reporte do progresso do crescimento partilhado e da prestação de serviços.</p> <p>Medição e Reporte do Progresso em Programas e Projectos</p>	<p><i>Apoiar o trabalho da Economia para o Desenvolvimento (DEC) para desenvolver e seguir os principais indicadores IDA 14 Nível 1 para África</i></p> <p><i>Empreender trabalho complementar – em conjunto com redes do Banco (DEC e OPCS) e outros parceiros de desenvolvimento - para determinar se os indicadores previstos no IDA 14 são apropriados para avaliar relações entre a actividade pública e resultados tais como um crescimento acelerado ou melhor prestação de serviços</i></p> <p>Coligir informação de base e informação comparativa em 10 países em áreas chave de prestação de serviços públicos usando avaliações dirigidas e controladas de clientes e prestadores de serviços</p> <p><i>Melhorar a qualidade no acesso (resultados focados e alinhados com os enquadramentos aplicáveis aos resultados e políticas para o país) e melhorar a % de uso satisfatório de Monitorização e avaliação(M&E)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto completo dos indicadores IDA 14 Nível 1 para reportar na Revisão Intercalar. • Completar 10 avaliações controladas a clientes e prestadores de serviços em áreas chave de serviço público até ao fim do ano fiscal de 2008 • Dados com melhor qualidade juntamente com DEC para monitorizar os 14 indicadores de resultados nacionais seleccionados IDA 14 Nível 1 • Número de novos projectos com componentes de avaliação de impacto até o fim do ano fiscal de 2008. • 95 + % de novas operações com maior qualidade no acesso e uso satisfatório de M&E até ao AF08 • Aumento da % de uso satisfatório de 	<p>Dados M&E não disponíveis nos países com pouca capacidade.</p>	<p>AFRQK, DEC</p> <p>AFRCDs; AFTQK, OPCC, DECDG</p> <p>AFRSDs; AFRCDs; AFTQ, todas as Redes relevantes</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	Avaliação do Impacto Alvejado.	<p><i>Com começo no ano fiscal de 2006, monitorizar e reportar os resultados do sector em todas as novas operações IDA em 4 sectores (saúde, educação, abastecimento de água e transporte rural), a par de esforços para reforçar a capacidade nacional, conforme necessário e exequível, para garantir uma monitorização adequada.</i></p> <p><i>Aumentar a quota dos Relatórios de Conclusão de Implementação (ICRs) com dados satisfatórios sobre os efeitos do projecto e a quota dos Relatórios de Situação e Resultados (ISRs) com dados satisfatórios para efeitos de monitorização</i></p> <p><i>Desenvolver uma estratégia de avaliação do impacto a médio prazo para novas soluções de projectos/programas</i></p>	<p>M&E durante a supervisão para 80% + nos projectos existentes até ao fim do ano fiscal de 2008</p> <ul style="list-style-type: none"> • 85% dos ICRs com dados satisfatórios sobre os resultados dos projectos de 70 % em 2004 para 85 % até ao AF08 • 95% dos ISRs para novas operações com resultados satisfatórios até 2008. • Percentagem dos ISRs com dados básicos satisfatórios para efeitos de monitorização dos resultados de 80 no AF04 para 85 ou mais, para os projectos existentes, até ao fim do AF08. • Resultados satisfatórios com avaliação OED de 80% ou mais no ano fiscal de 2008 	<p>Dados de Monitorização e Avaliação indisponíveis ou duvidosos. Deterioração da situação do país; fraco desempenho do "Mutuário/Banco".</p>	<p>AFR; DEC</p> <p>AFRCDs; AFRSDs; AFTQK</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	Implementação do Enquadramento	<p><i>As organizações internas da Região África da IDA serão reforçadas com a criação de uma Unidade de Qualidade e Resultados</i></p> <p><i>Formação em tempo real e apoio sustentado à gestão para gestão de resultados.</i></p> <p><i>A Região trabalhará de perto com outros na comunidade de desenvolvimento para assumir desafios particularmente relevantes para África – como a atribuição de ajuda baseada em resultados, diferenças no uso de enquadramentos de avaliação de desempenho para apoio orçamental e formas de implementar a Declaração de Paris com um claro enfoque nos resultados.</i></p>			
2. Construir Estados Capazes e Melhorar a Governação	Melhorar o Diagnóstico de Governação	<p><i>Ajudar 10 países a desenvolver e a implementar diagnósticos de governação, incluindo cartões de classificações dos cidadãos, em colaboração com o WBI.</i></p> <p><i>Providenciar ferramentas analíticas e apoio aos governos locais, departamentos sectoriais, sociedade civil e organizações comunitárias para diagnosticar a governação do sector público</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 10 países terão tomado acções concretas incluindo a divulgação pública de bens e de rendimentos pelos dirigentes públicos seniores (nível de Director e acima) e cartões de classificações dos cidadãos, entre outros. • Melhoria dos resultados CPIA para transparência, responsabilidade e corrupção no sector público de 3 em 2003 para 3.3 em 2008 	Liderança e determinação governamentais, disponibilidade dos outros parceiros para participar no processo.	AFTPM, PRMPS, WBI

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	Reforma dos Sistemas Legais e Judiciais	<p><i>Trabalhar com os governos para melhorar a eficiência dos controlos internos e externos que monitorizam as execuções orçamentais, para conter o desperdício de recursos públicos</i></p> <p><i>Aumentar os esforços para modernizar o sistema de aquisições públicas, em particular dando assistência aos governos para institucionalizar na administração pública um enquadramento institucional e renovado, por ex., reforçando o apoio à formação e à criação de capacidade.</i></p> <p><i>Ajudar pelo menos oito países a melhorar a sua eficiência operacional e judicial (ex. Introduzindo um padrão de serviços, racionalizando os processos comerciais, e fortalecendo a responsabilização); a reduzir barreiras burocráticas e financeiras, a desenvolver mecanismos informais de resolução de conflitos (ex.</i></p>	<p>outros países, estabelecer valores básicos, usando os indicadores de desempenho GFP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos resultados do CPIA para transparência, responsabilidade e corrupção no sector público • Pelo menos 8 países vão melhorar as suas eficiências operacionais, reduzir barreiras burocráticas e financeiras e desenvolver mecanismos informais de resolução de conflitos. 	O Banco não é o mais avançado nesta área. Terá de fazer parcerias com outros dadores	AFTPR/LEGJR; PRMPS, LEGAF, Programa de Reforma Judicial do WBI

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	<p>Melhorar a Gestão do Sector Público</p> <p>Reforçar os Governos Locais</p>	<p><i>arbitragem, juízos de paz) e a facilitar o acesso dos pobres ao sistema legal e judicial</i></p> <p><i>Reforçar os esforços governamentais para acabar com a corrupção e melhorar os padrões éticos no sistema judicial</i></p> <p><i>Assistir pelo menos oito países na reforma do serviço público, em particular a reforma da gestão de recursos humanos, de sistemas de retribuição com incentivos, bem como a descentralização e, em particular, as reformas fiscais inter-governamentais.</i></p> <p><i>Desenvolver ferramentas, indicadores e procedimentos para integrar reformas de gestão do sector público em todos os PRSCs, em que as questões de governação façam parte do quadro da reforma e dos incentivos</i></p> <p><i>Aumentar o apoio para desenvolvimento das administrações locais, dirigido para melhorar a prestação de serviços, a responsabilização e a participação</i></p> <p><i>Continuar a reforçar a</i></p>			<p>AFRVP, OPCS</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	<p>Potenciar a Responsabilização e a Transparência em Países Ricos em Recursos</p> <p>Criar a Capacidade nos Países em Situações Pós-conflituais para Prestarem Serviços Essenciais</p>	<p><i>capacidade das administrações regionais, bem como incentivar os governos a racionalizar o sistema de transferências fiscais e a desenvolver uma base de recursos própria para as comunidades locais</i></p> <p><i>Aumentar o número de projectos com fundos CDD e melhorar a sua integração em Estratégias de Redução de Pobreza, promovendo o redimensionamento dos projectos bem sucedidos</i></p> <p><i>Promover a transparência na verificação das receitas, adoptando a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI). Ajudar os governos a promover a disciplina fiscal</i></p> <p><i>Preparar com parceiros do desenvolvimento, estratégias à medida do país, com ênfase na prestação de serviços públicos, a nível regional e local, em 5 países em situações pós-conflituais até 2007</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a transparência na verificação das receitas, adoptando até 2009 a EITI e ajudar 6 governos a estabelecer e manter a disciplina fiscal, reforçando a GFP, estabelecendo regras de poupança e mantendo a disciplina fiscal com sistemas fiscais descentralizados • Desenvolver estratégias talhadas às necessidades específicas em 5 países em situações pós-conflituais • Monitorizar os indicadores de resultados por país IDA 14 relativos a infra-estruturas (água) e Desenvolvimento Humano (educação e saúde) 	<p>Problemas de segurança podem criar contratempos no progresso em políticas e em instituições; doações limitadas para Estados frágeis em situações pós-conflituais</p>	<p>AFTSD::SDV/OPCCS</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>Aumentar o trabalho analítico sobre os impactos económicos e sociais dos conflitos; aumentar os investimentos na reconstrução</i></p> <p><i>Promover a adopção de abordagens do tipo-Kimberly em países frágeis</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria significativa (>0.5) no CPIA/PPI de pelo menos 25% dos Estados frágeis/com conflitos até ao fim do ano fiscal de 2008 • Trabalho analítico desenvolvido em 90% de Estados frágeis/com conflitos até ao ano fiscal de 2009. 		
<p>3. Apoiar os Motores de Crescimento:</p>	<p>Identificar os Motores de Crescimento</p> <p>Desenvolver um Sector Privado Africano</p>	<p><i>Desenvolver recomendações concretas para reformas de políticas e acções públicas para acelerar o crescimento com base em diagnósticos de crescimento para pelo menos 12 países, incluindo no mínimo dois em países de rendimento médio (4 em cada um dos anos fiscais de 2006, 2007 e 2008)</i></p> <p><i>Expandir a iniciativa MPME África da IDA/SFI para atingir 8 países até ao AF07. Enfoque na criação de capacidade e no acesso ao crédito por parte de empresas detidas por mulheres</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias na resposta dos investidores ao ambiente de políticas, medidas por repetidos levantamentos junto dos investidores • Aumento do investimento privado como uma percentagem do PIB • Mudanças no crescimento do PIB • Melhorias na Produtividade Total dos Factores • Completar 12 estudos de diagnóstico do crescimento, incluindo pelo menos dois em países de rendimento médio, até ao AF09 – quatro em cada um dos próximos anos fiscais, 2006, 2007 • Utilização de \$100 milhões provenientes da IDA e de \$70 milhões provenientes da SFI • Usando o enquadramento de avaliação da SFI para as MPME, medir o impacto dos programas: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Acesso ao Financiamento.</i> 		

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>A SFI tem como objectivo dobrar os níveis de investimentos, de \$ 400 milhões para mais de \$ 800 milhões até 2008</i></p> <p>Apoiar um aumento nas Comissões de Investidores, para desenvolver programas concretos para remover constrangimentos críticos ao investimento privado, de 5 no ano fiscal de 2005 para 8 até ao ano fiscal de 2008 (1 Comissão adicional por ano fiscal). Utilizar resultados de Avaliações de Negócios e Avaliações do Clima de Investimentos como contributos informativos para as deliberações das Comissões</p>	<p>Mudança na proporção das MPMEs que receberam um financiamento pela primeira vez de uma instituição formal</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Programas de Ligação</i>: Melhorar o desempenho dos processos nas MPMEs na base do tempo real de disponibilização • <i>Ambiente Estimulador de Negócios</i>: Mudança em % das PME's que reportaram que o custo de registo de propriedade é um obstáculo à realização de negócios <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o desempenho dos indicadores IDA 14 de custo e prazo para criar negócios em 9 países até ao ano fiscal de 2009 (3 por ano) • Custo necessário para início de negócio (% do RNB per capita) será reduzido de 231, em 2004, para 200, em 2008, nos países IDA da África Subsariana • O prazo necessário para o início de um negócio (em dias) será reduzido de 67, em 2004 para 55, em 2008, nos países IDA da África Subsariana • Crescimento do crédito doméstico para o sector privado como % do PIB, de 44.2% em 2003, para 53% até ao fim 	<p>Falta de definição de prioridade das ICAs. Baixo risco para completar os diagnósticos ICAs, mas a implementação das recomendações dependerá do empenho do governo e da disponibilidade de recursos.</p>	<p>AFTPI/FIAS; AFRCE; Programa para o Clima de Investimento do WBI, PREM</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>Completar outras 12 Avaliações Conjuntas BM/FMI do Sector Financeiro no AF06-AF08 (até à data já se fizeram 15; mais 4 por cada AF).</i></p> <p><i>Aumentar as intervenções das Parcerias entre a SFI e Empresas Privadas, incluindo as agro-indústrias para África. Avaliação do programa completado no ano fiscal de 2009</i></p> <p><i>Até ao AF06, a MIGA vai fazer propostas para desenvolver um Fundo para África de Seguro de Risco Político (PRI) de forma a acelerar a recuperação do sector privado e melhorar os fluxos de investimento directo estrangeiro para países afectados por conflitos na região.</i></p> <p><i>Maior utilização do programa de referências da MIGA, de 11 países no AF06, para 20 países no AF08</i></p>	<p>do ano fiscal de 2008.</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Realizar mais 12 Programas Conjuntos BM/FMI de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP). Implementar recomendações chave através de programas integrados de desenvolvimento do sector financeiro</i> Aumentar intervenções PEP de um país no ano fiscal de 2005 para 10 países no ano fiscal de 2008. Avaliação do programa concluída no AF09 Implementação de um Fundo de Seguros contra Riscos Políticos (PRI) em 10 países até ao AF08 Maior utilização do programa de referências da MIGA, de 11 países no AF06, para 20 países no AF08. Avaliação do programa concluída no AF09. 	<p>Baixo risco de completar os diagnósticos FSAPs , mas a implementação do programa vai depender do empenho e competência dos governos, e do processamento do Banco (incluindo orçamentos adequados)</p>	<p>IFC; AFTPS</p> <p>MIGA</p> <p>MIGA, AFPS</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
3. Apoiar os Motores de Crescimento: Criar um Impulso nas Exportações	Criar um Impulso nas Exportações	<p><i>Com os parceiros, apoiar análises e operações para identificar e remover constrangimentos críticos internos à competitividade da exportação e à integração regional em 10 países, 3 no ano fiscal de 2006, 3 no ano fiscal de 2007 e 4 no ano fiscal de 2008</i></p> <p><i>Aumentar o apoio a 23 países Subsarianos, sob a Iniciativa de Facilitação de Comércio, para cerca de US\$ 530 milhões (comparados com cerca de 80 para os anos fiscais de 2001-2003) até ao fim do AF06.</i></p> <p><i>Em colaboração com parceiros, avaliar sistematicamente os benefícios e os custos dos sistemas preferenciais existentes e fazer recomendações concretas para modificação até ao AF07</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Novo trabalho de aconselhamento na melhoria do ambiente interno para os negócios, competitividade e integração regional, em 20 países • Redução dos custos indirectos dos exportadores em 15% da base do ano fiscal de 2006, em 10 países, até ao ano fiscal de 2009 • Demonstrar, com base em avaliações de firmas, melhorias na Facilitação do Comércio e na Logística: <ul style="list-style-type: none"> • Redução no processamento alfandegário (tempo e custo) • Redução no processo de travessia de fronteira (tempo e custo) • Redução nos custos de transporte e de manuseamento • Avaliar os benefícios e custos das soluções existentes mais utilizadas e fazer recomendações concretas até ao ano fiscal de 2007 	Riscos incluem uma utilização dos recursos mais lenta do que o esperado; falta de acesso efectivo ao mercado e falta de abordagens regionais para facilitar o comércio	<p>AFTPI/AFRCE; PRMTR, INF Network, PSD Network</p> <p>AFTPI/PRMTR; INF Network, PSD Network</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
3. Apoiar os Motores de Crescimento: Reduzir a Insuficiência de Infra-estruturas	Reduzir a Insuficiência de Infra-estruturas	<p><i>Aumentar substancialmente o financiamento para as infra-estruturas da África Subsariana para cerca de US\$ 1.8 mil milhões até ao AF06, \$ 2 mil milhões até ao AF07, e \$ 2.4 mil milhões no AF08</i></p> <p><i>Trabalhar como parte do Consórcio de Infra-estruturas de África para mobilizar apoios adicionais de dadores para infra-estruturas em cerca de \$2.5 mil milhões até ao AF08</i></p> <p><i>Facilitar a participação do sector privado nos sectores energético, de transportes e de abastecimento de água, com base em parcerias público-privadas, e integração de instrumentos do Grupo do Banco através da IDA, IFC e MIGA</i></p> <p><i>O Banco, em colaboração com outros dadores, iniciará um grande programa de trabalho analítico para incrementar o</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população com acesso a recursos de água potável, de 60% no ano fiscal de 2005, para 63% no ano fiscal de 2009 • Aumento da população com acesso a telecomunicações, de 31 por cada mil no ano fiscal de 2005, para 50 em cada mil até AF09 • Crescimento da taxa IDA 14 de electrificação doméstica, de 24% no AF05, para 30% até ao AF09 <ul style="list-style-type: none"> • Acordos do Banco Mundial vão facilitar PPP eficazes em pelo menos 6 países até ao AF09 (2 por ano) <ul style="list-style-type: none"> • Definir uma plataforma inicial de monitorização para um conjunto de indicadores de desempenho nas infra-estruturas 	<p>Riscos para se alcançarem as metas e indicadores de crédito incluem: um progresso mais lento do que o esperado na obtenção de acordos em questões políticas e institucionais que são essenciais para a sustentabilidade; capacidade de absorção do cliente; e recursos do Banco inadequados para o processamento. O espaço fiscal é um risco</p> <p>Empenho dos Governos e disponibilidade de recursos</p>	<p>AFTCDs/AFTPI; Rede INF, CITPO</p> <p>AFTPI; Rede INF, SFI, MIGA, WBI</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>nosso conhecimento sobre o impacto das reformas de políticas e sobre a eficiência de projectos de investimento anteriores no sector das infra-estruturas</i></p> <p><i>A IDA vai aumentar o uso da Plataforma de Infra-estruturas Mínimas (MIP) para o crescimento</i></p> <p><i>O Grupo do Banco vai aumentar o seu apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas de telecomunicações em África</i></p> <p><i>No ano fiscal de 2006, a MIGA vai centrar-se no crescimento de negócios relacionados com infra-estruturas</i></p>			MIGA
<p>3. Apoiar os Motores de Crescimento: Integração Regional</p>	<p>Apoiar a Integração Regional</p>	<p><i>Desenvolver capacidade em instituições regionais, como o Secretariado ECOWAS, para ajudar a implementação das iniciativas NEPAD</i></p> <p><i>Com parceiros, incluindo o</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento conjunto de aproximadamente \$ 1 mil milhões por ano, até ao AF08 • Programas de criação de capacidade implementados em pelo menos 4 RECs, até ao AF08. • Programas REC/NEPAD para facilitação do comércio regional em implementação em pelo menos 3 RECs até ao AF09 • Redução das doenças além-fronteiras nos indicadores com incidência na saúde 		<p>AFC16; AFRCDs, WBI através do seu Programa de Comércio</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>sector privado, accionar o apoio do Grupo Banco Mundial para investimentos regionais em Infra-estruturas e Saúde de aproximadamente \$ mil milhões por ano, até ao AF08</i></p> <p><i>Assumir uma posição de liderança na definição de projectos regionais viáveis (como o Gasoduto da África Ocidental) e mobilizar os financiamentos públicos e privados adequados</i></p> <p><i>Completar actualizações das duas Estratégias de Assistência Regional (RAS), para a África Ocidental e para a África Central, no AF06</i></p>			
3. Apoiar os Motores de Crescimento: Criar Qualificações na área do Crescimento e da Competitividade	Criar competências para crescimento e competitividade	<p><i>Desenvolver e implementar planos operacionais para o apoio da IDA ao ensino secundário em 12 países e a instituições técnicas, superiores e de investigação, incluindo o ensino agrícola, em 8 países até ao AF08</i></p> <p><i>Implementar o trabalho analítico e o apoio da IDA para instituições técnicas,</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias na qualidade e relevância das capacidades, educação pós secundária e ciência e tecnologia (usar respostas de avaliação do clima de investimento) Até o fim do ano fiscal de 2008, os países da África Subsariana terão adoptado um ensino secundário consistente e estratégias de formação, dos quais 6 implementarão as suas estratégias com o apoio da IDA. Até ao fim do ano fiscal de 2008, a IDA vai providenciar apoio a instituições 	<p>Dificuldade política em implementar políticas de custos partilhados nos níveis pós primários , e em desenvolver parcerias com o sector privado.</p> <p>Manter o apoio político a reformas necessárias para construir sistemas eficientes e financeiramente viáveis; e assegurar a coordenação entre os países, bem como manter o apoio dosadores a Instituições Científicas e Tecnológicas</p>	AFTHD; AFTPS, AFRES, WBI, Rede DH

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>superiores e de investigação, incluindo o ensino agrícola; ajudar a fortalecer as ligações entre elas e os sectores produtivos.</i></p> <p><i>Completar pelo menos cinco novos relatórios da situação nacional da educação do país que ponham em perspectiva os desafios dos sistemas em crescimento do ensino pós-primário; preparar um relatório sobre os desafios especiais de desenvolvimento de diversos sistemas de educação superior, que incluam instituições de referência a funcionar com níveis de qualidade global, bem como as que sejam adaptados aos mercados locais.</i></p> <p><i>Desenvolver os fundamentos de uma base de dados relativa a competências e níveis de produtividade dos recursos humanos para complementar as ICAs</i></p>	<p>técnicas e superiores em 8 países.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até ao fim do AF08, uma série de dados comparativos sobre os níveis de capacidade e produtividade dos recursos humanos para complementar as ICAs 	<p>O desenvolvimento da Base de Dados necessita de uma quantidade substancial de trabalho e de recursos</p>	<p>AFTHD; AFTPS, AFRES, WBI, Rede DH</p>
<p>3 Apoiar os Motores de Crescimento: Fortalecer a Agricultura</p>	<p>Tornar a Agricultura mais produtiva e sustentável</p>	<p><i>Mobilizar programas globais (como o CGIAR) para expandir o investimento na ciência e tecnologia agrícola e reforçar os sistemas de inovação nacional na agricultura</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de crescimento da colheita de cereais da África Subsariana dobra entre 1995-99 e 2005-2009. 		<p>AFRTSD,ARD CGIAR, DEC, Rede ESSD, AFTP1</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>Tomar a iniciativa ou apoiar com parceiros o trabalho analítico para a economia rural nos países onde tal não foi feito nos últimos 2-3 anos, numa sequência apropriada até ao ano fiscal de 2008. Usar resultados para desenvolver dados básicos apropriados para monitorizar tendências na produtividade da agricultura e desenvolver e implementar planos de acção</i></p> <p><i>Aumentar o financiamento público e privado para expandir perímetros irrigados em 50% da base do ano fiscal de 2005, até ao fim do ano fiscal de 2008, com o Banco como principal parceiro financeiro</i></p> <p><i>Aumentar a produtividade da terra através de investimentos na conservação dos solos e de melhores práticas agrícolas, expandindo a quantidade de fertilizantes usados por hectare e aumentando as áreas com prática de gestão sustentada da terra</i></p> <p><i>O Banco, em colaboração com parceiros, fará uma análise de diagnóstico para melhorar o</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar 12 planos de acção para o crescimento rural até ao AF09 – quatro em cada ano fiscal de 2006 até 2008 • Projectos em implementação para aumentar os perímetros irrigados em 50% da base do ano fiscal de 2005, até ao ano fiscal de 2008 	<p>Apoio limitado de dadores para ESW conjuntos</p> <p>Falta de empenho governamental para as infra-estruturas rurais. Ambiente nacional do sector privado desfavorável para projectos de irrigação privada.</p>	<p>AFTSD; AFTPM; ARD; DEC</p> <p>AFRES; ESSD Network, AFTP1</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶

Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>conhecimento dos impactos trans-sectoriais no crescimento em África e da gestão sustentada de recursos naturais, com o fim de desenvolver recomendações concretas de políticas para os Governos Africanos</i></p>			
<p>3 Apoiar os Motores de Crescimento: Ajudar os países a gerir o impacto de choques</p>	<p>Ajudar países a gerir o impacto de choques</p>	<p><i>Completar avaliações de vulnerabilidade (como parte das avaliações da pobreza e das revisões dos PRSP) para 10 países frequentemente afectados por choques, até ao fim do AF08, e ajudar a desenvolver mecanismos de protecção social para diminuir o impacto dos choques</i></p> <p><i>Liderar o desenvolvimento de mecanismos mais fortes de coordenação através de agências multilaterais e bilaterais de credores e dadores para facilitar uma resposta global mais eficaz a choques exógenos em termos concessionais adequados</i></p> <p><i>Ajudar pelo menos 3 países financeiramente de forma substancial e adequada e desenvolver e implementar técnicas de gestão de risco para as mercadorias. Trabalhar</i></p>			

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<i>com organizações de produtores (uso de mecanismos de mercado para fortalecer seguros mutualistas e outros tipos de soluções informais, incluindo instrumentos de antecipação de compras, onde disponíveis) e continuar o trabalho analítico sobre o assunto</i>			
4. Participar no Crescimento e Partilhar o Crescimento: Associar os pobres aos mercados	Associar os pobres aos mercados	<p><i>Aumentar os investimentos em estradas rurais, começando pelas estradas secundárias, em 20% ao ano.</i></p> <p><i>O Banco fará, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, trabalho de diagnóstico, avaliando como a eliminação de incentivos distorcidos na agricultura pode levar a uma política neutra de comércio e preços para os principais bens agrícolas; pode eliminar distorções na despesa pública que desfavorecem a população rural; e promover a exportação agrícola</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a percentagem da população rural com acesso a estradas não sazonais de 34 no ano fiscal de 2005 para 40 no ano fiscal de 2009 • Monitorizar tendências dos desequilíbrios de rendimentos em áreas rurais e urbanas, usando dados sobre os lares e levantamentos específicos 	Falta de fundos para financiamento público de irrigações e estradas. Baixo rendimento na irrigação; custo elevado da construção de estradas e da sua manutenção	AFRES; Rede ESSD, AFTP1
4. Participar no Crescimento e Partilhar o Crescimento: Aumentar o Desenvolvimento	Aumentar o Desenvolvimento Humano	<i>Expandir o Programa "Revacinação Contra a Malária" em 150% em 17 países até ao fim de 2008</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Para países apoiados pelo Programa de Revacinação: 60% de utilização das Redes Tratadas com Insecticida (ITN) por aqueles que estão em risco, em particular crianças com menos de 5 	Frágil capacidade de implementação e de liderança ao nível nacional; fundos globais insuficientes para a aquisição de ACT; dificuldades de colaboração com outros parceiros	AFTHD; Rede DH

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
 Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
Humano		<p><i>Aumentar o apoio não financeiro para os programas VIH/SIDA e corrigir lacunas de financiamento em 10 países incluindo pelo menos dois MICs até 2007</i></p> <p><i>Revigorar a recolha de fundos para alimentação e expandir o apoio da IDA para o mínimo de oito países africanos com os piores indicadores de nutrição</i></p> <p><i>Intensificar o apoio aos programas de vacinação (por ex. GAVI, as parcerias para a poliomielite, o programa sarampo, etc.), de forma a atingir cerca de 75 % de cobertura em 2009</i></p> <p><i>Incrementar os programas SR e de planeamento familiar – especialmente nos países da África Ocidental e da África</i></p>	<p>anos e mulheres grávidas; pelo menos 60% de tratamento de pacientes com malária nas 24 horas posteriores aos primeiros sintomas; 60% de cobertura de Tratamento Preventivo Intermitente (IPT) para mulheres grávidas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cobertura de: a) 75 % de actividades de prevenção em grupos epidemiológicos relevantes (por ex.: aqueles que têm a maioria das novas infecções); e b) cobertura de tratamento dentro do estabelecido com a UNAIDS, OMS, Fundo Global e PEPFAR. • <i>Diminuir o vírus VIH na mulher (%), de 9.4 em 2003, para 7.5 em 2010 na África Subsariana</i> 	<p>Harmonização do progresso lenta com os parceiros SIDA; Frágil implementação a nível nacional.</p>	<p>AFTHV; AFTHD, Rede DH</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>Central que ainda têm rácios de fertilidade excepcionalmente altos (Taxas de Fertilidade > 5), com o objectivo de atingir um mínimo de 25% da taxa de utilização de contraceptivos (CPR)</i></p> <p><i>Iniciar trabalho com quatro países africanos (Gana, Malawi, Etiópia e Mali, e, se possível, Ruanda) para aumentar a retenção de médicos e de enfermeiras até 2009 (até 75% de licenciados). Tal será realizado em estreita colaboração com as escolas de medicina e enfermagem e universidades, bem como com o funcionalismo público e os ministérios relevantes</i></p> <p>Aumentar o apoio da IDA ao ensino primário em pelo menos 15 países através da EFA-FTI</p> <p><i>Expandir o apoio da IDA para a educação pós-primária em pelo menos 6 países</i></p> <p><i>Promover diálogo de políticas e de planos de acção para o desenvolvimento do ensino superior, em particular para a</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de conclusão primária na África Subsariana sobem de 57% no AF04, para 65% no AF09 • No ano fiscal de 2009, 8 países terão adoptado uma estratégia para o ensino superior, dos quais 5 estarão a 	<p>Credibilidade do EFA FTI minada pelas dificuldades na obtenção de fundos e na implementação de países já endossados, reduzindo assim os incentivos para a participação de novos países. Constrangimentos nas taxas de conclusão, especialmente no lado da procura, podem ser um impedimento às intervenções políticas a curto prazo</p>	

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>ciência e tecnologia</i></p> <p><i>Desenvolver parcerias Público – Privadas eficazes para apoiarem a educação e a formação pós-primária</i></p> <p><i>Acelerar a evolução até à taxa necessária para atingir o objectivo MDG relativo às oportunidades dos sexos, através de sistemas nacionais reforçados em 10 países, até ao ano fiscal de 2008</i></p> <p><i>Implementação e expansão continuadas dos programas regionais relativos à aproximação das oportunidades dos sexos</i></p>	<p>implementar a sua estratégia com o apoio da IDA</p> <ul style="list-style-type: none"> • No ano fiscal de 2009, pelo menos 8 países terão concluído acordos com o sector privado para prestação de ensino pós-primário e para regulamentação da acreditação do ensino e da formação técnica e vocacional (TVET) • Integração das questões de oportunidades dos sexos em 10 países nos seus PRSPs que se reflectirão nos CAS Baseados em Resultados • Aumentar o rácio de raparigas para rapazes no ensino primário e secundário (%) de 80% em 1995 para 90% em 2010 	<p>Falta de empenho político/social</p>	<p>AFTPM; PRMGE, programas do WBI sobre a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres, Poderes da Comunidade e Inclusão Social e Saúde e VIH/SIDA</p>
5. Accionar a IDA-14	Reforçar as Parcerias ao Nível Nacional	<p><i>Revitalizar o mecanismo de grupo consultivo para ter “reuniões anuais de resultados e recursos”, aumentando o âmbito dessas reuniões e reforçando as parcerias previstas na agenda MDG. Reforçar os laços entre os recursos e os resultados e procurar uma maior</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Dadora em condições para alcançar os objectivos da Declaração de Paris de pelo menos 20 países até ao AF09. Os indicadores da Declaração de Paris serão melhorados em 15 países, até ao fim do AF08 • Avaliações independentes das relações beneficiários-dadores em 5 países africanos 	<p>Conflito nas prioridades entre os vários e instrumentos diferentes</p>	<p>AFTQK, AFRPG</p>

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>harmonização e alinhamento da agenda a nível dos países. Como parte dessas acções, o Banco vai apoiar uma avaliação independente das relações entre os doadores e os países em 5 Países Africanos</i></p> <p><i>Desenvolver um “menu de opções” para disponibilizar livremente para a comunidade de desenvolvimento o conhecimento analítico e operacional do Grupo Banco Mundial, a título de bem público. Permitir aos doadores canalizar a sua ajuda reforçada em parceria com a IDA, embora mantendo a sua identidade</i></p> <p><i>Preparar e implementar estratégias de assistência em colaboração, usando um enquadramento de condições, um único sistema de indicadores e de resultados, em 10 países, até ao fim AF08</i></p> <p><i>Reforçar a ligação entre os compromentimentos dos doadores e a prestação de apoio e promover uma maior responsabilização mútua, apoiando avaliações</i></p>			

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<p><i>independentes das relações entre beneficiários e dadores. O Banco vai também promover a prática de avaliações conjuntas dos dadores</i></p> <p><i>Trabalhar com os dadores em países seleccionados para harmonizar a prática de aquisições públicas e de gestão financeira, com o objectivo de adaptar essas práticas e requisitos aos sistemas nacionais</i></p> <p><i>Fazer uma revisão exaustiva do papel das unidades de implementação de projectos (PIUs) com o objectivo de reduzir drasticamente o seu número na Região de África</i></p> <p><i>Começar a racionalizar o envolvimento do Banco Mundial, incluindo as participações do BM em "parcerias silenciosas"</i></p> <p><i>Reduzir progressivamente estudos analíticos efectuados por um único país dador nos CPARs, CFAAs e PERs.</i></p>			

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
	<p><i>d) Mitigar o Risco Político nos Países com Conflitos</i></p>	<p><i>clientes; tirar ilações para o recorte futuro dos PPIs, no que diz respeito a contratos, investidores (internos e estrangeiros), regulamentos, partilha de riscos e financiamento</i></p> <p><i>Alargar o âmbito de experiências com mecanismos patrocinados pelo sector privado de aquisições de dívida para outros sectores prioritários como a Educação para Todos</i></p> <p><i>Expandir iniciativas centradas em África que tenham como objectivo os bens públicos globais para o desenvolvimento da saúde, como o desenvolvimento de novas vacinas e novos medicamentos para doenças africanas, tal como a GAVI; e os AMC's relativamente a medicamentos e vacinas para doenças africanas</i></p> <p><i>A MIGA vai accionar os seus próprios capitais e outros programas públicos e privados de seguros para criar uma capacidade seguradora no valor de US\$ 500 milhões</i></p>			

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades

(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
6. Metas Nacionais para Efeitos Com Repercussão Além Fronteiras	Criar uma Abordagem de Capital de Risco	<i>Para apoiar a abordagem de selectividade proposta, o Grupo Banco Mundial vai explorar as possibilidades para um novo mecanismo de financiamento ancorado no Banco (um "Fundo de Capitais de Risco" ou um "Fundo Catalizador de Ajuda")</i>	<ul style="list-style-type: none"> Uma ou mais economias de sucesso emergirem e ocorrerem uma ou mais alterações significativas 	Sem um Fundo destes, é pouco provável que o staff corra o adequado grau de assunção de riscos.	
7. Organização, Quadro de Pessoal e Implicações no Orçamento	Maior descentralização	<i>A Região vai aumentar o número de funcionários de nível GG-GH em funções no terreno, aumentando a percentagem do pessoal recrutado internacionalmente (IRS) de 17 para 27 por cento; dependendo dos sectores, terão de ser também criados centros sub-regionais. Para alcançar este objectivo, o pessoal no terreno actual terá de ser substituído à medida que for voltando para o escritório central (aproximadamente 14 por ano) e será necessário descentralizar 10 elementos do staff todos os anos</i>			AFRSDs, AFRCDS, HR
8. Auto Avaliação	Avaliar a implementação do AAP	<i>Reportar anualmente ao Conselho de Administração do Banco a implementação deste plano. O primeiro relatório terá lugar dentro de 18 meses para coincidir com a análise do</i>			

MATRIZ DE ACÇÕES DO PLANO DE ACÇÃO PARA ÁFRICA DO GRUPO BANCO MUNDIAL ³⁶
Sumário de Objectivos, Acções, Responsabilidades
(Unidades a negrito têm a principal responsabilidade)

Enfoque	Objectivo	Acções	Indicadores de progresso/resultados ³⁷	Riscos	Responsabilidades
		<i>Relatório de Monitorização Global</i>			